OSWALDO CRUZ

a construção de um mito na ciência brasileira

NARA BRITTO

EDITORA FIOCRUZ

Este livro nos mostra que Oswaldo Cruz foi uma dessas pessoas em cuja biografia realidade e mito se misturam de maneira inextricável. A autora nos conduz ao momento em que, morto Oswaldo Cruz, teve início o processo de sua mitificação, de sua canonização, de sua transformação em totem da tribo dos médicos. O pesquisador competente, o criador de Manguinhos, o vencedor da febre amarela no Rio de Janeiro é transmutado, após a morte, em condutor de homens, em apóstolo e mártir da ciência, em salvador da pátria, em herói nacional. Sua biografia é saneada pelos sanitaristas para abrir espaço ao mito do herói acima de qualquer imperfeição.

A construção do mito não foi gratuita nem aleatória. Foi obra de discípulos e seguidores, sobretudo sanitaristas. O mito foi utilizado como instrumento de superação dos conflitos que dividiam sanitaristas, clínicos e pesquisadores, que dividiam até mesmo a comunidade de Manguinhos. Totemizado, Oswaldo Cruz pôde congregar a todos em torno dos ideais sanitaristas que puderam então ser colocados na agenda oficial do debate político.

O mito não se constrói no vazio. Nara Britto mostra-nos o terreno em que ele lançou raízes. Havia o movimento nacionalista despertado pela guerra; havia a crença ingênua no poder da ciência; havia o salvacionismo político de classe média; havia a ojeriza ao bacharel, ao *Triatoma bacalaureatus* de Monteiro Lobato. E havia também a descoberta do Brasil interiorano, do caipira doente imortalizado na figura do Jeca Tatu; havia o grito de guerra de Miguel Pereira: "O Brasil é um vasto hospital!". Oswaldo Cruz mitificado virou bandeira desses cruzados dispostos até mesmo a redefinir as bases da política e da nação. Todo o poder aos higienistas!, quase gritava Monteiro Lobato, entusiasta dos novos missionários.

Nara Britto retoma com criatividade o tema, recorrente, da vida social, da construção ideológica do mito. Em o fazendo, ajuda-nos a entender os conflitos, as angústias e as utopias de uma época, projetados no esforço de fabricação de nosso primeiro e único herói da ciência.

José Murilo de Carvalho

Nara Britto, atualmente Nara Azevedo, é historiadora, doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj); bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq; docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz (COC)/Fiocruz; diretora da COC/Fiocruz.

Publicado originalmente há mais de dez anos, este livro mantém sua atualidade como notável contribuição para o estudo das relações entre biografia e processos coletivos. Com criatividade e acurada pesquisa, Nara Britto demonstra de que modo se estabeleceu uma tradição tão marcante nos movimentos sanitaristas no passado e no presente: a de unir ciência e política como vocação. Considerá-la permite que se entenda melhor o protagonismo de Oswaldo Cruz e o lugar de destaque da saúde pública na história social do Brasil.

Nísia Trindade Lima

Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz
Editora científica da Editora Fiocruz

ISBN 85-85676-09-4

Nara Britto — OSWALDO CRUZ — Editora Fiocruz

OSWALDO
CRUZ
a construção de um mito na ciência brasileira

1ª Reimpressão

NARA BRITTO

ISBN: 85-85676-09-4

1ª edição: 1995

1ª reimpressão: 2006

1ª edição

Capa e projeto gráfico
Angélica Mello

Revisão
Marcionílio Cavalcanti de Paiva

1ª reimpressão

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Fernando Vasconcelos

Revisão
Irene Ernest Dias

Digitação
Gislene Monteiro Coimbra Guimarães

Revisão da digitação
Walter Duarte

B862o Britto, Nara
Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira / Nara Britto. – Rio de Janeiro : Fiocruz, 1995.
144p.
Inclui bibliografia

1. Oswaldo Cruz – biografia. 2. Pessoas famosas.
3. Saúde pública – história. I. Título.
CDD – 20 ed. – 926

2006

Editora Fiocruz
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels: (21) 3882-9039 e 3882-9041
Fax: (21) 3882-9007
e-mail: editora@fiocruz.br
http://www.fiocruz.br/editora

Sumário

SERVM
CONTRE
LA
SERVM
VARIOLE

Introdução

Este livro trata de Oswaldo Cruz. Não é uma biografia, porém parte de biografias e de uma extensa bibliografia às quais pode-se imputar a construção de uma imagem pública de Oswaldo Cruz. Assim, importa menos o homem do que o lugar que ele ocupa no imaginário coletivo[1].

Esta literatura, a qual intitulei de hagiografia oswaldiana, tem origem no círculo médico próximo de Oswaldo Cruz. Produzida após a sua morte, em 1917, constitui um conjunto significativo de testemunhos que, ao lado de festividades organizadas com o propósito de marcar a sua presença e eternizá-la, contribuiu para cristalizar determinadas imagens às quais associa-se a figura mitificada de Oswaldo Cruz, conhecida até hoje.

Oswaldo Cruz é um mito porque retratado não apenas como um herói da nacionalidade, o bandeirante que fincou os alicerces da Nação, mas em quem vislumbram-se qualidades divinas e sagradas, sendo reconhecido entre outras metáforas como o salvador, o apóstolo da ciência.

A heroificação de que Oswaldo Cruz foi objeto consiste num processo iniciado com a sua morte e imediatamente associado ao movimento

---

[1] Este trabalho foi originalmente apresentado como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em março de 1992. Sua elaboração dependeu fundamentalmente de seu acolhimento por parte de Paulo Gadelha, diretor da Casa de Oswaldo Cruz, e da condução firme e benevolente de Luiz Antonio Machado, que fez de sua orientação não apenas um meio de troca intelectual, mas um espaço para a construção de uma amizade duradoura.

sanitarista representado pela criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918, difundindo-se a partir de então de forma difusa, mas não menos significativa.

De fato, o movimento sanitarista foi um veículo poderoso de que não se pode dissociar o mito. Médicos e higienistas – como eram denominados os sanitaristas na época – constituem desde então a base social de sustentação de um discurso cujo atributo principal é o de conferir legitimidade às suas ações e interesses científico-políticos.

O tema da legitimidade científica foi obscurecido pela literatura que trata as relações entre medicina e sociedade no Brasil no século XIX e no início do XX. Predominou nestes trabalhos uma tendência a caracterizar a medicina como poder disciplinar, e os médicos como formuladores de uma estratégia de medicalização destinada a preparar e organizar as populações urbanas para as novas relações sociais decorrentes do sistema capitalista.

Esta concepção, apresentada de forma pioneira pelo estudo de Roberto Machado (Machado et al., 1978) sobre o tema, ao lado de outros trabalhos que seguem a mesma abordagem (Luz, 1979; Costa, 1979), instituiu um paradigma que marcou as análises posteriores a respeito da medicina social e das políticas de saúde no Brasil[2].

Por outro lado, no campo da história da ciência no Brasil, o tema da legitimidade aparece como uma questão subjacente às ações da comunidade científica que, ante as oscilações do ambiente social nem sempre favorável ao florescimento científico – característica dos países subdesenvolvidos –, cumpre um papel essencial no processo de institucionalização de suas atividades[3].

---

[2] Pelo menos até meados dos anos 80, predominou esta concepção em diversos trabalhos sobre a organização da saúde pública nas três primeiras décadas republicanas. Associa-se a lógica restritiva da ação estatal sobre certas doenças em detrimento de outras, o modelo campanhista, à lógica capitalista de manutenção da força de trabalho e de expansão das atividades econômicas (Costa, 1986; Labra, 1985; Campos, 1986). Para uma revisão crítica de aspectos desenvolvidos nesta literatura, ver Carvalho & Lima, 1992).

[3] Os trabalhos pioneiros de Schwartzman (1979) e Stepan (1976) constituem uma referência importante desse tipo de interpretação e, de certo modo, instituem um paradigma de análise que predominou na maioria dos estudos sobre a institucionalização da ciência no Brasil. Nessa perspectiva, a origem e desenvolvimento da chamada medicina experimental – isto é, a pesquisa de laboratório na área biomédica – é interpretada como uma conseqüência do ambiente social satisfatório à ciência no início do século. Diz-se que, sob a ameaça constante de surtos epidêmicos que incidiam sobre os principais centros do país, o Estado teria tomado iniciativas que vieram beneficiar a atividade científica e o desenvolvimento de instituições de pesquisa no país, como demonstra o caso de institucionalização bem-sucedida do Instituto Oswaldo Cruz.

Mais próximo da orientação que imprimi a este trabalho, o tema da legitimação é tratado na reflexão sobre os mitos da ciência desenvolvida por Schwartzman (1981). Neste trabalho a questão é identificada com a ideologia cientificista que proclama a utilidade social da ciência – o mito do progresso social –, a qual representa um ingrediente indispensável à cultura de todas as sociedades em que a ciência surgiu como atividade significativa. O mito do progresso social é uma crença constitutiva da institucionalização da atividade científica, pois gera valores positivos e justificativas necessárias à sua aceitação e ao apoio que a ciência exige para implantar-se e desenvolver-se.

A esta sugestão de tratar a legitimidade como uma ideologia, acrescentou-se a análise sobre a construção do mito de Oswaldo Cruz na perspectiva introduzida por Pierre Bourdieu ao tratar do campo científico, na qual ela aparece como uma questão própria à dinâmica das relações sociais do campo. Conforme o autor, o campo científico caracteriza-se pela luta concorrencial travada entre os pares, a qual visa à posse do capital científico, isto é, a autoridade científica sobre uma área de conhecimento ou disciplina. Esta autoridade, outorgada socialmente a um agente determinado, significa simultaneamente capacidade técnica e poder social, conferindo-lhe a possibilidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) (Cf. Bourdieu, 1983:24, 122).

Trata-se então de uma luta simbólica em que está em jogo a conquista ou a defesa do monopólio do exercício legítimo de uma atividade científica e do poder de conferir ou recusar a legitimidade às atividades concorrentes. Ou seja, para Bourdieu a noção de legitimidade científica é indissociada da luta simbólica que envolve grupos de *status* com idéias e interesses diferentes, e que corresponde a situações divergentes na hierarquia dos graus de consagração do campo.

Em outras palavras, a legitimidade implica o reconhecimento da diferença, num ato de distinção que é subjacente às relações entre os cientistas, e que diz respeito à identidade cultural de um grupo (Cf. Bourdieu, 1983:168-171).

Desse modo, é possível relativizar e estabelecer algumas diferenças em relação às perspectivas acima mencionadas, no que diz respeito, sobretudo, à visão adotada aqui sobre os médicos. Primeiro, em vez de definir o seu papel social numa relação de exterioridade com suas concepções, interesses e práticas, consideramos que suas ações e pensamento devem ser remetidas prioritariamente ao lugar que ocupam na hierar-

quia social do campo médico, sendo considerados, portanto, como agentes de seus próprios interesses.

Embora concorde com a sugestão de Bourdieu, de que os interesses dos cientistas se constituem na luta concorrencial no campo, isto não significa imputar a estes interesses um grau de impermeabilidade absoluto, sendo possível verificar, no caso que analiso, a confluência de projetos dos médicos e de outros setores sociais, assim como a sua abertura aos apelos do mundo da política.

Em segundo lugar, contradizendo a noção difundida pela literatura a que me referi acima, de que os médicos formavam um corpo homogêneo e orgânico devotado à causa normalizadora, considero que a tônica das relações internas ao campo era dada por conflitos que inviabilizavam a sua organização corporativa e política.

Assim, analiso a construção do mito de Oswaldo Cruz como uma estratégia de legitimação da prática médico-científica, identificada institucionalmente com o Instituto Oswaldo Cruz, que visava à superação das dissenções que entrecortavam o campo, dividido entre as diferentes práticas representadas pela clínica, higiene e medicina experimental. Como veremos adiante, o grau de conflito existente entre os médicos inviabilizava a organização de qualquer movimento com pretensões de natureza política que precisaria obter uma base de apoio a mais ampla possível para realizá-las, representando parte significativa, senão todas as principais instituições científicas do campo médico.

A unificação de certos setores da categoria médica em torno da idéia do saneamento rural e da relevância científica das doenças endêmicas possibilitou a organização do movimento sanitarista, representado pela criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918.

Nesse sentido, é surpreendente a amplitude das adesões obtidas por este movimento fora e dentro do círculo médico. Como se pode observar na ata de fundação da Liga Pró-Saneamento, constam as assinaturas de eminentes políticos da época, como o presidente Venceslau Brás, os senadores Paulo de Frontin, Epitácio Pessoa e Afrânio de Melo Franco, e de altas patentes militares como o marechal Rondon e os generais Ismael da Rocha e Lauro Muller, além de outras figuras notáveis.

No entanto, o maior número de simpatizantes é constituído por médicos e higienistas, em que figuravam nomes dos mais representativos da categoria como, por exemplo, o do presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto, ou o do higienista, escritor e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Afrânio Peixoto.

A lista de nomes ilustres e o escopo das adesões sugere-nos que o movimento alcançou um alto índice de credibilidade entre a categoria, mas também um consenso igualmente elevado em torno de suas principais bandeiras: o combate às endemias rurais e a defesa da centralização dos serviços de saúde.

Tanto mais notável o fato quanto verifica-se a heterogeneidade da composição do agrupamento formado, seja do ponto de vista dos interesses profissionais como dos vínculos institucionais.

O estudo da Liga Pró-Saneamento revela um outro fato surpreendente: a preocupação em construir a história do movimento.

Esta preocupação explicitada pelos articulistas da revista *Saúde*, periódico da Liga publicado durante 1918 e 1919, resultou no estabelecimento de uma ordenação cronológica e na concatenação de determinados fatos e eventos que tornassem legível a origem e a história da idéia do saneamento rural no Brasil.

A narrativa sobre o passado constrói uma periodização que identifica o saneamento com a trajetória institucional do Instituto Oswaldo Cruz. Distinguem-se, então, duas fases: a primeira denominada de científica, e a segunda, de patriótica. Em relação à primeira fase, embora se reconhecesse que as endemias rurais não constituíam uma prerrogativa das pesquisas do Instituto – registrando-se o envolvimento de outros médicos e instituições, como a Fundação Rockefeller, interessada no combate à ancilostomose –, destacava-se o seu papel. Assinalava-se o conjunto de pesquisas desencadeadas pelas "viagens científicas" em várias regiões do interior do país transcorridos entre 1911 e 1913, que foram consideradas os pilares científicos sobre os quais ergueu-se a campanha do saneamento.

Segundo o médico e higienista Belisário Pena, presidente da Liga Pró-Saneamento, o retrato do Brasil captado pelos cientistas de Manguinhos teria revelado a verdade dos fatos, traduzível em dados estatísticos inquestionáveis: "a população brasileira, sobretudo a rural, está inutilizada por doenças endêmicas evitáveis em 50% do seu total, e seriamente prejudicada, horrivelmente degradada em 50%" (Pena, 1919:218).

Não havia exagero na revelação da realidade e tampouco qualquer pessimismo, na medida em que a ciência poderia solucionar os problemas denunciados. De fato, nisso residia a virtude dos que lutavam pela política sanitária, movidos por "desassombrado patriotismo", e tendo como meta "a conscientização do país" a respeito de seus problemas e soluções (Pena, 1919:222).

De acordo com a periodização proposta, a fase patriótica correspondia ao presente, tendo como marco a criação da Liga Pró-Saneamento e a estruturação da campanha pelo saneamento rural. Note-se, porém, que um fato anterior é enaltecido como um antecedente fundamental: o pronunciamento de Miguel Pereira, um dos mais notórios catedráticos da Faculdade de Medicina, durante um jantar de homenagem ao cientista Carlos Chagas em 1916, quando se referiu de forma metafórica às condições de saúde do país: "O Brasil é um imenso hospital". O discurso foi tomado como um sinal de adesão de Miguel Pereira à causa do saneamento rural e a frase tornou-se emblemática do movimento.

Segundo Belisário Pena, o discurso o sensibilizara para a idéia de organizar uma campanha pública pelo saneamento rural, sendo responsável também por sua filiação a várias entidades nacionalistas da época, como a Liga de Defesa Nacional, a Liga contra o Analfabetismo e a Sociedade de Eugenia de São Paulo. Belisário Pena relata que a partir daquele momento passa a escrever artigos em jornais e a realizar conferências a fim de divulgar a sua experiência como participante das viagens científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, nas quais adquirira consciência das condições de vida da "população do trabalho (...) apalpando a miséria e a doença" (Pena, 1919:225)[4].

Saneamento do Brasil, livro em que Belisário Pena sintetizou as principais concepções e propostas de reforma na saúde pública, foi lançado em janeiro de 1918, e segundo o autor representava a pedra fundamental da Liga Pós-Saneamento, fundada um mês após.

Assim, a narrativa histórica sobre o surgimento do saneamento rural organiza uma sucessão de eventos e ressalta a participação de pessoas e instituições: inicia-se com o Instituto Oswaldo Cruz, passa pelos médicos da Faculdade de Medicina (em destaque, Miguel Pereira), chegando a Belisário Pena. Tudo se passa como se houvesse uma relação necessária e inevitável entre todos estes fatos, que somente reunidos adquirem um sentido e uma finalidade.

---

[4] Belisário Pena participou em diferentes ocasiões das experiências que o Instituto Oswaldo Cruz realizou: em 1907, com Carlos Chagas ao norte de Minas Gerais na profilaxia da malária junto aos trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil; em julho de 1910 acompanhou Oswaldo Cruz à Amazônia a serviço da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para elaborar um plano de profilaxia da malária; e em 1912 acompanhou o cientista Artur Neiva numa das maiores expedições científicas realizadas pelo Instituto, que percorreu as regiões Nordeste e Centro-Oeste do país.

Aliás, intencionalidade é o que não falta a esta narrativa, que pode ser considerada como uma espécie de memória coletiva referida à história vivida[5]. O cuidado em descrever uma linha de continuidade entre passado e presente constitui um artifício engenhoso a fim de justificar as ações atuais.

Ao caracterizar a trajetória profissional de seus integrantes num destino comum e compartilhado, sobressai também a intenção de estabelecer e sedimentar laços de identidade entre todos aqueles médicos que advogavam a causa do saneamento rural[6].

Um dos aspectos mais reveladores dos interesses e dos objetivos que motivavam a ação dos integrantes do movimento é a surpreendente manipulação de uma linguagem rica em símbolos e metáforas que conduz a narrativa à sua articulação central: o mito de origem do saneamento rural é identificado com Oswaldo Cruz e com a criação de seu instituto de pesquisas, visto como o umbral da medicina científica no país.

Nesse sentido, verificamos uma representação primordial da qual decorrem todas as demais: Oswaldo Cruz, escolhido patrono da Liga, é reconhecido como o fundador da higiene científica e o criador de uma escola de onde surgiram mestres abalizados que "levam a todos os pontos do país a verdade, destruindo a rotina e o empirismo".

Oswaldo Cruz é objeto de uma profusão de imagens que põem em evidência tanto a idealização do cientista como a valorização de seus herdeiros ou discípulos. Nesse sentido, a ciência constitui, simultaneamente, um elemento justificador da campanha do saneamento rural e na definição da auto-imagem do grupo.

Os argumentos que servem à justificação das propostas da Liga organizam-se a partir de uma representação da ciência, que a toma como uma atividade útil à sociedade e, mais do que isso, como a alavanca

---

[5] A distinção entre história e memória coletiva segue aqui a orientação dada por Maurice Halbwachs, que diferencia o passado vivido do passado aprendido pela história, o qual serve de suporte àquela (Halbwachs, 1990:71).

[6] A tendência atual dos estudos sobre memória coletiva é explorar os processos e os atores que intervêm em sua constituição e formalização. Autores como Michel Pollack e Jacques Le Goff adotam esta perspectiva e enfatizam a existência de uma multiplicidade de memórias em concorrência, pondo em evidência o caráter construtivo, oscilante e político de uma operação que é sempre coletiva e visa salvaguardar acontecimentos pela reinterpretação constante do passado diante dos combates do presente e do futuro. Nesse sentido, o trabalho de enquadramento da memória traduz-se em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre os grupos (Cf. Pollack, 1989:9, Le Goff, 1990:476).

primordial de seu futuro desenvolvimento. Esta posição está manifesta nas palavras inflamadas do presidente da Liga-Pró-Saneamento:

> Daí a fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, sob a proteção da memória de Oswaldo Cruz, o clarividente patriota precursor do saneamento do Brasil; quem fundou o Instituto de Patologia Experimental, que recebeu o seu nome glorioso e imortal, e onde se construíram os sólidos alicerces da santa cruzada, e se preparam os obreiros destemidos desta obra colossal de salvação de um povo, de regeneração de uma raça (Pena, 1919:230).

Pretendo neste estudo demonstrar que o movimento pelo saneamento rural organizou o consenso necessário para a ação política, usando para isso a imagem de Oswaldo Cruz. Este, após a morte, em fevereiro de 1917, tornou-se objeto de um processo de heroificação que visava legitimar o movimento e, ao mesmo tempo, pacificar as dissenções do Instituto Oswaldo Cruz, agravadas com a perda de sua principal liderança e que ameaçavam a sua estabilidade. Como poderia o movimento organizar-se sem o consenso necessário para a ação política? Como conquistar apoios sem legitimidade social?

Do meu ponto de vista, estes foram os principais dilemas enfrentados pelos médicos e sanitaristas, de dentro e de fora do Instituto Oswaldo Cruz, cujo projeto político e científico se viu ameaçado com o desaparecimento de sua mais importante fonte de legitimidade.

Médicos e higienistas, a fim de organizarem-se e concorrerem no terreno político-ideológico com outras forças sociais, lançaram mão de um poderoso instrumento simbólico: a figura idealizada de Oswaldo Cruz, que, morto, converteu-se num símbolo capaz de catalisar e aglutinar o movimento sanitarista.

A constatação da perenidade do mito de Oswaldo Cruz na atualidade, a evocação de seu nome em solenidades cívicas ou em movimentos políticos por reformas na saúde brasileira constituíram um bom motivo para o desenvolvimento deste estudo[7].

Tal importância social contrasta com um certo descaso acadêmico pelo assunto. Salvo engano, não há referências na literatura especializada sobre a ciência e a saúde no Brasil; no máximo, registra-se o fato, e, via de regra, refere-se ao mito como uma decorrência da realidade

---

[7] A obra biográfica de cunho ficcional recentemente escrita pelo romancista e médico (sanitarista) Moacyr Scliar demonstra a vitalidade do assunto e o interesse que ainda desperta. Ver Scliar, 1992.

empírica, isto é, identifica-se a heroificação com o reconhecimento social obtido por Oswaldo Cruz a partir do sucesso de suas campanhas sanitárias na cidade do Rio de Janeiro.

Em outras palavras, o mito seria decorrente de um julgamento público favorável às suas ações e a determinados empreendimentos científicos de seu instituto de pesquisas. Desse modo, incorre-se num tipo de naturalização, como se a biografia consistisse em uma dimensão suficiente que contivesse elementos plausíveis para a explicação do fenômeno.

A relação entre história e mito constitui um desafio à reconstrução histórica e à análise sociológica, pois significa enfrentar um fenômeno cuja maior propriedade seja, talvez, a de embaralhar estas dimensões.

Muitos estudiosos têm se dedicado ao tema. Entre estes, vali-me dos trabalhos de Raoul Girardet (1987) e José Murilo de Carvalho (1990) sobre mitos políticos, que ofereceram contribuições valiosas para a interpretação que elaborei sobre o mito de Oswaldo Cruz.

Em primeiro lugar, é preciso referir que os autores consideram impossível traçar uma linha de demarcação precisa entre a fabulação legendária e o relato de ordem histórica. Porém, ambos assinalam que as construções mitológicas, quando relativas a pessoas humanas, guardam de alguma forma a marca da história.

Assim, para Girardet, diferentemente dos grandes heróis imaginários como Édipo, Fausto ou Don Juan – figuras desenraizadas de qualquer contexto, e por isso sujeitas a sucessivas interpretações –, o processo de heroificação de "um ser de carne e osso, historicamente definível, não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino" (Girardet, 1990:81).

Nestes casos, o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, e, tampouco, das circunstâncias historicamente delimitadas nas quais é elaborado, isto porque ele pode constituir-se de um ato voluntário, mas jamais de forma arbitrária.

Carvalho acentua este aspecto, chamando a atenção para o fato de que a heroificação de uma pessoa real pode falhar se o personagem não se prestar a esta transformação. Nesse sentido, é necessário ocorrer uma "transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores e aspirações coletivas" (Carvalho, 1990:14).

Em outras palavras, embora um símbolo possa se estabelecer a partir de um ato de vontade, jamais se impõe de forma arbitrária. Sua aceitação e eficácia política depende de uma crença comum enraizada no imaginário preexistente ou presente em aspirações e projetos futuros. Se isso não

ocorre, “a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não no ridículo” (Carvalho, 1990:13).

Os autores assinalam o caráter coletivo destas construções simbólicas, devendo ser compreendidas como a projeção de ideais e aspirações de determinados grupos sociais, que, por isso, revelam sempre mais sobre a sociedade do que sobre o indivíduo em questão (Cf. Carvalho, 1990:14).

Por ser fruto de uma construção coletiva, o mito é uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade (Cf. Girardet, 1987:83).

As observações dos autores quanto à versão mitificada de personagens reais sugerem que esta é uma complexa operação, que prevê a existência de um delicado equilíbrio entre o real e o imaginário. A narrativa legendária caracteriza-se por uma certa ambigüidade ao demarcar tenuemente as fronteiras entre estas dimensões, exigindo, contudo, a adequação entre o herói e as necessidades de uma sociedade em um dado momento histórico.

Em segundo lugar, ambos chamam a atenção para outro traço significativo das construções mitológicas: a presença visível de certa manipulação voluntária, fato que testemunha um desígnio organizado de fabricação deste tipo de discurso.

Quanto a este aspecto, Girardet comenta que apesar da marca de identificação de um símbolo a um grupo social, é possível que ao longo do tempo ele ganhe uma certa amplitude coletiva, combinando vários sistemas de representações e imagens e constituindo assim uma espécie de encruzilhada do imaginário, onde cruzam-se aspirações e exigências diversas, que são, por vezes, contraditórias (Cf. Girardet, 1987:72-73).

Apesar dos autores assinalarem a complexidade envolvida na relação entre mito e história, consideram essencial nesse tipo de fenômeno compreender como se opera a passagem do histórico ao mítico, ou seja, o processo de heroificação de que resulta a modificação do real e em que ocorre sua absorção pelo imaginário social.

Esta também foi a orientação que imprimi a este trabalho, no qual são visíveis as marcas das reflexões dos autores citados, que auxiliaram a interpretação que construí para o mito de Oswaldo Cruz[8].

---

[8] O trabalho do historiador Peter Burke sobre Luís XIV, publicado em 1994, segue abordagem semelhante à dos autores mencionados, não tendo sido consultado visto que sua elaboração foi contemporânea a este estudo.

Assim, ao contrário da opinião corrente, não acredito que o recurso à biografia de Oswaldo Cruz constitua evidência suficiente para explicar a sua elevação à condição de personagem emblemático da ciência brasileira. Em minha opinião, o mito de Oswaldo Cruz é fruto da fabricação de um discurso cujo atributo essencial é o entrelaçamento de realidade e idealização.

A relação entre estas dimensões é marcada pela tensão; a superposição do real e imaginário constitui, talvez, o mistério e o fascínio destes fenômenos sociais que, assim como a lenda, ocultam o quanto de real e de invenção contêm. Como é possível uma reconstrução histórica da vida e da obra de Oswaldo Cruz que estabeleça uma distinção entre o indivíduo histórico e a figura mítica? Como reconhecer Oswaldo Cruz sem as qualificações que o distinguem como o maior expoente da ciência brasileira? É possível distinguir uma figura histórica real não contaminada pelo discurso mítico?

Desvendar no discurso mitológico o quanto de verdade ou de fantasia contém parece-me uma tentativa vã, posto que qualquer interpretação histórica é constituída de representações. Desse modo, não importa aqui contrapor a história verdadeira à narrativa não-verdadeira, Oswaldo Cruz real em oposição ao idealizado. Mas sim a realidade do mito, ou seja, o processo de uma construção simbólica que atuou positivamente sobre a realidade.

Assim, procurei mostrar como o mito constitui um instrumento poderoso para a superação dos conflitos que impediam a ação coletiva da comunidade de médicos e sanitaristas pertencentes ao Instituto Oswaldo Cruz e às demais instituições de saúde, no período que antecede e sucede à sua morte em 1917.

Enquanto um instrumento de luta política, a mitificação de Oswaldo Cruz viabilizou a ação coletiva em torno de um projeto inovador na época, de mudanças na saúde pública brasileira que, entre outros objetivos, visava combater as doenças endêmicas, como a malária e a doença de Chagas. Além disso, contribuiu para a legitimação do Instituto de Manguinhos, projetando-o de forma ímpar na história das ciências biomédicas em nosso país.

Embora este estudo possa ser remetido às reflexões no campo da historiografia sobre memória coletiva, acredito poder contribuir de modo particular para os debates travados no campo de estudos sociais da ciência, assinalando a importância dos aspectos políticos e das crenças, integrantes da ação e do comportamento dos agentes, no processo de institucionalização da ciência no Brasil.

É necessário à compreensão dos propósitos deste trabalho esclarecer que a periodização estabelecida toma como marco desta construção simbólica a morte de Oswaldo Cruz em 1917, estendendo a análise das fontes até 1974, ano em que vieram à luz publicações comemorativas do centenário de seu nascimento, em 1972, fato coincidente com o sesquicentenário da Independência, que ocorreu nesta data.

Embora tenha privilegiado os textos escritos sobre Oswaldo Cruz entre 1917 e 1922, em que se constroem e se consolidam elementos fundamentais do mito, considerei importante verificar se estes elementos tinham sido atualizados e até quando poderia rastrear a sua presença. Uma orientação inicial e que acabou por prevalecer durante a árdua tarefa de exploração das fontes foi a de rastrear a literatura produzida em função de efemérides nacionais e ligadas a eventos promovidos pelo Instituto Oswaldo Cruz.

De forma alguma pretendi esgotar as referências sobre Oswaldo Cruz, e tampouco consegui abranger a totalidade da literatura produzida pelos médicos e sanitaristas, à qual foi circunscrita a pesquisa, vez que os considerei como os principais construtores do discurso mitológico.

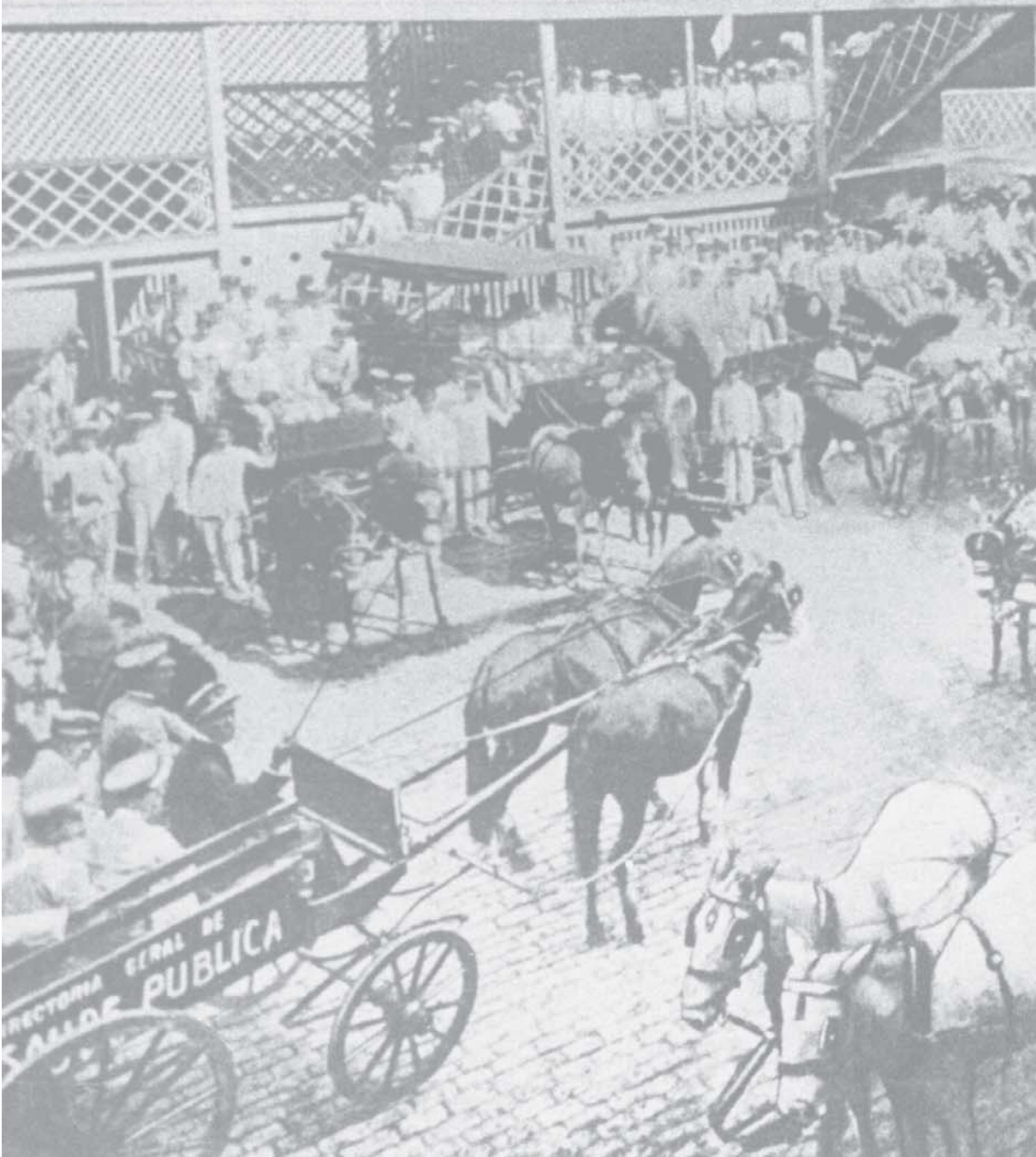
No levantamento e na análise das fontes selecionadas não pretendi constatar graus – crescentes e decrescentes – de mitificação ao longo do tempo. Este tipo de questionamento exigiria uma investigação mais ampla e aprofundada que permitisse verificar se ocorreu um esvaecimento do mito à medida que nos distanciamos do período inicial de sua construção. Observei, no entanto, a perenidade de certas imagens que compõem a figura mitificada de Oswaldo Cruz, não raro evocada até os dias atuais.

Um histórico sucinto da organização e das propostas da Liga Pró-Saneamento, bem como o processo de reconhecimento de Oswaldo Cruz durante seu período de vida, será focalizado no primeiro capítulo. O processo de reconhecimento – que qualifiquei de "conversão" – foi responsável pela organização de um certo consenso a respeito da legitimidade da prática médico-científica de Manguinhos, pilar sobre o qual o movimento sanitarista assentaria suas pretensões de intervir no debate político da época.

No segundo capítulo apresento uma breve narrativa acerca da enfermidade de Oswaldo Cruz e da repercussão de sua morte em fevereiro de 1917. O tema do terceiro capítulo versa sobre as conseqüências do desaparecimento do cientista para a sobrevivência de sua instituição, conseqüências cuja dramaticidade foi exacerbada pelos conflitos internos

que dividiam a instituição e ameaçavam a escolha do cientista Carlos Chagas para ocupar o cargo de direção.

No último capítulo abordo a construção do discurso mítico sobre Oswaldo Cruz, fenômeno desencadeado após seu falecimento e vinculado, inicialmente, à organização da Liga Pró-Saneamento do Brasil.

1

A construção de uma força social: a organização do movimento sanitarista

> Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo!
> *Belisário Pena*

A Liga Pró-Saneamento do Brasil foi fundada em fevereiro de 1918 por iniciativa de Belisário Pena, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública. Desde 1914 trabalhava ele num posto de atendimento médico na periferia da cidade do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era a profilaxia e tratamento da malária.

Durante os anos de 1918 e 1919, o movimento em prol do saneamento rural, catalisado pela Liga, congregou diversos intelectuais e profissionais liberais, médicos, advogados, engenheiros, militares, políticos, incluindo o presidente da República, o mineiro Venceslau Brás.

No decorrer desses anos, a Liga promoveu várias conferências em associações privadas, como a Sociedade Nacional de Agricultura (em cuja sede, no Rio de Janeiro, foi criada) e a Associação Cristã de Moços, assim como em instituições públicas – escolas, estabelecimentos do Exército e da Marinha etc. De acordo com os relatos de Belisário Pena, a doutrinação em favor do saneamento não se restringia ao espaço nobre da capital da República: ele realizou palestras em seus subúrbios e em cidades do interior do país, distribuindo panfletos de caráter pedagógico que alertavam a população para a importância dos princípios básicos de higiene fundamentais na preservação da saúde.

A Liga estabeleceu delegações em algumas unidades da federação, visando estimular os governos estaduais e municipais a implementarem a construção de habitações higiênicas, a profilaxia de doenças consideradas

evitáveis, programas de educação higiênica, postos rurais e obras de saneamento básico.

Durante o período de vigência, a Liga Pró-Saneamento publicou a revista *Saúde*, uma das principais fontes para o estudo da história do movimento. Apesar de não haver ultrapassado oito números, o periódico nos fornece um amplo painel das idéias que constituíam o repertório do saneamento rural. Ao lado de textos doutrinários, veiculava, sobretudo, no ano de 1919, artigos de caráter científico sobre as endemias rurais e sobre os variados temas que a higiene englobava[9].

No que se refere ao conteúdo das principais concepções de saneamento, vale salientar a definição de saúde elaborada pelo movimento. Na opinião do presidente da Liga, Belisário Pena, a saúde – ao lado da educação – constituía um problema primordial. Ela era "a base incontestável do vigor físico, da melhoria da raça, da produção, da alegria, da riqueza e do progresso". A doença não comprometia apenas a saúde física dos indivíduos, mas também a higidez moral, acarretando conseqüências negativas para o corpo social. Portanto, "o problema sanitário não é apenas médico e higiênico, é sobretudo social, político e econômico" (Pena, 1923:297).

De acordo com esta visão particular, o Brasil vivia "mergulhado numa série de erros, loucuras e crimes deste regime de satrapias infecciosas dos vírus do cinismo, da traição, da hipocrisia e do latrocínio" (Pena, 1923:16). Enquanto isso, "trinta milhões de habitantes encontram-se "abandonados à ignorância, às doenças, causas essenciais da desmoralização da miséria, da degradação e da decadência dos povos" (Pena, 1923:16).

A Liga Pró-Saneamento declarava-se empenhada na "luta patriótica" e definia como seu principal objetivo promover uma "propaganda ativíssima para incutir no espírito de todos os nossos patrícios, sobretudo no dos homens públicos, dos literatos, dos jornalistas e dos intelectuais, que o alcoolismo, a doença de Chagas, a malária, e a opilação", que atingem a população do interior, "são as causas do nosso atraso e da vergonhosa retarguarda em que vamos ficando de outros povos" (Pena, 1923:297).

---

[9] Para uma análise mais aprofundada deste periódico, ver Britto & Lima, 1991a. O conselho redator de *Saúde* era composto por médicos e higienistas vinculados à Diretoria Geral de Saúde Pública e ao Instituto Oswaldo Cruz. São eles: Belisário Pena, Olímpio da Fonseca, Astrogildo Machado, Aristides Marques da Cunha, João Barros Barreto, Mário Magalhães, J. P. Fontenelle, Edgar Roquette-Pinto. Contava ainda com a participação de outros intelectuais, os advogados Plínio Cavalcanti e Olímpio Barreto.

Sintetizando este programa, o presidente da Liga proclamava enfaticamente: "Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo!" (Pena, 1923:351).

A campanha do saneamento do Brasil – e não apenas do interior, como ressalva Belisário Pena – constituía um projeto a um só tempo social e moral, pertinente aos indivíduos e à sociedade. O progresso da nação dependia do trabalho e da produção, mas estas duas alavancas se achavam emperradas por efeito da generalização das endemias que abatiam as energias do homem produtivo.

Deste breve resumo das idéias do presidente da Liga Pró-Saneamento sobressaem três pontos que definem a característica essencial do movimento. Em primeiro lugar, a concepção peculiar de saúde como fator de progresso. Em segundo, a elaboração do que se pode chamar uma teoria higienista do desenvolvimento, que procurava explicar as desigualdades entre as nações a partir da existência ou não de uma política sanitária. Segundo Pena, todos os "países cultos" – Inglaterra, Itália, França, Alemanha, Japão, Estados Unidos etc. – deviam "seus progressos assombrosos" à adoção das orientações higiênicas que decorriam de Louis Pasteur e da medicina social do século XIX. E para melhor enfatizar seu ponto de vista, tinge em cores vivas nosso contraste com estes exemplos: a higiene nas sociedades modernas tornara "a vida um encanto, um dom verdadeiramente divino"; ela era capaz de "transformar num Éden o inferno que é atualmente o interior do Brasil" (Pena, 1923:152, 167)[10].

Em terceiro lugar, ao atribuir o atraso do país à ausência de saúde e educação, o pensamento médico-higienista apresentava uma solução original para o impasse em que se achava o Brasil, recusando o determinismo de base climática e étnica que predominava no debate

---

[10] De acordo com George Rosen, a higiene, articulada com a física, a química e a biologia, definia-se como a ciência que abordava os fatores materiais nocivos ao organismo humano (higiene físico-biológica). Tratava, também, dos efeitos das condições sociais sobre os agrupamentos humanos (higiene social), procurando descrever e normatizar hábitos de limpeza e cuidados com a saúde entre os grupos sociais (Rosen, 1979:118). As pretensões científicas da higiene enquanto uma disciplina, notadas por Rosen, não devem obscurecer o seu aspecto político. As idéias de reforma social ou de regeneração, que tinham curso em muitos países desde o final do século XIX, vinham acompanhadas do discurso higienista, e vice-versa, como demonstra Bruno Latour em relação à França (Latour, 1986). Nessa ótica, a higiene constituía um instrumento libertador das nações: além de consistir um indício de civilização dos países que adotavam uma política sanitária, era considerada um instrumento de progresso na medida em que assegurava a saúde da população. Esta era, inclusive, a concepção dominante entre os médicos e higienistas brasileiros, que aliavam o discurso preventivista a duas ideologias muito difundidas no Brasil após a Primeira Guerra Mundial: o cientificismo e o nacionalismo.

intelectual desde o século XIX. O "problema vital", como o denominou Monteiro Lobato, residia na inutilização da população brasileira para o trabalho, especialmente na área rural, totalmente desassistida, sem médicos nem hospitais[11].

O projeto de construção nacional propugnado pela Liga reservava um lugar de destaque não apenas à ciência – "a higiene científica" –, mas também aos cientistas. Deles dependeria, em grande parte, o resgate dos sertões e a recuperação do homem rural, considerados os autênticos valores nacionais. Na visão dos articulistas da revista *Saúde*, o sertão jamais alcançaria o progresso por suas próprias forças: esta era a missão reservada aos homens do litoral, a de introduzir os elementos de civilização capazes de transformá-lo (Britto & Lima, 1991a:22, 27)[12].

A posição de liderança do projeto de modernização reivindicada pelos médicos da Liga foi, de certa forma, reconhecida pelo meio político e intelectual da época, que ficou sensibilizado por estas propostas. Como se pode verificar, a imprensa carioca conferiu destaque à campanha do saneamento rural desde a fundação da Liga, abrindo espaços para a propaganda e divulgação do movimento[13].

---

[11] As concepções do movimento sobre raça e degeneração racial são detalhadas no trabalho sobre *Saúde* citado acima. A degeneração no sentido tanto empregado pela revista como definido por Pena refere-se a um "processo de debilitamento progressivo motivado pelas precárias condições de vida e saúde. As doenças destruiriam a vitalidade, a energia, e matavam lentamente as suas vítimas, permitindo a propagação de uma raça de tarados e degenerados" (Britto & Lima, 1991a:18).

[12] A luta ideológica travada no pós-guerra era encarnada por diferentes correntes de pensamento que se organizaram em diversas entidades, como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista de São Paulo, a Sociedade de Eugenia, a Liga contra o Analfabetismo, entre outras. Diversos temas eram debatidos pelos intelectuais engajados nestes movimentos: desde a relação do Brasil com o conflito europeu e a posição que o país ocupava no cenário internacional, passando pela educação pública até as questões raciais, presentes na discussão sobre política de imigração. Chamando a atenção para os aspectos político-ideológicos do movimento sanitarista no pós-Primeira Guerra, Santos (1985) considera a campanha do saneamento rural como uma ideologia afinada com o nacionalismo da época, dividido em duas correntes principais: a primeira identificava-se com os valores urbanos e industriais, considerados a base do projeto de modernização; a outra pregava o sertanismo como o caminho de construção nacional a partir da recuperação do homem do interior, considerado como o depositário dos verdadeiros valores da nacionalidade, tendo em Euclides da Cunha o precursor dessa vertente, e entre seus defensores encontravam-se intelectuais como Alberto Torres, Vicente Licínio Cardoso e Monteiro Lobato. De acordo com Santos, a importância da Liga Pró-Saneamento deveu-se ao fato de que ela forneceu a argumentação científica à segunda vertente do nacionalismo, constituindo um canal para o extravasamento desse movimento.

[13] Sobre a repercussão da Liga nos grandes jornais da época, sobretudo *O Correio da Manhã* e *O País*, ver Britto & Lima, 1991b.

As propostas da Liga conquistaram, também, uma parcela das elites políticas que, no Congresso Nacional, defendiam a intervenção do Estado no campo da saúde pública, encaminhando a principal bandeira do movimento, a centralização dos serviços de saúde, a qual se efetivaria com a criação de um ministério da saúde pública.

A Liga Pró-Saneamento conseguiu sensibilizar o governo de Venceslau Brás para a questão das endemias rurais, tendo como resultado imediato a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918, cuja direção foi entregue a Belisário Pena. Subordinado, a princípio, à Diretoria Geral de Saúde Pública e, depois, vinculado diretamente ao ministro da Justiça (maio de 1919), este Serviço tinha por finalidade combater, em nível nacional, e por meio de convênios entre a União e os estados, e entre estes e a Fundação Rockefeller, as endemias consideradas mais importantes – a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas.

Deste modo, graças às bem-sucedidas articulações políticas promovidas pelo movimento no Congresso Nacional, a saúde pública tornou-se tema central do debate político. Como mostra Hochman (1993) no estudo que realizou sobre este assunto, tendo sido derrotado o projeto de criação de um ministério ao fim de acirrada polêmica em torno do respeito ao princípio federalista, no final do ano de 1919 o Congresso aprovou a reforma dos serviços de saúde, criando o Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão que teria, formalmente, abrangência nacional. Apesar de suas limitações, ele constituiu a primeira tentativa de rompimento com os limites impostos pela Constituição de 1891, que impediam a união de agir em matéria de saúde e de educação além do Distrito Federal, posto que estes setores eram competência exclusiva dos governos estaduais[14].

Vale ressaltar que a direção deste Departamento foi entregue pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, a um dos membros da Liga Pró-Saneamento, o cientista Carlos Chagas, que era também diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Com a criação deste órgão e a subseqüente incorporação de muitos outros membros do movimento sanitário a seu quadro funcional, a extinção da Liga foi considerada por Belisário Pena um ato natural, vez que teria conseguido cumprir seu objetivo.

---

[14] Segundo Santos (1985), as teses de unificação e centralização dos serviços de saúde defendidas pela Liga Pró-Saneamento correspondiam à tendência à centralização estatal verificada no período, tendência que representou uma reação ao poder local, característico do regime federalista.

Note-se que para esta trajetória institucional bem-sucedida contribuiu decisivamente a formação de um consenso no campo médico em torno destas concepções e propostas relativas à saúde pública. Assim, muito antes de ser lançada publicamente, a idéia do saneamento rural já havia ganho corações e mentes no âmbito da esfera acadêmica, ou, pelos menos, conquistara uma significativa parcela de agentes institucionais tradicionais do campo médico.

Por meio do consenso em torno destas questões, entre as diferentes práticas médicas que compunham o campo, ascendia ao cenário científico brasileiro o nome de Oswaldo Cruz e de seu instituto de pesquisas, aos quais era atribuída a liderança intelectual destas concepções. É da organização deste consenso e de suas conseqüências que trato a seguir.

O Brasil é um vasto hospital!

Esta frase, de autoria de Miguel Pereira, e apropriada pelo saneamento rural como emblema do movimento, foi pronunciada em fins de 1916 numa festa no restaurante Assyrius, promovida por médicos da capital federal em homenagem a Carlos Chagas, na qual exaltavam-se as suas qualidades de médico, bacteriologista e descobridor da tripanossomíase americana.

O discurso e especialmente esta frase atraíram a atenção dos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, gerando manifestações diversas e inaugurando uma polêmica que envolveu as elites políticas e intelectuais dos dois principais centros urbanos do país.

Para o jornal *O País*, o discurso de Miguel Pereira era uma peça de oratória que procurava imitar a verve do conselheiro Rui Barbosa, sendo considerada "indevida e grotesca", já que tratava de política numa "festa de médicos". Em vez de saudar os méritos de Carlos Chagas, tratara Miguel Pereira, inadequadamente, do "relaxamento moral da República", comparando esta com "a austeridade dos homens e das instituições monárquicas" (*O País*, 24/10/196).

Por outro lado, um grupo de médicos vinculados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ao Instituto Oswaldo Cruz e à Academia Nacional de Medicina imediatamente solidarizaram-se com Miguel Pereira, avalizando pela imprensa carioca a veracidade dos fatos mencionados por aquele médico. Respondiam às acusações de alarmista e exagerado que lhe haviam sido feitas, evocando tanto o trabalho de pesquisa de Carlos Chagas na cidade mineira de Lassance quanto as

provas sobre o estado de abandono e morbidade da população interiorana colhidas *in loco* em diferentes regiões do país, na série de viagens realizadas pelos pesquisadores do Instituto de Manguinhos, sob a coordenação de seu diretor, Oswaldo Cruz.

De acordo com estes médicos, Miguel Pereira não cometera uma leviandade; mais do que mera opinião, a frase equivalia a um verdadeiro diagnóstico baseado no acervo documental e de pesquisas reunido pelo Instituto, que proporcionava uma visão realista e chocante das condições de vida dos brasileiros. As expedições científicas, como eram chamadas, haviam revelado uma face até então insuspeitada do país, constituindo prova irrefutável do verdadeiro Brasil[15].

Miguel Pereira contou com a defesa inequívoca do presidente da Academia Nacional de Medicina, o notório médico Miguel Couto. Referindo-se com humor à repercussão do discurso, comentava que se algum inimigo despejasse das alturas toneladas de dinamite sobre as damas e os cavalheiros que passeavam em plena Avenida (Rio Branco), o pânico não seria maior. Miguel Pereira dissera alto o que ninguém queria ouvir baixo. E numa referência irônica à doença de Chagas, disse: "A civilização requintada das cidades proíbe a exibição de chagas e doenças repelentes que obriguem os felizes que as habitam ao desgosto de as verem" (Couto, 1917:12)[16].

Miguel Couto admite que a frase expressava uma meia-verdade, e o autor a utilizara como um recurso para sensibilizar os surdos que somente ouviam gritos, alguns nem isso. O que "abalou no discurso de

---

[15] A noção de revelação do Brasil, mais especificamente de desvelamento de uma face oculta, foi sentida pelas elites políticas e intelectuais do período como se se tratasse de uma fratura na identidade nacional responsável pela existência de dois brasis antagônicos, o rural atrasado e o urbano civilizado. O dualismo era considerado um obstáculo à realização da verdadeira essência da nacionalidade, impedida de se manifestar na sua integridade. Nesse sentido, as viagens científicas, de uma parte, reforçavam o sentimento dualista, por efeito das provas tidas como incontestáveis que demonstravam a verdade dos fatos, ou seja, das diferenças existentes no país entre o litoral e o interior. Afinal, não se tratava de uma impressão parcial e, tampouco, de um relato ficcional. O Brasil sob a lente do microscópio transformara-se num gigantesco laboratório onde se podia alcançar a verdade mais profunda, invisível aos olhos do senso comum. Por outro lado, o confronto da ciência com a nação apresentava um caminho de saída pra o impasse existente, na medida em que, além de identificar o problema, indicava a terapêutica necessária. A doença, o grande mal responsável pelo atraso e pela degeneração da raça, encontrava, enfim uma solução trazida pela higiene e pela medicina experimental. Sobre as expedições científicas, ver Albuquerque, Marli et al., 1991.

[16] Consta que Miguel Pereira pronunciou a polêmica frase revidando o otimismo do deputado mineiro Carlos Peixoto, que teria dito que, caso houvesse uma invasão estrangeira, ele iria aos sertões e à sua terra natal convocar os caboclos para defender o país (*A Noite*, 17/10/16).

Miguel Pereira foi o diapasão, mas este intencional para alcançar o efeito colimado. Feriu fundo de propósito, para doer; agora vai curar a ferida na comissão da Academia" (Couto, 1917:13)[17].

Miguel Couto lamentava, ainda, o fato de que o Brasil vivesse embalado em doces ilusões e sonhando cor-de-rosa; não obstante os tempos fossem de guerra, permanecia adormecido, reduzido à impotência. Convencido de que "o exercício da arte médica se enobreceria mais se com ela ainda melhor servirmos à Pátria", conclamava os pares a se engajarem numa *Cruzada da medicina pela pátria*: o médico deveria substituir a autoridade governamental, ausente na maior parte do território, bem como influir no comportamento das populações, persuadindo-as a tomarem medidas higiênicas que impedissem a propagação de "doenças evitáveis que fazem o nosso descrédito e o nosso atraso" (Couto, 1916:13-17).

A partir daquele momento, a Academia Nacional de Medicina, os médicos da Diretoria Geral de Saúde Pública e os do Instituto Oswaldo Cruz lideraram a mobilização em torno do saneamento rural, idéia que aos poucos foi conquistando as simpatias de amplos setores da sociedade, os quais haveriam de se constituir na base de apoio indispensável para a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada pouco tempo depois, em fevereiro de 1918.

De fato, a metáfora utilizada por Miguel Pereira surtira o efeito desejado. Pode-se imaginar a repercussão se levarmos em consideração o prestígio social e científico de que ele gozava no meio médico e entre as elites políticas da República. O "olhar" médico sobre o Brasil difunde-se e impõe-se nos debates políticos a partir de então, extraindo sua força do consenso revelado a propósito do episódio envolvendo Miguel Pereira.

O episódio deixa transparecer uma ação orquestrada, da qual emergia à esfera pública o que já pertencia a uma seleta parcela da comunidade médica, que a despeito da heterogeneidade que caracterizava os seus interesses profissionais, compartilhava de uma opinião comum acerca da importância das endemias rurais. Ou seja, antes da Liga organizar-se formalmente, a aproximação entre esses grupos já constituía uma realidade.

---

[17] Miguel Couto refere-se à comissão organizada pela Academia de Medicina em 1917, cujos membros eram Miguel Pereira, Carlos Chagas, Carlos Seidl, Afrânio Peixoto e Oswaldo Cruz, sendo este último substituído por Aluísio de Castro. A comissão tinha sido incumbida pelo governo de apresentar-lhe sugestões de mudanças nos serviços de saúde pública. Entre as propostas feitas nesta ocasião, constava a criação de um Ministério da Saúde Pública, adotada posteriormente pela Liga Pró-Saneamento (Cf. Couto, 1919:383).

Para compreender a formação deste consenso é necessário recuar no tempo e remontar às relações vigentes no campo médico entre as diferentes especialidades que o constituíam. Refiro-me, mais especificamente, às relações entre clínicos, higienistas e experimentalistas, estes últimos reconhecidos como aqueles que se voltavam para a investigação em laboratório[18].

Oswaldo Cruz representa o prestígio do médico do seu tempo

Aprofundar a análise da história destas relações, que possivelmente deita raízes no século passado, fugiria aos objetivos deste trabalho. No entanto, algumas considerações são necessárias para se esboçar um quadro de referências que permita contextualizar o surgimento da ideologia sobre Oswaldo Cruz e sobre o seu instituto de pesquisas.

Como referi na Introdução, o tema da legitimação científica é tratado de forma parcial pela literatura sobre as relações entre medicina e sociedade no Brasil (Stepan, 1976; Schwartzman, 1979; Luz, 1982). O Instituto Oswaldo Cruz é citado como um caso exemplar de institucionalização da medicina experimental, tendo representado uma ruptura do ponto de vista científico e dos padrões da carreira médica, ao instituir um novo campo de trabalho e conferir centralidade à pesquisa em laboratório.

Esses estudos limitam-se a descrever a trajetória institucional bem-sucedida do Instituto como o resultado da superação de uma série de obstáculos enfrentados ao longo do tempo, focalizando, sobretudo, as dificuldades decorrentes da insensibilidade das elites políticas em relação à ciência.

Depreende-se desta interpretação que a conquista da autoridade científica resulta naturalmente dos fatos institucionais, não se percebendo nas relações sociais do campo médico uma instância decisiva de definição da questão. Assim, não indaga-se, por exemplo, sobre a receptividade

---

[18] Note-se que, na época, a formação médica era predominante, senão a única opção possível, para os que desejavam perseguir a carreira de pesquisa. Os médicos vinculados à saúde pública eram designados higienistas, não sendo habitual ainda o emprego do termo sanitarista. Da mesma maneira, cientistas eram comumente denominados de experimentalistas ou bacteriologistas.

e o impacto que um fato de tamanho alcance pudesse ter exercido sobre as relações entre os grupos e as instituições que compunham o campo. Passa desapercebida a tensão gerada no campo médico pelo surgimento deste grupo científico.

Na perspectiva adotada neste trabalho, a história das relações entre as diferentes práticas médicas constitui uma dimensão fundamental para a compreensão da questão da legitimidade científica[19].

Nesse sentido, o surgimento da liderança intelectual de Oswaldo Cruz produziu impacto sobre a configuração tradicional do campo, desalojando antigas posições e desalinhando as relações existentes. Introduzia-se uma diferenciação profissional a partir da institucionalização de uma prática, cuja característica era a conjunção da pesquisa de laboratório com a saúde pública.

As alterações produzidas no campo médico traduziram-se numa série de conflitos, principalmente naqueles que opuseram o Instituto Oswaldo Cruz às principais entidades médicas da época, detentoras do monopólio do saber médico: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Academia Nacional de Medicina.

Apesar de ter conquistado respaldo entre certos setores médicos para implementar as campanhas sanitárias entre 1903 e 1907, que redundaram na extinção temporária da febre amarela no Rio de Janeiro. Oswaldo Cruz, pela notoriedade que alcançou e pelas atitudes ousadas que tomou, tornou-se um pólo de discussão no campo médico, atraindo tanto as simpatias como a aversão de inúmeros e expressivos representantes da categoria.

Assim, seu reconhecimento científico traduziu-se num longo processo de luta simbólica pela posse da autoridade científica – segundo a definição de Bourdieu –, a qual envolveu os ocupantes tradicionais do campo, representados por membros da Academia e da Faculdade de Medicina.

Para compreender-se este processo é necessário reportarmo-nos a alguns fatos relatados no estudo de Benchimol (1990) sobre a história institucional de Manguinhos.

---

[19] Abordagem semelhante foi adotada por Jacques Léonard (1986) e Bruno Latour (1986) ao estudar o significado e os efeitos das descobertas de Louis Pasteur para as ciências biomédicas. Estes autores mostram que o surgimento de Pasteur no cenário científico implicou um alinhamento imediato dos higienistas e uma adesão bem mais cautelosa dos clínicos, que, por muito tempo, duvidaram de certos pressupostos da teoria dos micróbios e resistiram às interferências desta teoria em sua prática.

Ao que tudo indica, a resistência dos médicos datava de 1903, ocasião em que Oswaldo Cruz deslanchara a campanha contra a febre amarela, baseando-se na teoria da transmissão da doença por mosquitos, a qual gerou intensos debates científicos na Academia Nacional de Medicina e na Faculdade de Medicina.

Além disso, Manguinhos apresentou-se desde o início como um pólo alternativo às instituições tradicionais, ao inaugurar um curso prático de bacteriologia, compensando "as deficiências da faculdade", que possuía "laboratórios precários" e oferecia a cadeira em um único semestre (Benchimol, 1990:22, 80).

O relativo sucesso de Oswaldo Cruz no combate às epidemias não fora suficiente para superar o clima de animosidade que se formara contra ele. Mostrando-se desanimado com a ausência de reconhecimento social de sua instituição, o cientista comentava que se criara no país uma situação paradoxal, posto que a ciência produzida em Manguinhos era reconhecida no exterior, mas não pelas elites locais, entre as quais era completamente desconhecida. Queixava-se de tamanho descaso, o qual também encontrava-se entre a comunidade médica, na qual era conhecido apenas por uma pequena parcela: "não admira pois o esforço colossal para contrabalançar a indiferença geral e mesmo a má vontade de certas rodas em relação a uma instituição que, sem dúvida, está mais próxima do que tantas outras das análogas dos países adiantados" (Cruz *apud* Benchimol, 1990:33)[20].

Benchimol identifica em 1907 o ano crucial para o reconhecimento científico e social de Manguinhos, visto que foi quando o Congresso Nacional deliberou sobre sua autonomia financeira e administrativa em relação à Diretoria Geral de Saúde Pública.

Naquele ano tramitou no Congresso um projeto de lei que visava tornar a instituição independente da Diretoria Geral de Saúde Pública, vinculando-a diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior. A reforma previa ainda a transformação do Instituto Soroterápico Federal – criado em 1900 – em Instituto de Medicina Experimental, com a ampliação de seu pessoal e a criação, pela primeira vez no Brasil, de um quadro de carreira para a pesquisa científica.

---

[20] Os comentários de Oswaldo Cruz em tom de denúncia contra a indiferença das elites em relação à ciência constam de um relatório enviado ao ministro da Justiça e Negócios do Interior em 1906, quando ainda exercia o cargo de diretor geral da Saúde Pública.

Segundo Benchimol, as dificuldades que o projeto encontrou junto aos parlamentares deviam-se, de uma parte, à mentalidade prevalecente entre as oligarquias, "que consideravam um desperdício os investimentos em ciência", e a "setores mercantis, que não admitiam o controle da fabricação de produtos biológicos por uma instituição do Estado"; de outra parte, a "políticos ligados à corporação médica que não viam com bons olhos o exercício do ensino numa instituição independente da Faculdade de Medicina" (Benchimol, 1990:34).

A polêmica resolveu-se quando, em setembro de 1907, o Instituto de Manguinhos foi premiado com a medalha de ouro no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia, em Berlim, fato que, segundo o autor, teve grande repercussão no Brasil e foi decisivo para a aprovação do projeto de lei.

Na opinião de Benchimol, as homenagens prestadas a Oswaldo Cruz quando regressou ao país, em março de 1908, representaram um reconhecimento passageiro e não passaram de encenação superficial, própria do imaginário ufanista que caracterizava o ambiente político e intelectual da época, não tendo qualquer conseqüência sobre o domínio concreto da saúde coletiva. A imagem de sábio imputada a Oswaldo Cruz na ocasião era somente uma ideologia, pois, segundo o autor, a ciência era útil à burguesia apenas no plano simbólico (Cf. Benchimol, 1990: 36-37).

Entre os fatos relatados por Benchimol que retratam a animosidade do ambiente social em relação à ciência, chama a atenção a manifestação de um clínico e professor da Faculdade de Medicina, Abreu Fialho. Em meio às polêmicas no Congresso Nacional, o médico escreve numa revista leiga declarando sua posição favorável ao Instituto e condenando a atitude de resistência de membros da Faculdade de Medicina em reconhecer o papel relevante da nova instituição de pesquisa[21].

O artigo de Fialho representa um indício significativo da divisão existente na comunidade médica, explicitada publicamente, não por acaso, no momento em que se deliberava sobre o destino de Manguinhos. Esta posição era representativa da opinião de parcela da comunidade médica, que tornou-se adepta e defensora da prática institucionalmente organizada por Manguinhos, a qual aproximava a pesquisa biomédica da saúde pública.

---

[21] O artigo é parcialmente reproduzido por Benchimol, 1990:80.

Esta atitude, que denominei de conversão, parece constituir uma evidência relevante do processo de legitimação científica em curso, por meio do qual Oswaldo Cruz e seu grupo conquistariam não apenas uma opinião favorável no campo médico, mas a adesão às concepções de ciência e de saúde pública originadas em Manguinhos.

De acordo com os conversos, a medicina pasteuriana ou microbiologia representava um avanço científico com efeitos positivos tanto para a prática clínica – influindo, decisivamente, sobre o diagnóstico – como para a prática higienista. Formada a partir de um concurso de disciplinas, como a bioquímica, a imunologia, a parasitologia, entre outras, a microbiologia modificava as relações entre as práticas médicas, aproximando-as. Desse modo, não fazia sentido manter antigas polêmicas e divergências, época em que cada uma destas práticas buscava afirmar a superioridade de sua ação sobre as demais.

Referindo-se ao assunto, o médico baiano Clementino Fraga, que atuou sob as ordens de Oswaldo Cruz na campanha contra a febre amarela e cuja especialidade era a clínica, afirma que, ainda no início do século, esta se restringia ao hospital, teatro de seus melhores esforços, sem contar ainda com os benefícios do laboratório para descobrir as causas das doenças. Era necessário, contudo,

> estudar a moléstia nos pontos ainda indecisos de seus domínios, isto é, estudá-la nas suas possibilidades latentes, no seu poder efetivo, retratá-la *in anima vili*, ferindo-lhe a bossa concreta – a sua etiogênese, até recompô-la nos seus caracteres com a fisionomia clínica e anatômica da lesão humana" (Fraga, 1917:3).

Aloísio de Castro, catedrático da cadeira de clínica médica e diretor da Faculdade de Medicina a partir de 1916, manifesta ponto de vista análogo, ao reconhecer os benefícios da medicina experimental para o diagnóstico, que ganhara uma precisão ainda desconhecida, e para a terapêutica, que passou a utilizar novas armas a partir do aperfeiçoamento alcançado nas aplicações dos métodos de laboratório aos problemas patogênicos e à prática clínica. Segundo Castro,

> Todos os primores da arte que outrora celebrizaram seus eleitos, a intuição médica, olho médico, tino médico, excelências de ouvido, argúcias de raciocínio, pediram o complemento do laboratório, sem cujo auxílio, a cada passo se veria em entalas o clínico muitas vezes experimentado em prática larga e consumada (Castro, 1917:372).

Por sua vez, o catedrático da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina, Afrânio Peixoto, reiterava, taxativamente, a mesma opinião: "Sem laboratório de análises, nenhum médico de agora se presume capaz do seu bendito sacerdócio". Para Peixoto, no laboratório, "uma reação feliz, gota de ácido em tubo de ensaio, gota sobre lâmina de preparado, supre experiência clínica de muitos anos". E conclui o higienista: "Esta é a medicina exata de hoje em dia", que supera "a arte infusa e transcendente do diagnóstico de outrora" (Peixoto, *apud* Serpa, 1937:384).

Se é possível constatar uma visão relativamente consensual a respeito da importância da investigação científica e das análises de laboratório para o exercício da clínica, outra controvérsia dividia os médicos, inclusive os que concordavam sobre a questão anterior. Tratava-se da relação entre a higiene e a clínica. Podemos acompanhar este debate reproduzindo os argumentos que opuseram Afrânio Peixoto a Aloísio de Castro.

Ao passo que o primeiro qualificava os clínicos de crédulos que viviam enganados por uma ciência baseada "em venenos da toxicologia terapêutica", Aloísio de Castro acusava a higiene de simplificadora, pois prometia o éden, assegurando "o milagre da imortalidade do corpo" com base apenas nas regras preventivas. Enquanto Afrânio Peixoto duvidava da eficácia da medicina clínica para curar doenças orgânicas, Aloísio de Castro revidava com a tese de que as doenças não se resumiam às de caráter infeccioso. Alertava ainda para os riscos que a aplicação das regras higiênicas podia acarretar, uma vez que "para evitar o mal, trazia a morte, morrendo-se não já da doença, nem da cura, mas do preservativo" (Castro, 1917:7-8).

Ante as divergências que minavam o entendimento no campo médico, verifica-se a existência de uma posição conciliatória, como a que apresenta Carlos Seidl, para quem o papel social dos médicos consistia em contribuir para a civilização, missão que requeria o estabelecimento de laços de solidariedade no âmbito da categoria.

Assim, Seidl condenava o antagonismo entre clínicos e higienistas, vendo nele a reedição contemporânea da já superada "beligerância entre o clínico e o pesquisador [que] hoje, vivem em feliz acordo (...) completando-se". Assim, "podem prosperar as duas escolas rivais de outrora: a clínica e a científica". O ideal seria, então, a "simbiose, a união íntima, a consubstanciação do higienista e do clínico" para que pudessem desempenhar "a nova concepção do papel social do médico". Todo pro-

fissional deveria enfeixar "as qualidades de higienista prático e clínico", ressaltando que, "quando digo higienista, quero referir-me a nós todos médicos, sem exceção, clínicos e profissionais de laboratório" (Seidl, 1917b:12-13).

Vale ressaltar a relevância dessas opiniões, vez que estes homens ocupavam postos importantes na hierarquia da carreira médica e possuíam prestígio social e político inquestionável. Esta posição pode ser tomada como representativa de uma parcela da categoria médica que converteu-se à ciência de Manguinhos, legitimando desse modo as ambições científicas e políticas do Instituto.

Os conversos estabeleceram uma "ponte" entre o Instituto de Manguinhos e as instituições consagradas na hierarquia do mundo acadêmico. Procuravam convencer os mais recalcitrantes no âmbito da categoria médica de que Oswaldo Cruz sintetizava o perfil profissional do médico moderno, constituindo-se num modelo a ser seguido por todos.

Em que pese a importância atribuída à versatilidade e à polivalência exibidas pelo grupo de Manguinhos, que exercia a clínica, a experimentação e a higiene, percebe-se que, de fato, estes médicos estavam promovendo um movimento de opinião – dentro e fora do campo médico – que visava valorizar a saúde pública, demonstrando, assim, seu próprio interesse por um espaço tradicionalmente disputado em função das possibilidades de intervenção política que proporcionava aos médicos.

Naquele momento, tratava-se de aproximar e conquistar as práticas tradicionais do campo, a clínica e a higiene, que deveriam render-se ao laboratório, responsável pela eficácia que a medicina tinha adquirido. Nesse sentido, é instrutivo destacar dois fatos que, tudo indica, constituíram marcos importantes no processo de legitimação da prática científica de Oswaldo Cruz e de seu grupo.

Durante o IV Congresso Médico Latino-Americano, ocorrido em 1909 no Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz foi homenageado com uma medalha de ouro, o que constitui, salvo engano, a primeira manifestação pública de reconhecimento da comunidade médica.

Por outro lado, neste mesmo congresso Carlos Chagas também fora distinguido por sua recente descoberta científica, a qual repercutira internacionalmente e que, ao nosso ver, contribuiu de forma decisiva para a consolidação da atitude dos convertidos em relação ao valor do Instituto Oswaldo Cruz no cenário científico brasileiro.

Quanto ao Congresso, sua escolha como palco para homenagens a Oswaldo Cruz não foi gratuita, vez que revelava a intenção dos médicos

de superdimensionar o gesto, cuja ressonância seria garantida pela presença da comunidade nacional e de diversas personalidades científicas estrangeiras. Houve, inclusive, a preocupação de ressaltar que a medalha de ouro fora cunhada graças a uma subscrição pública que obtivera a adesão de mil médicos de todos os estados do Brasil, conforme publicou a prestigiosa revista *Brasil Médico* em seu número de 17 de fevereiro de 1917.

Chama particularmente a atenção a dedicatória inscrita no álbum que acompanhava a medalha. Além de tecer elogios àquele que alcançou "a glória imortal por ter conseguido abater a temerosa esfinge no Rio de Janeiro, por sua fé inabalável na ciência e aplicação sistemática da profilaxia específica", o aspecto mais interessante abordado pelo documento refere-se à posição dos médicos em relação a Oswaldo Cruz. Além de reconhecerem sua fama e fazerem dela um patrimônio "de toda classe, da pátria e dos intelectuais de todo o mundo", os médicos esperavam que em um monumento a ser erigido a Oswaldo Cruz constasse, numa das faces do pedestal, a homenagem prestada então para "transmitir às gerações futuras o testemunho solene dos contemporâneos que assistiram o milagre operado pela ciência" (*Brasil Médico*, 1917:16).

Em outras palavras, a legitimação científica de Oswaldo Cruz criava laços de identidade e, ao mesmo tempo, permitia que os médicos usufruíssem de seu prestígio e partilhassem do mesmo destino.

A descoberta científica de Chagas revestiu-se de significado análogo. Alguns médicos referem-se a ela como se fosse não apenas uma vitória do grupo de Manguinhos, mas a expressão do valor científico da medicina brasileira, de uma tradição mantida por homens notáveis que desde o século passado ter-se-iam destacado na clínica e na experimentação.

Na verdade, o discurso é ambíguo. Se, por um lado, os médicos posicionavam Manguinhos numa relação de continuidade com a medicina brasileira, sedimentando a tradição científica existente em vez de romper com ela, por outro admitiam que a descoberta de Chagas constituía um feito singular, sem precedentes na história da medicina: um único investigador estabelecera a etiologia, a sintomatologia, as formas clínicas, a anatomia patológica, o modo de transmissão e a profilaxia de uma doença (Cf. Miguel Couto, 1923:174; Miguel Pereira, 1913:52; Carlos Seidl, 1913:51).

O gênio de Chagas era produto de uma alquimia que combinava as qualidades de clínico às de experimentalista. Nas palavras de Seidl, "o

Dr. Chagas é um bacteriologista dos mais distintos da Escola de Manguinhos, mas é também um clínico dos mais competentes saídos de nossa Faculdade" (Seidl, 1913).

Mais uma vez os médicos operavam a partilha do prestígio alheio, universalizando-o. É este o sentido implícito na exclamação de Seidl: "Não há médico brasileiro, não há um só homem culto da nossa terra que se não deva sentir entusiasmado pela descoberta feita pelo Dr. Carlos Chagas" (Seidl, 1913).

Nestas homenagens, os médicos revelaram, de forma inequívoca, as motivações subjacentes às posições que assumiram em relação ao Instituto Oswaldo Cruz. A melhor expressão do significado simbólico contido nos gestos de reconhecimento por eles esboçados reside, talvez, nas palavras de Carlos Seidl, para quem Oswaldo Cruz representava "o símbolo sobretudo do prestígio e do valor social do médico" (Seidl, 1917a:322).

O patrono de Manguinhos encarnava, assim, os ideais profissionais de poder e prestígio dos médicos. Em diferentes ocasiões, Seidl expressa sentimentos ambivalentes em relação a ele, que podemos considerar como extensivos à grande maioria dos médicos, os quais, invejando as posições alcançadas por aquele cientista, manifestavam, a um só tempo, admiração e o desejo de reproduzir seu itinerário.

É preciso ressaltar, porém, que, para o êxito deste processo de reconhecimento científico, concorreram igualmente as ações de Oswaldo Cruz com vistas a arregimentar o apoio de seus pares. Um episódio que ilustra bem isso é, ainda, a descoberta da doença de Chagas.

De acordo com Miguel Couto, logo após o IV Congresso Latino-Americano fez-se uma reunião na casa de Azevedo Sodré para discutir-se a publicação de um livro sobre as patologias brasileiras, consideradas o assunto mais relevante da medicina nacional. Oswaldo Cruz convidou, então, o grupo a acompanhá-lo à Lassance para conhecer as pesquisas de Chagas, que ainda constituíam um segredo.

Rememorando o episódio, Miguel Couto revela as impressões que lhe causaram "o museu de raridades de Chagas – dezenas de doentes de todas as idades, uns idiotas, outros paralíticos, outros cardíacos, todos papudos; microscópios espalhados sobre mesas exibindo tripanossomos em movimento (...), no biotério animais infectados". Aqueles médicos de "indisputadas autoridades", em que se incluíam "os médicos mais representativos dessa época na medicina de nossa terra", a saber, Miguel Pereira (então presidente da Academia Nacional de Medicina), Fernandes

Figueira, Juliano Moreira e Antônio Austregésilo, examinaram todo o material e "nada tiveram que tirar nem pôr na análise dos sintomas e sua interpretação lidas por Chagas em minucioso relatório" (Couto, 1923:172-173).

Nessa visita forjou-se mais um elo da aliança que atendia aos interesses de ambos os grupos, os quais, anos mais tarde, se reuniriam na campanha pelo saneamento rural. A aliança que iria se consumar ao longo de certo tempo traduzia o empenho com que estes médicos buscaram legitimidade social, conscientes do quanto era necessária para que interferissem na vida pública[22].

A longa convivência entre estes médicos acabou por gerar um pensamento consensual sobre determinados temas relativos à saúde pública, através dos quais manifestavam sua visão do presente e do futuro do país. Os interesses políticos eram parte integrante da trajetória científica e profissional destes grupos de clínicos, higienistas e experimentalistas, e têm a ver, inclusive, com suas diferentes inserções institucionais. Uniaos um conjunto de valores e interesses políticos e científicos que os distinguia no campo médico.

Nessa perspectiva, o interesse pelas endemias rurais constitui a síntese da cultura particular por eles engendrada e traduz de maneira singular, no plano científico e simbólico, a ideologia nacionalista que predomina no cenário intelectual e político do país após a Primeira Guerra Mundial[23].

Elegemos o discurso de Miguel Pereira, em 1916, como marco não só do extravasamento para o debate público sobre a nação daqueles temas que haviam permanecido confinados aos fóruns acadêmicos, como também da aliança constituída a partir da convergência de interesses entre os grupos médicos que, agora, manifestavam-se em uníssono sobre os temas trazidos a público.

O consenso expresso na frase de Miguel Pereira, representava a unificação em torno de certos pontos relativos à saúde pública que pretendia

---

[22] A primeira expressão de seus interesses científicos e políticos, anterior à organização da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918, pode ser identificada na conclamação de Miguel Couto, em 1916, à adesão dos médicos à *Cruzada da Medicina pela Pátria*, em meio ao movimento nacionalista após a Primeira Guerra Mundial.

[23] O interesse político e o nacionalismo que caracterizam as idéias deste grupo de médicos não têm uma origem estranha à sua própria trajetória intelectual. O pensamento nacionalista do grupo que apoiou a Liga Pró-Saneamento tem sido tratado pela literatura como algo externo ao campo científico, como se se referisse a interesses e idéias de outros agrupamentos intelectuais, cujo pensamento teria sido incorporado de fora para dentro do campo médico.

ser – e foi – representativa, se não da maioria, dos que falavam em nome dela.

As bases desse consenso, como vimos, haviam sido lançadas há muito tempo, desde que determinados representantes da vertente tradicional do campo converteram-se às idéias professadas pelo grupo liderado por Oswaldo Cruz, principalmente no que se refere à importância da investigação científica e de sua utilização para orientar práticas sanitárias e clínicas. Há boas razões para supor que tal conversão correspondeu ao reconhecimento da autoridade científica de Oswaldo Cruz e de seu grupo, o que pode ser depreendido de diversas manifestações públicas de segmentos médicos.

Contudo, imediatamente ao discurso de Pereira, em fevereiro de 1917, a morte privou Manguinhos de sua principal liderança, o que trouxe conseqüências contraditórias para o movimento recém-desencadeado pelos médicos. Por um lado, afetou negativamente uma das principais peças institucionais do projeto de mudanças que os médicos desejavam implementar na saúde pública; por outro lado, propiciou-lhes um importante instrumento simbólico para catalisar as forças que o movimento requeria. Assim, se a Liga Pró-Saneamento nasceu órfã de pai, ganhou, com isso, seu mais poderoso elemento de propaganda.

2

O Brasil de luto pela morte de Oswaldo Cruz

O gigante tomba no leito...
Ezequiel Dias

Conforme as notícias estampadas nos jornais da época, Oswaldo Cruz fora vítima de um ataque de uremia.

Sales Guerra, seu amigo e médico, relata que há muito tempo Oswaldo Cruz sofria de uma nefrite que acabou por comprometer, inexoravelmente, sua saúde. Dissimulava ele, porém, a gravidade de sua condição, ocultando de todos, e principalmente da família, os sintomas da doença. Revelara apenas a Sales Guerra que seu pai morrera em conseqüência do mesmo mal.

Os primeiros sintomas começaram a manifestar-se em 1907, quando Oswaldo Cruz encontrava-se em Berlim. Em meio aos trabalhos de preparação da mostra brasileira que ia ser exibida no Congresso Internacional de Higiene, em vias de ser inaugurada naquela cidade, Oswaldo Cruz queixou-se em carta a Sales Guerra de que estava se sentindo "meio esquisitão", sem saber qual seria o fim da "neurastenia" que o acometia constantemente.

As perturbações foram agravando-se progressivamente. De acordo com seu médico, Oswaldo Cruz sofria de crises de insônia, nostalgia e distúrbios digestivos. Preocupado com as conseqüências disso, ainda em Berlim, Sales Guerra deu-lhe alguns conselhos e tentou convencê-lo a procurar um especialista da Faculdade de Medicina. Como Oswaldo Cruz recusasse, propôs-lhe, então, um período de repouso em um sanatório, onde poderia submeter-se a uma dieta alimentar benéfica à sua

saúde. Conta Sales Guerra que Oswaldo Cruz relutava em submeter-se a qualquer tratamento, prometendo-lhe apenas que tomaria certas precauções que o amigo lhe indicara. Em carta que lhe escreveu em outubro de 1907, quando já se achava instalado em Paris, para onde viajara após o Congresso, Oswaldo Cruz tornou a se queixar das perturbações que o afligiam:

> (...) o isolamento deu bom resultado, durmo perfeitamente. Mas os desequilíbrios vasomotores aumentaram. Passo os dias com as extremidades regeladas e, segundo tuas acertadas previsões, a dispepsia parece que está instalando-se, digiro pessimamente, tenho a língua sempre coberta de saburra, com a impressão dos dentes, etc. etc. Enfim, deixemos de lado a carcaça, que não merece que se lhe dê atenção (Cruz *apud* Guerra, 1940:391).

Como se pode verificar na correspondência mantida por Oswaldo Cruz com Sales Guerra durante suas constantes viagens ao exterior ou pelo Brasil, daquele ano em diante os sintomas não mais o abandonaram, deteriorando-se, inclusive, seu humor, freqüentemente abalado por crises de depressão[24].

Segundo o cientista Ezequiel Dias, cunhado de Oswaldo Cruz, a doença deixou de ser um segredo para a família em novembro de 1908, quando ele teve uma crise aguda de uremia. Só então consentiu em adotar um regime dietético adequado, suprimindo totalmente o sal de sua alimentação (Dias, 1922:163). Todos perceberam que sua saúde inspirava cuidados permanentes e passaram a vigiá-lo para que não fugisse às precauções necessárias. Quando Oswaldo Cruz viajou para a Amazônia, por exemplo, Sales Guerra encarregou o médico Belisário Pena, que o acompanhava, de controlar sua dieta.

No início de 1911, quando Oswaldo Cruz se preparava para viajar à Alemanha, onde iria participar da Exposição Internacional de Higiene, em Dresden, seu estado de saúde era delicado, como se vê no quadro clínico descrito por Sales Guerra:

> Naquela época, o estado de saúde de Oswaldo Cruz se achava em equilíbrio instável: esclerótico cardio-renal, hipertenso, albuminúrico, fora

[24] Na biografia de Oswaldo Cruz escrita por Sales Guerra, este aspecto da personalidade do cientista é ressaltado: a constante depressão. Relata que encontrou, no quarto de hotel onde ele se hospedava em Paris, um desenho em que o cientista havia esboçado a lápide para o seu túmulo e o local onde gostaria de ser enterrado, junto ao mar, na Avenida Niemeyer no Rio de Janeiro, em terreno que pertencia a seu sogro.

> acometido de dois ataques de edema pulmonar, de que ficaram vestígios permanentes na base dos pulmões: quadro sintomático de prognóstico sombrio (Guerra *apud* Fraga, 1972:163).

Sales Guerra comenta que, em vão, tentou dissuadir o amigo de viajar: "Morrerei mais cedo se ficar inativo" – foi a resposta de Oswaldo Cruz.

A partir de 1915, as crises de insuficiência renal tornaram-se freqüentes e, numa delas, o quadro sintomático se complicou, com soluços, contraturas dolorosas e perturbações do ritmo respiratório. As crises foram agravadas, na opinião de seu médico, por problemas que ocorriam no Instituto de Manguinhos e que o deixavam extremamente contrariado.

Surgiu, então, a idéia de afastá-lo do Rio de Janeiro, para que pudesse gozar de repouso absoluto. O filho primogênito, Bento Cruz, cogitou da nomeação do pai para a prefeitura de Petrópolis, que acabava de ser criada[25]. Era uma maneira de mantê-lo ocupado com algum tipo de atividade, já que se mostrava contrariado com a idéia de deixar o Rio e, principalmente, o Instituto. Sales Guerra opôs-se, a princípio, mas como não lhe ocorreu outra solução e, percebendo que ela agradava ao amigo, cedeu.

Oswaldo Cruz assumiu a prefeitura de Petrópolis em 18 de agosto de 1916, mas permaneceu pouco tempo no cargo, por causa do agravamento do seu estado de saúde, sendo obrigado a transferi-lo a Leopoldo Bulhões no início de janeiro de 1917. Sales Guerra relata as agruras por que passou o cientista em seus últimos meses de vida:

> Veraneávamos em Petrópolis, eu e os meus, naquela quadra de tristezas, desde fins de dezembro de 1916. Compungia-me, mas ao mesmo tempo me consolava, passar o dia e boa parte da noite ao lado do amigo, sofredor estóico, que em breve ia perder para sempre. De bom grado o fazia, tanto mais quanto ele não cessava de repetir que minha presença o confortava. Naquele transe doloroso, como em todas as fases da vida intensa que levou, não cessei de admirar a beleza de suas atitudes, a incomparável resignação no sofrimento... e que sofrimento! À dispnéia

---

[25] Vale assinalar que, em nenhum dos relatos biográficos consultados, foi encontada qualquer explicação mais detalhada sobre o assunto. Nada se sabe sobre as articulações políticas que viabilizaram a nomeação de Oswaldo Cruz para o cargo. Um dos intermediários foi o cientista de Manguinhos Figueiredo de Vasconcelos, que manteve entendimentos com o governador do estado do Rio, Nilo Peçanha. A criação da prefeitura relacionava-se à estratégia de fortalecimento deste político, recém-empossado governador do estado em seu segundo mandato. Conforme o estudo coordenado por Marieta Ferreira, a eleição de dezembro de 1914 fora tumultuada pela fraude eleitoral que buscara favorecer o candidato governista, Feliciano Sodré. No governo, Nilo Peçanha procurou neutralizar o poder dos grupos oligárquicos adversários através de uma reforma administrativa e financeira, que incluiu a criação da prefeitura de Petrópolis e de outras seis (Ferreira, 1989:211).

constante, com exacerbações ao menor esforço, que o edema das bases pulmonares e o soluço mantinham, juntou-se a cegueira quase total, cujo efeito mortal é, como se sabe, dos mais deprimentes, situação aflitiva que se prolongou por quarenta dias! (Guerra *apud* Fraga, 1972:166).

O problema mais aflitivo eram os soluços incessantes que provocavam náuseas e prejudicavam o sono. Nenhuma medida foi capaz de interromper o sofrimento, nem mesmo o método de faradização, último recurso tentado por Sales Guerra e Carlos Chagas, que todas as manhãs subia até Petrópolis para visitar Oswaldo Cruz. Os soluços só cessaram quando ele entrou em coma terminal.

Isso aconteceu na manhã de 11 de fevereiro de 1917. "O gigante tomba no leito para não mais erguer-se", escreve compungido Ezequiel Dias, que recorda a tristeza que sentiram todos os que velavam a agonia de Oswaldo Cruz:

> Num tranqüilo recanto da rua Montecaseros, com frente para a colina onde se acha o cemitério, demora um solar antigo situado num jardim florido de hortênsias. Um lustre encarnado, ao alto da varanda cingida de trepadeiras rubras, ilumina suavemente as escadarias. No salão de visitas, também vermelho, tudo é silêncio e escuridão. Naquele mesmo silêncio triste da rua Montecaseros, ouvem-se as nove badaladas noturnas do Convento dos Franciscanos. Na ante-sala, aconchegados como um grupo de aves tímidas ao pressentir uma tormenta, estão Sales Guerra, Chagas, Pedroso, Belisário Pena e membros da família. Conversam sobre a crueldade da agonia que se estira num longo estado comatoso; rememoram-se benefícios recebidos daquele discreto coração; recapitulam-se todos os valores da vida prestes a extinguir-se; lamenta-se a grande desgraça que vai abater o Brasil. E como que a resumir todos os conceitos, numa concisão admirável, salientava-se uma frase comovida de Sales Guerra: – Foi o homem mais perfeito que até hoje tenho conhecido! Era a voz da posteridade que se antecipava na sua real e nobre glorificação. Dez minutos depois expirava Oswaldo Cruz (Dias, 1922:164-165).

Morreu Oswaldo Cruz!...

Folheando o álbum de recortes de jornais conservado junto ao arquivo pessoal de Oswaldo Cruz, especialmente dedicado ao registro da repercussão de sua morte, é possível perceber como o acontecimento foi vivido por certos setores sociais da época.

As matérias sobre o funeral, reproduzidas neste álbum, mostram que o desaparecimento do cientista foi assinalado com certa pompa pelo

chamado mundo oficial. Há inclusive uma disputa entre o governo federal, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o estado natal de Oswaldo Cruz, São Paulo: quem enterra o morto?

O governo paulista providenciou para que os funerais corressem por sua conta, oferecimento aceito pela viúva e pela família. Ressentido, o prefeito do Distrito Federal, Amaro Cavalcanti, reivindicou o direito de promover as exéquias por ocasião do sétimo dia do falecimento. A imprensa publicou a carta que o prefeito endereçou à viúva para convencê-la a aceitar a oferta: era natural que todo o país acorresse para homenagear a figura universal que era Oswaldo Cruz, mas, afinal, o Rio de Janeiro tinha suas prerrogativas, já que a cidade devia-lhe o saneamento que a libertou da febre amarela. A viúva estava, então, convidada a comparecer na igreja da Candelária à cerimônia que a municipalidade realizaria em 17 de fevereiro.

Observa-se que as matérias e os necrológios publicados pelos jornais obedecem a um certo padrão de apresentação da vida de Oswaldo Cruz. Os fatos selecionados como relevantes pelos articulistas da época dizem respeito às realizações sanitárias de Oswaldo Cruz, em especial à extinção da febre amarela no Rio de Janeiro, conferindo-se destaque, também, à fundação do Instituto de Manguinhos, considerado um marco da medicina experimental no Brasil.

Num dos artigos que pode-se considerar típico, lê-se que a morte reservava "um cenário de apoteose a todos os homens de mérito, como era o caso de Oswaldo Cruz". As homenagens que ele estava recebendo compensavam todos os sacrifícios e aborrecimentos que tivera em vida, quando ainda não era conhecido como um grande homem. Oswaldo Cruz tivera uma fama ruidosa durante a gestão dos serviços sanitários, mas depois recolhera-se "ao ambiente sossegado, realizando em completo silêncio o seu santo apostolado" científico.

Percorrendo o álbum de recortes, ressalta a recorrência deste tema, abordado em diversas reportagens. Isso não significa, porém, que todos concordassem com a opinião acima reproduzida.

Uma série de artigos criticava a atuação do governo federal, julgando que as homenagens oficiais não estavam à altura do mérito do cientista. Pelo que se pode depreender, a controvérsia girava em torno do luto oficial que não fora decretado pelo governo. Um destes artigos sintetiza o teor das críticas às classes dirigentes que deveriam dar o exemplo ao povo, já que este possuía memória curta. O artigo desanca os políticos, afirmando que se Oswaldo Cruz tivesse sido um deles, "chefe de bando

ou quadrilha, desses que disputam os cargos públicos, a sua morte teria uma repercussão mais funda... nas nossas chamadas classes dirigentes". De acordo com a matéria, só era reconhecido como "grande homem" no Brasil aquele que pertencesse ao mundo da política: "Oswaldo Cruz não poderia nunca ser um grande nome nacional, porque não foi um intendente, nem deputado, nem senador; ele foi apenas o saneador do Rio de Janeiro, o que é realmente muito pouco em um país ou em uma terra essencialmente política como é esta nossa". A imprensa também era alvo de críticas, por haver demonstrado insensibilidade e tratar o assunto de forma banal:

> Os próprios jornais, em sua maioria, não parecem ter compreendido a extensão do desastre que é para o Brasil a perda de Oswaldo Cruz. Veja-se, por exemplo, como alguns deles noticiaram o desenlace. Um diz: "Faleceu o dr. Oswaldo Cruz, prefeito de Petrópolis". Outro dá ao necrológio o título: "A morte de Oswaldo Cruz, o diretor do Instituto de Manguinhos". E nem todos se lembraram de que quem morreu ontem em Petrópolis não foi o prefeito dessa cidade, nem o diretor do Instituto de Manguinhos, mas o *saneador do Rio de Janeiro*, isto é, o homem que nestes últimos 10 anos prestou a esta cidade e ao Brasil o maior dos serviços que se poderia prestar e que foi a extinção da febre amarela[26].

A matéria termina com referências irônicas à questão do luto oficial:

> O governo não quis decretar o luto oficial pela morte de Oswaldo Cruz... fez bem. O luto oficial está tão barateado, tem sido decretado em homenagens a tanto politiqueiro ambicioso e nefasto, que seria quase um sacrilégio que mesmo na morte se comparassem a um homem do valor do grande brasileiro desaparecido. O luto por Oswaldo Cruz ficou reservado apenas para o coração do povo.

Esta não é uma opinião isolada. Dela compartilham dois médicos próximos ao cientista, Artur Neiva e Clementino Fraga, que chegaram a se manifestar publicamente. Fraga declarou a um jornal que as homenagens prestadas à memória de Oswaldo Cruz careciam de "vigorosa expressão, de destaque, à altura do mérito singular do grande morto". Já Neiva, na época diretor da Saúde Pública de São Paulo, num discurso pronunciado na Sociedade de Medicina e Cirurgia daquele estado, em 3 de março de 1917, declara que se via na contingência de confessar que

---

[26] Arquivo Oswaldo Cruz, Recortes de Jornais, vol. 1917. O recorte transcrito não traz indicação do título da publicação, página e mês.

> A nação brasileira não honrou os despojos de uma verdadeira glória nacional, como estava na obrigação de o fazer. E, a não ser a definição dada uma vez pelo Sr. Lauro Muller, de que no Brasil quem estava atrasado era o governo e não o povo, nada poderá explicar a ausência, por parte do governo nacional, das homenagens a que tinha direito um homem que tanto honrou a pátria e a humanidade. No nosso país, onde o governo decretou funerais nacionais pela morte do comediógrafo Artur Azevedo, deixa-se baixar à sepultura um vulto da nossa ciência universalmente respeitado na ausência de honrarias de exceção que lhe cabiam. Que falta de proporção nas coisas, como tudo isso contrasta e acabrunha! São Paulo, felizmente, cumpriu com todo o seu dever (Neiva, 1917:15).

Enquanto os amigos cobravam do governo as homenagens devidas, muitas entidades médicas e órgãos públicos decretaram o luto oficial por vários dias, como verifica-se na leitura dos jornais. No Rio de Janeiro, pelo menos duas instituições públicas adotaram este procedimento: a Diretoria Geral de Saúde Pública e, como não podia deixar de acontecer, o Instituto Oswaldo Cruz.

Note-se, também, que a seleção que orientou a organização do álbum de recortes de jornais conservado junto ao arquivo de Oswaldo Cruz confere uma amplitude ao acontecimento, o que, de certa maneira, contradiz o sentimento do círculo de amigos e parentes do cientista. Ou seja, paralelamente às queixas contra o governo, está exposto neste álbum um quadro bastante diversificado de notícias dando conta de cerimônias realizadas em todo o país e no estrangeiro, com destaque para aquelas promovidas pela comunidade científica. Várias notas registram manifestações de pesar de entidades médicas e sociedades científicas de países latino-americanos como Argentina, Uruguai e Paraguai, bem como a repercussão do episódio na imprensa alemã e francesa, em que se destaca o telegrama de Emile Roux, diretor do Instituto Pasteur de Paris, ao novo diretor do Instituto de Manguinhos, Carlos Chagas.

Assim, de acordo com esta fonte, verificamos que a morte de Oswaldo Cruz provocou certo impacto pelo menos no meio médico nacional. Os jornais documentam inúmeras manifestações de pesar dirigidas às principais entidades médicas, como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Academia Nacional de Medicina, e o próprio Instituto de Manguinhos. Dentre as instituições e personalidades que enviaram telegramas de condolências, destacamos: a Faculdade de Medicina da Bahia, o Instituto Butantã de São Paulo, o Museu Nacional, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o Instituto Vacinogênico deste estado, a Santa Casa de Misericórdia de Santos, etc.

Por sua vez, o Instituto Oswaldo Cruz preparou uma homenagem especial à memória de seu diretor, instituindo um prêmio anual que consistiria na entrega de uma medalha de ouro ao melhor e ao mais original trabalho apresentado por alunos de seu Curso de Aplicação. Cogitou-se também, no Instituto, publicar um livro sobre o cientista com a colaboração de todos os notáveis da classe médica brasileira.

Além das manifestações do mundo acadêmico, os recortes de jornais testemunham a proliferação de solenidades cívicas e atos públicos em diversas cidades do país que traduziam-se, quase sempre, no batismo de ruas, praças e escolas com o nome de Oswaldo Cruz[27]. É comum, também, encontrarmos entre os recortes os poemas, hinos e canções em saudação à memória de Oswaldo Cruz.

Em meio ao extenso inventário de cunho laudatório que constitui o álbum de recortes de jornais, desperta particular interesse o registro de quatro eventos que ocorreram ao longo do ano de 1917 e no início de 1918.

O primeiro foi o projeto de construção de um monumento a Oswaldo Cruz, que seria custeado com recursos obtidos por meio de uma arrecadação pública de fundos coordenada por uma comissão central da qual faziam parte o presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto, o diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, Carlos Seidl, o diretor da Faculdade de Medicina, Aloísio de Castro, os pesquisadores do Instituto de Manguinhos, Carlos Chagas e Figueiredo de Vasconcelos, os médicos Sales Guerra, Afrânio Peixoto e Rego Lopes. Previa-se, também, a formação de comissões nos estados, que se encarregariam de divulgar a idéia e arrecadar recursos.

A comissão central que chegou, de fato, a se constituir, arrogava a si o direito de "nuclear tudo o que se pudesse fazer para perpetuar a memória de Oswaldo Cruz e glorificar o seu nome". Nesse sentido, propôs a criação de uma fundação Oswaldo Cruz que teria como objetivo promover estudos científicos no campo da medicina experimental. A ela poderiam filiar-se todos os médicos brasileiros "que quisessem trabalhar de verdade, de acordo com os princípios deixados por Oswaldo Cruz"[28].

---

[27] No Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito Amaro Cavalcanti rebatizou como Avenida Oswaldo Cruz a Rua da Ligação, situada entre a praia do Flamengo e a de Botafogo.

[28] Arquivo Oswaldo Cruz, Recortes de Jornais, vol. 1917.

Quanto ao monumento, até onde pude investigar, apesar do êxito inicial do empreendimento, tudo indica que ele não se concretizou na época[29].

Outros dois eventos registrados em 1917 consistiram em solenidades que relembravam a importância do cientista no cenário cultural e científico brasileiro.

A primeira foi realizada em maio no Teatro Municipal, por iniciativa da comissão central do monumento. A convite de Miguel Couto, o conselheiro Rui Barbosa proferiu uma conferência sobre Oswaldo Cruz que teve repercussão. Note-se que o discurso de Rui Barbosa passou a ser constantemente referido como um marco significativo do reconhecimento social de Oswaldo Cruz. Indubitavelmente, a importância do evento prende-se ao fato de que um eminente representante das elites políticas e intelectuais da época emprestava seu prestígio ao nome de Oswaldo Cruz. Vale lembrar que, naquele momento, o velho senador da República reapresentava sua candidatura à presidência do país, conferindo à solenidade um acento político.

O segundo evento ocorreu em julho de 1917, por ocasião da visita de uma delegação de médicos e estudantes argentinos ao Instituto Oswaldo Cruz, ao qual fez a entrega de uma placa de bronze em reconhecimento ao trabalho do cientista. Segundo os jornais, a solenidade revestiu-se de certa pompa e contou com a participação dos funcionários do Instituto, da Diretoria Geral de Saúde Pública e dos professores da Faculdade de Medicina.

---

[29] Encontramos na correspondência do diretor da Saúde Pública (1913-1918), Carlos Seidl, ao presidente da comissão central, Miguel Couto, a prestação de contas do dinheiro que fora arrecadado durante o ano de 1917. Seidl comenta que ficara surpreso com a boa acolhida que a idéia tivera entre as classes empresariais, industriais e comerciantes do país e do exterior, pois conseguira obter a quantia de 7:700$000 (sete mil e setecentos contos de réis). Entretanto, num folheto da *Revista Brasileira de História da Medicina* publicada em julho de 1956, consta a informação de que o monumento não tinha sido edificado até aquela data. O Dr. Ivolino Vasconcelos, presidente do Instituto de História da Medicina, diz que várias comissões foram organizadas desde a origem da idéia, e declara-se confiante na última comissão instituída por ordem do Ministério da Saúde, em 1954, e presidida por Clementino Fraga. Mas o monumento ainda dependia de um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que consignava crédito especial de 10 milhões de cruzeiros para sua construção (Vasconcelos, 1956:87-102). Não conseguimos saber se o projeto teve êxito. Localizamos apenas o relato de Lourival Ribeiro que se refere à inauguração de um busto no Ministério da Saúde, em 1977. Conforme o discurso proferido na cerimônia por este médico, cumpria-se ali, finalmente, o vaticínio de Carlos Seid que, em 1918, previra a construção do monumento a Oswaldo Cruz na capital da República. Transcorridos 59 anos, e já transferida a capital do país, as autoridades federais, enfim, esboçavam um gesto de reconhecimento ao cientista (Ribeiro, 1979:125).

Entende-se que a importância conferida à cerimônia prende-se ao fato de que ela representava o reconhecimento de uma comunidade científica estrangeira considerada importante no contexto americano.

Resta mencionar o último evento registrado pelo já mencionado álbum de recortes de jornais. É interessante notar que, se os anteriores se referem à perda de uma figura notável para o país, este remete para o futuro, enfatizando a continuidade de Oswaldo Cruz através da criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, que ocorreu em fevereiro de 1918. O registro do fato parece significativo na medida em que um álbum destinado a documentar a morte de Oswaldo Cruz finaliza com notícias que, sugestivamente, tratam de sua eternidade.

Em que pese o comprometimento deste material[30], que reflete a evidente intenção de superdimensionar o fato, as matérias nele selecionadas constituem interessante fonte de pesquisa, pois tratam de um tema diretamente relacionado aos propósitos deste trabalho: o reconhecimento social de Oswaldo Cruz.

A primeira impressão que se tem ao entrar em contato com o álbum é de que Oswaldo Cruz recebeu as homenagens que lhe eram devidas. A princípio, parece inquestionável o seu prestígio junto às camadas cultas e aos dirigentes do país. De maneira consensual, os jornais da época inventariam as realizações consideradas mais importantes e supostamente incontroversas. Tudo indica que as desafeições haviam cessado e os inimigos, desaparecido; a morte silenciava todas as malquerenças.

Contudo, se assim fosse, seria inexplicável o comportamento dos amigos e companheiros de trabalho de Oswaldo Cruz, que externaram seu descontentamento em relação à postura assumida, principalmente, pelo governo, sua indiferença e pouco apreço para com os méritos do morto. Como vimos, para eles as homenagens não estiveram à altura do significado de Oswaldo Cruz para o país. O protesto de Artur Neiva contra a não-decretação do luto oficial é um exemplo da atitude assumida pelos amigos e colaboradores de Oswaldo Cruz após sua morte.

É possível que não se tenha configurado uma polêmica pública em torno do assunto. Porém, ao menos para os amigos de Oswaldo Cruz, o problema estava colocado e foi explicitamente denunciado em inúmeras ocasiões. Nas solenidades, seus discursos apelam para uma espécie

---

[30] Não foi possível identificar os responsáveis pela seleção de notícias que constam do álbum, muitos recortes não trazem sequer a referência ao nome e à data do periódico.

de consciência coletiva que deveria despertar para a importância do cientista. E aproveitam para falar não somente do valor social da "obra" de Oswaldo Cruz, como também da continuidade, no futuro, do patrimônio científico construído por ele.

Dar continuidade à obra de Oswaldo Cruz significava não apenas manter em funcionamento o Instituto de Manguinhos e dar prosseguimento às pesquisas médicas ali realizadas, como também dar alento à luta pela implementação das medidas sanitárias idealizadas por Oswaldo Cruz desde a reforma dos serviços de saúde de 1903. Para vários higienistas que eram seus partidários teria havido um grave recuo por parte do governo em relação às medidas necessárias para controlar o estado sanitário da capital e do país.

Belisário Pena manifesta claramente uma opinião nesse sentido, criticando a indiferença do governo em relação à morte de Oswaldo Cruz e lamentando que lhe tenha reconhecido apenas "um prestígio relativo e contrafeito". Além disso, permitia que "a sua grande obra de saneamento fosse deturpada e alterada". Diante de "tamanha ingratidão", perguntava o higienista "se tal pátria merecia tal filho e se Deus não havia lhe tirado a vida tão precocemente para ele não ter o desgosto de assistir a destruição de sua obra monumental" (Pena, 1922:13). Como reverter tal situação?

Na primeira hora, esta foi a grande preocupação externada publicamente pelos amigos e companheiros de trabalho, preocupação que traduz uma questão crucial para os contemporâneos. Ou seja, a discussão sobre o reconhecimento de Oswaldo Cruz constituiu a forma através da qual os seus amigos e colaboradores demonstravam sua inquietação em relação ao destino dos que estavam vivos. As manifestações nesse sentido sucedem-se antes mesmo do cadáver descer à sepultura. Um exemplo é o discurso pronunciado por Henrique Autran, representante oficial da Diretoria Geral de Saúde Pública no funeral:

> Não sendo o túmulo o aniquilamento dos homens, certo é, senhores, que o espírito de Oswaldo Cruz viverá na imaginação dos seus discípulos, a animá-los na senda da ciência que tanto ele amava, fazendo dela o objetivo de seu viver e a grandeza de sua crença. Segui companheiros que foram daquela individualidade excelsa, e nem por sombras deveis esmorecer no caminho que ele vos indicou, fortalecendo-vos com os seus exemplos e animando-vos com suas virtudes. Jamais tereis sobre os ombros responsabilidades maiores, na conservação daquele exemplo, que proclamará para todo o sempre a imortalidade de um nome que teve para o Brasil a recomendação viva do amor ao trabalho. Tenhais sempre

> nos vossos corações gravada a imagem daquele que simbolizava o valor da medicina brasileira e só assim podereis crescer aos olhos dos vossos companheiros na ciência, hoje enlutados e irmanados na dor pelo passamento de Oswaldo Cruz, glória do Brasil (Autran, 1917:59).

Erigido em símbolo da medicina, Oswaldo Cruz tornava-se o guia para a vida dos seus discípulos, que passaram a ser considerados os herdeiros de seu patrimônio científico. A eles caberia a responsabilidade de se conduzirem em acordo com os exemplos que ele dera, perpetuando a sua memória e dando prosseguimento à sua obra[31]. No plano retórico, esta era a preocupação não só do círculo próximo, mas também de membros das instituições médicas, como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e de órgãos governamentais, como a Diretoria Geral de Saúde Pública.

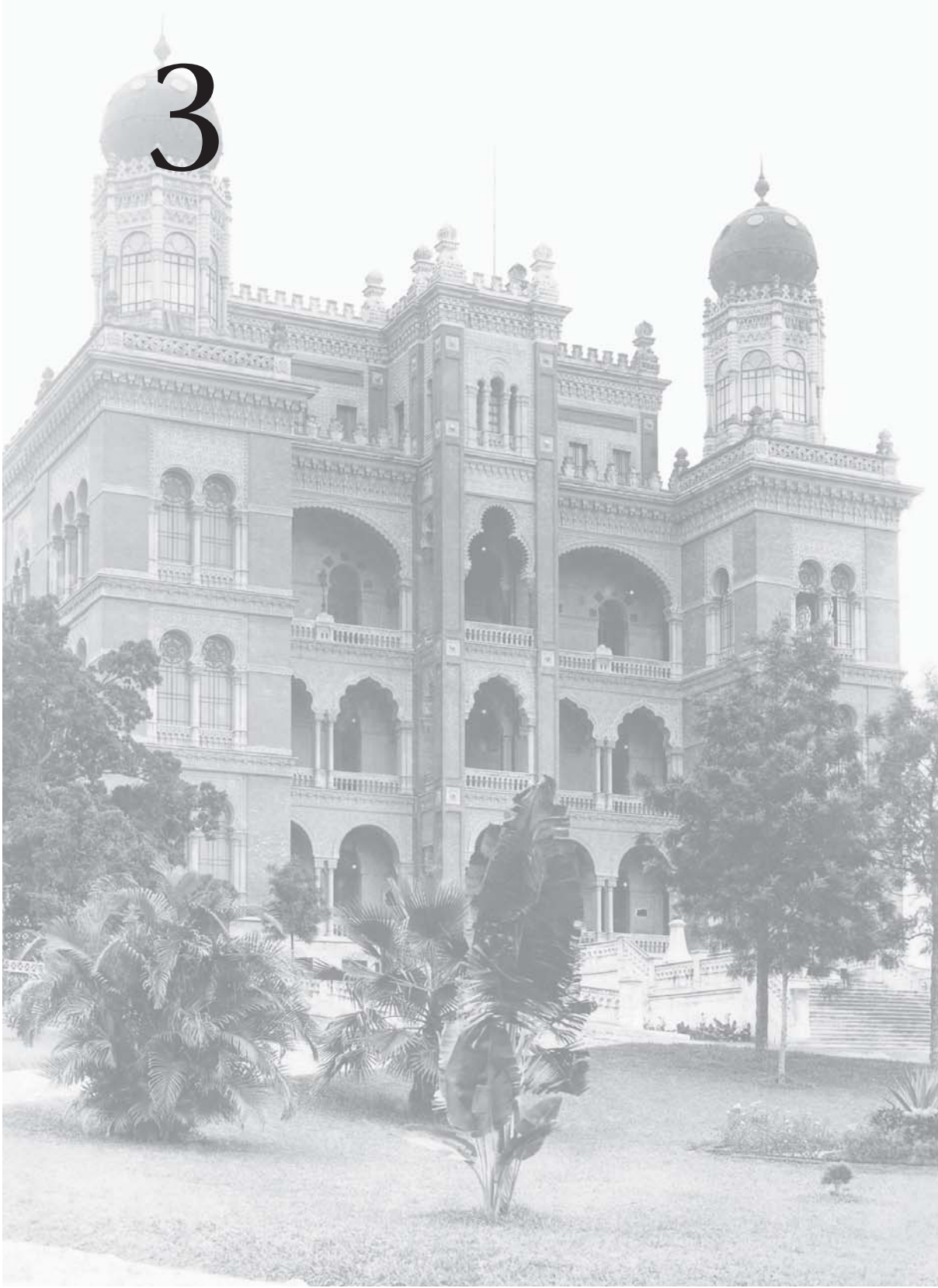
A julgar pelos discursos, os discípulos investiam-se do que consideravam uma verdadeira missão. São interessantes nesse sentido as palavras que Neiva emprega ao assumir "a responsabilidade terrível" que significava continuar a obra do mestre:

> Havemos de empenhar todas as nossas forças em solene compromisso de honra perante a pátria. A sua luminosa memória não nos deixará desanimar em meio das tormentas que teremos de enfrentar (...) e se, por uma fatalidade, nós não nos mostrarmos dignos de sua herança ou não tivermos a necessária robustez para mantê-la, então, e é com o coração nos lábios que vos digo, os fados que me protegem poupem-me ao cruciante tormento de semelhante dor, cerrando-me os olhos para sempre antes que eu possa testemunhar tal espetáculo (Neiva, 1917:15).

Mas se, de um lado, reconhecia-se a legitimidade dos discípulos em gerir a herança deixada por Oswaldo Cruz, e, de outro, os discípulos assumiam esta tarefa, quais eram os motivos de tanta apreensão?

---

[31] Vale assinalar que à categoria de discípulos pertenciam, a princípio, apenas os membros de Manguinhos, mais especificamente os médicos que haviam iniciado sua carreira científica sob a orientação de Oswaldo Cruz. Entretanto, pudemos observar que médicos higienistas da Diretoria Geral de Saúde Pública – os quais em algum período trabalharam com Oswaldo Cruz durante sua gestão neste órgão (1903-1909) – auto-classificavam-se desta forma. Do mesmo modo, outros médicos e cientistas que não foram seus contemporâneos também definem-se assim, expressando um sentimento de filiação à tradição científica inaugurada por ele. Deste modo, é possível afirmar que esta expressão de identidade – a condição de discípulo – abriga uma comunidade de idéias que extrapolou seu sentido original para tornar-se uma categoria abrangente, usada para designar todos aqueles que, de alguma forma, passaram pelo Instituto de Manguinhos ou gravitavam em torno dele. Contudo, sempre que possível, procurar-se-á distinguir neste trabalho aqueles que pertenciam ao Instituto dos outros participantes do movimento sanitário que também incluíam-se na categoria de discípulos.

3

Como prosseguir sem Oswaldo Cruz?

Em seu discurso pronunciado na solenidade de homenagem à delegação médica argentina que visitou Manguinhos em junho de 1917, Carlos Seidl, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, apelou para a união e a coesão não apenas dos jovens pesquisadores que trabalhavam com Oswaldo Cruz, "mas de todos quantos amam o progresso científico do país, colocando-se à sombra da frondosa árvore" plantada por Oswaldo Cruz em Manguinhos. Esta atitude representaria o fortalecimento de todos, além de realizar o desejo de Oswaldo Cruz, "arauto da confraternização e solidariedade entre os médicos (Seidl, 1917:323).

Segundo Seidl, Oswaldo Cruz morrera insatisfeito, pois não conseguira sanear todo o Brasil e, mesmo na capital, não pudera resolver vários problemas de higiene. Assim, dever-se-ia continuar a cumprir o seu desejo. Por isso, Seidl convocava, em especial, os discípulos, a quem considerava responsáveis pelo legado científico de Oswaldo Cruz, a unirem-se em torno de Carlos Chagas, herdeiro do seu posto e seu continuador.

Mas, indaga-se Carlos Chagas, como prosseguir sem a presença de quem, mais do que um simples diretor de uma instituição, representava um líder que a todos orientava e dirigia? Chagas exprime os sentimentos que o dominavam então:

> Quando regressamos à nossa casa de trabalho, após haver deixado na paz definitiva de um sepulcro o querido mestre, trazíamos na alma, com a mágoa infinita de uma saudade, o desalento de uma incerteza e a previsão de dificuldades nunca experimentadas (Chagas, 1917:19).

Em diversos pronunciamentos feitos nesse período, sobressai a mesma preocupação com a defesa do patrimônio científico construído por Oswaldo Cruz. Os depoimentos, no entanto, não esclarecem os motivos das incertezas e dificuldades vividas pelo Instituto Oswaldo Cruz.

Aparentemente, a escolha de Carlos Chagas para ocupar o cargo de diretor do Instituto teria apenas oficializado uma situação de fato, que não somente correspondia ao desejo de Oswaldo Cruz, como também decorria de um encaminhamento natural dado pela projeção adquirida por Chagas, autor de uma descoberta científica significativa – a tripanossomíase americana, que acabou batizada com o seu próprio nome: mal de Chagas. Portanto, a sua nomeação parecia garantir o prestígio e a continuidade do Instituto Oswaldo Cruz. Qual era então o problema?

O obstáculo a que não se referem explicitamente os pronunciamentos considerados deveu-se ao acirramento de antigas dissidências no Instituto, agravadas com a morte de Oswaldo Cruz e com a escolha de Chagas para sucedê-lo.

Em que pese o silêncio sobre o assunto, foi possível investigar um pouco mais a fundo esta questão. Para tanto, recorremos aos documentos pessoais de um dos discípulos, o cientista Artur Neiva, e também a alguns depoimentos orais obtidos de antigos pesquisadores do Instituto.

O Arquivo de Artur Neiva contém uma extensa correspondência dirigida a ele por vários membros do Instituto Oswaldo Cruz, cujas peças tratam, entre outros assuntos, dos vários conflitos vividos na instituição desde a sua criação.

O uso destas fontes foi fundamental, pois, como afirma um dos cientistas entrevistados, o fisiologista Mário Viana Dias, o assunto era tabu, e não consta de nenhum documento oficial. Ele próprio, que não vivera o período a que nos referimos, diz ter tomado conhecimento "ouvindo a tradição de Manguinhos, cultivada oralmente por seus membros"[32].

No inventário de conflitos vividos no Instituto Oswaldo Cruz, um dos episódios marcantes ocorreu em 1910 com a realização de um concurso interno para o preenchimento da vaga de Henrique Rocha Lima, que, após um longo período de afastamento do Instituto para realizar estudos na Alemanha – onde permaneceu até o início dos anos 1920 –, pediu exoneração do cargo de chefe de serviço.

---

[32] As entrevistas utilizadas foram realizadas entre os anos de 1986 e 1989 pelo Programa de História Oral da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. São elas: Mário Viana Dias, Carlos Chagas Filho e Lobato Paraense.

Nas cartas que Rocha Lima enviou a Neiva, verifica-se uma acirrada crítica a Oswaldo Cruz, com quem rompera uma antiga relação de colaboração e amizade por causa da sua exoneração. Segundo Rocha Lima, Oswaldo Cruz cometera um grave erro na condução do processo de seleção de quem o substituiria na chefia de serviço, que, em sua opinião, fora organizada de modo a permitir a escolha de Carlos Chagas, pois o critério utilizado baseara-se unicamente na publicação de trabalhos.

Esta forma de avaliação foi considerada imoral por Rocha Lima, porque, desde o início, o trabalho no Instituto se organizara sem estabelecer especializações. Os pesquisadores eram alocados fortuitamente para desenvolver pesquisas com temas variados, situação que gerou desigualdades entre eles. Por isso, argumenta Rocha Lima, era impossível distinguir o mérito científico individual, uma vez que o trabalho desenvolvera-se de forma coletiva e "anônimo, sacrificando esterilmente" os esforços individuais.

Reprova ainda Rocha Lima, na seleção, a forma de aferição dos trabalhos em que os pesquisadores conferiam notas uns aos outros, o que considerava um absurdo, pois este procedimento não levava em consideração as limitações de cada um para avaliar uma gama tão grande de assuntos[33].

Rocha Lima considerava impossível avaliar as diferenças de mérito científico, saber quem era superior ou inferior cientificamente, pois não se pode exigir de "quem se ocupa de sistemática zoológica descubra a cura do câncer ou a quadratura do círculo". Além disso, "não havia como distinguir a diferença entre quem descobre a filária ou o tripanossoma no sangue, um mosquito ou um jacaré no mato".

Para Rocha Lima, a preferência de Oswaldo Cruz por Carlos Chagas comprometera o processo, pois ele usara de um meio artificial com o propósito de privilegiar aquele pesquisador, prejudicando os que, em sua opinião, haviam prestado serviços relevantes ao Instituto Oswaldo

---

[33] O trecho a seguir expressa a indignação do cientista quanto ao método adotado: "Onde é que se viu a idéia de fazer uma classificação oficial de méritos individuais em um meio de indivíduos destinados a trabalhar juntos? Haverá um meio melhor de produzir desunião e descontentamento? Se ao menos fosse um meio de escolha justo, um meio mais perfeito, mais objetivo, ainda haveria uma desculpa. Mas um processo no qual mesmo com a máxima seriedade é completamente impossível haver eqüidade, pela diversidade de assuntos e pela manifesta incapacidade de uns julgadores em muitos dos assuntos julgados, não tem justificativa alguma." (Rocha Lima, carta 4, de 1910 (?), Arquivo Artur Neiva).

Cruz. No terreno da preferência, Rocha Lima deixa clara a sua opção: Henrique Aragão possuía méritos superiores aos de Carlos Chagas[34].

Rocha Lima declara que sua revolta não era provocada pela escolha de Chagas, mas pelo que lhe pareceu "hipocrisia e jesuitismo" de Oswaldo Cruz, que poderia ter manifestado abertamente a sua preferência, defendendo através de meios justos a sua vontade, que indubitavelmente prevaleceria. Além disso, considera que o mérito científico poderia ter sido utilizado desde que não se impusesse a classificação, devendo-se incluir na avaliação outros fatores de ordem moral e intelectual.

Na opinião deste pesquisador, a ocupação do cargo de chefe de serviço não necessariamente significava uma indicação futura para a direção do Instituto. Contudo, acredita que foi esta seleção que garantiu a nomeação de Chagas anos mais tarde.

Na avaliação de Rocha Lima, o processo de seleção e o comportamento de Oswaldo Cruz tiveram como conseqüência o aprofundamento de cisões internas. Chega a pôr em dúvida o caráter de Oswaldo Cruz, afirmando que ele procedia de acordo com a máxima "dividir para reinar", estimulando intencionalmente as disputas e os conflitos entre os pesquisadores, o que criou no Instituto um ambiente de intrigas e maledicências (Rocha Lima, carta 9, de 1912, Arquivo Artur Neiva).

Ao longo desta correspondência, que se estende de 1910 a 1912, Rocha Lima mostra-se profícuo em críticas severas que atingiam pessoalmente o diretor do Instituto. Acusa-o de mesquinho por impedir a projeção e qualquer manifestação de independência por parte dos pesquisadores. Reinava na instituição o sistema do absolutismo e do mistério, caracterizando-se o ambiente como o de uma corte medieval (Rocha Lima, carta 9, 1912, Arquivo Artur Neiva).

---

[34] Relembrando o desempenho de Aragão, Rocha Lima aproveita para reforçar a importância do trabalho coletivo no desenvolvimento de Manguinhos "(...) há maior imoralidade do que anular o valor do trabalho insano e anônimo de quem como o Aragão em época de organização do Instituto, durante a transformação da fábrica de soro em um Instituto científico, sacrificou um esforço colossal nessa obra? Em 1903, quando o Oswaldo deixou o Instituto, só havia ali quem soubesse preparar o soro e contar glóbulos de sangue. Era toda a ciência do Instituto (...). Terá Oswaldo o poder milagroso de sozinho, vindo durante algumas horas conversar e ver obras do Instituto, transformar a fábrica de soro em um meio científico de primeira ordem? Ou para isso contribuiu eficazmente um pequeno grupo de indivíduos dedicados e trabalhadores, que, em vez de se encaixarem em uma especialidade e procurarem publicar o máximo de trabalhos possível como nos Institutos já organizados, despenderam todo o esforço em desenvolver o núcleo científico do Instituto em todos os sentidos" (Rocha Lima, carta 4, de 1910 (?), Arquivo Artur Neiva).

Não raro este cientista recorre a expressões depreciativas, referindo-se ao Instituto como o lugar onde vigia a "política de odaliscas em torno do sultão". Numa linguagem por vezes destemperada acusava Oswaldo Cruz de onipotente, chamando-o de rei, todo-poderoso, entre outros qualificativos bastante fortes (Rocha Lima, carta 9, de 1912, Arquivo Artur Neiva).

Rocha Lima acusava Oswaldo Cruz de incitar a discórdia entre os pesquisadores em vez de combater "a tendência à chicana e à politiquice comum nos sul-americanos". E, por ser extremamente vaidoso, gostava de fazer os outros de capacho, promovendo a adulação em torno de si (Rocha Lima, cartas 1, de 1910, 6 e 7, de 1911, Arquivo Artur Neiva).

Como se pode depreender desta correspondência, o desligamento de Rocha Lima da instituição fora interpretado como um ato de ingratidão de sua parte para com Oswaldo Cruz, o qual deixara-se envolver pela inveja de alguns pesquisadores que procuravam detratá-lo. Sentindo-se vítima desta situação, denuncia a divisão da instituição em grupos, o que gerava uma atmosfera de desafeto e desconfiança entre os pesquisadores, sendo este o maior problema do Instituto. Entre a mágoa e a raiva, Rocha Lima desabafa numa carta a Artur Neiva:

> Eu caí no desagrado, mas estou fora do alcance do rei. Este tem prazer em apontar o antigo servidor como ingrato: os demais cortesãos têm uma boa ocasião de mostrar dedicação e evitar a volta do outro; transformam este em inimigo do rei e do país e vivem defendendo o rei e a pátria, atacando quem anteriormente ocupava uma parte das boas graças reais. Isto explica tudo. É humano, muito humano. Em um instituto científico do século atual podia isto ser evitado (Rocha Lima, carta 9, de 1912, Arquivo Artur Neiva).

Havia em Manguinhos um grupo de pesquisadores – entre os quais Rocha Lima cita nominalmente Figueiredo de Vasconcelos e Antônio Cardoso Fontes – que podiam ser considerados como "membros da corte celeste" e apoiavam quase incondicionalmente todas as atitudes de Oswaldo Cruz. Numa carta aos amigos Artur Moses, Artur Neiva e Gomes de Faria, Rocha Lima aconselha-os a terem cautela e arranjarem meios de "resistir passivamente à oligarquia dominante" em Manguinhos. Para Rocha Lima, a sua demissão desmascarava o meio em que viviam, não devendo os amigos confiar em Oswaldo Cruz ou iludir-se com os ideais de ciência professados no Instituto (Rocha Lima, carta 3, de 1910, Arquivo Artur Neiva).

Na entrevista que concedeu ao Programa de História Oral, o cientista Lobato Paraense afirma que houve muita confusão no Instituto.

Considera que “a primeira onda contra Oswaldo Cruz” foi motivada pela produção da vacina contra a peste da manqueira. Segundo o seu depoimento, este foi o primeiro grande desentendimento que envolveu Oswaldo Cruz e deu origem à formação de grupos que entraram em conflito sobre a forma como se deveriam aplicar os lucros auferidos com a comercialização da vacina descoberta por dois pesquisadores, Alcides Godoy e Astrogildo Machado, que cederam a patente ao Instituto.

O conflito instalou-se quando Oswaldo Cruz estabeleceu que os *royalties* da vacina pertenciam aos descobridores. Houve então o dissídio: um grupo apoiou a decisão tomada por Oswaldo Cruz; outro achava que o lucro deveria ser investido na compra de material para os laboratórios; e uma terceira posição defendia que os lucros fossem distribuídos eqüitativamente entre os pesquisadores sob a forma de um aumento salarial[35]. Questionava-se ainda a legitimidade de propriedade de um produto desenvolvido numa instituição pública.

Nesta sucessão de episódios, destaca-se mais um: o caso Moses, que ocorreu entre os anos de 1915 e 1916. Artur Moses ingressou no Instituto e permaneceu por muitos anos interinamente no cargo que ocupava. Tentou resolver a sua situação através de um requerimento ao Congresso Nacional, onde pedia a dispensa de concurso público para se tornar membro efetivo do Instituto Oswaldo Cruz, valendo-se, como argumento, do tempo que trabalhara como interino, e acrescentando à exposição de motivos uma carta de Oswaldo Cruz em que este declarava a sua competência e probidade científica.

Sem esboçar nenhuma reação aparente ao encaminhamento de Artur Moses, Oswaldo Cruz, no final do ano de 1915, anunciou a realização de um concurso interno, a que vários candidatos se apresentaram. A vaga disponível anunciada era a que Moses pleiteava. Lançando-se num complicado jogo político, Oswaldo Cruz perdeu a princípio, pois o Congresso aprovou uma lei efetivando Artur Moses sem a exigência de concurso.

---

[35] A propriedade da vacina consta de relatório do Instituto Oswaldo Cruz, datado de 14 de fevereiro de 1912, em que Oswaldo Cruz elogia o desprendimento e o altruísmo do Dr. Godoy por ter este aberto mão, em favor do Instituto, dos proventos que podia auferir com a venda de seu invento. Segundo este relatório, Alcides Godoy impôs a condição de que o produto das vendas fosse aplicado diretamente em benefício do Instituto, favorecendo a aquisição de livros e a publicação da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (Relatório do Instituto Oswaldo Cruz, 1911). Segundo Benchimol (1990), a doença era muito comum em vários estados brasileiros e na América do Sul. A vacina foi desenvolvida a partir de uma solicitação feita a Oswaldo Cruz por produtores mineiros. Ezequiel Dias e Rocha Lima incumbiram-se dos primeiros estudos, e, a partir de 1905, Alcides Godoy tornou-se o único responsável.

Segundo os depoimentos, a situação era bastante difícil, porque a lei fora apresentada sob a forma de emenda na chamada cauda orçamentária, que impedia o veto presidencial. Oswaldo Cruz recusou-se a cumprir a lei, defendendo as normas internas do Instituto que previam a realização de concurso para o preenchimento de vagas. Além disso, ameaçou abandonar a direção caso o ministro e o presidente da República não tomassem o seu partido. A decisão de Oswaldo Cruz foi apoiada por vários pesquisadores que afirmaram que seguiriam a atitude do diretor, demitindo-se da instituição.

Através da correspondência de pesquisadores do Instituto com Artur Neiva – que então trabalhava em Buenos Aires – tem-se a impressão de que Oswaldo Cruz, ao tomar conhecimento do estratagema de Moses junto ao Congresso Nacional, reagiu ardilosamente, anunciando a realização do concurso, o que lhe permitiu dispor de um argumento legal para bloquear as pretensões do pesquisador[36].

O caso ganhou as páginas dos jornais e dividiu a opinião leiga e médica. Segundo a correspondência em que Olímpio da Fonseca põe Artur Neiva a par dos acontecimentos, os jornais defenderam a atitude de Oswaldo Cruz; a maioria da opinião leiga e culta da cidade lhe era favorável. Já a classe médica dividira-se, apesar de a maioria apoiá-lo. Alguns julgavam que a lei devia ser respeitada, mesmo que disso resultasse a demissão do diretor. Não faltou a oposição aberta, que qualificou a atitude de Oswaldo Cruz como perseguição e despotismo de sua parte.

A polêmica encerrou-se sem que Oswaldo Cruz cumprisse a lei, e, tampouco, tivesse que se demitir. E Artur Moses foi nomeado para um cargo em órgão do Ministério da Agricultura, deixando definitivamente o Instituto Oswaldo Cruz.

O episódio, porém, arranhou a imagem da instituição e deixou marcas irremediáveis nas relações internas, já tão fragilizadas. Como avalia Olímpio da Fonseca, o caso expôs publicamente "as lutas e divergências" insuspeitadas até então, provocando má impressão entre a classe médica. Além disso, o Instituto, que sempre se mantivera fora do alcance da intervenção política, passava a ser ameaçada por ela. Outra

---

[36] Arquivo Arthur Neiva. Cartas de Souza Araújo, Aristides Marques da Cunha e Olímpio da Fonseca, datadas respectivamente de 20 de janeiro de 1916, 18 de outubro de 1916 e 22 de janeiro de 1916.

conseqüência foi o agravamento das dissensões internas, que ecoou por muitos anos depois[37].

Possivelmente, a profundidade da repercussão interna do fato deveu-se ao prestígio de que Artur Moses gozava no meio médico e, em especial, entre os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz. Em diversos depoimentos há declarações a respeito da seriedade e competência científica que ele revelara desde quando entrara para o Instituto.

De meu ponto de vista, não ficaram esclarecidos os motivos que levaram Oswaldo Cruz a não efetivá-lo no cargo. Consta que não nutria nenhum sentimento de simpatia por aquele pesquisador, e decerto essa predisposição agravou-se a partir do momento em que Artur Moses resolveu enfrentá-lo, recorrendo a meios políticos para ser efetivado no Instituto.

A morte de Oswaldo Cruz em 1917, que encontra as relações internas do Instituto inteiramente deterioradas, contribuiu para aprofundar o clima de intrigas já instalado.

Conforme a versão oficial, Carlos Chagas fora nomeado para a direção como uma decorrência natural da posição de destaque que ocupava no Instituto em função de sua descoberta científica. Além do mérito, Carlos Chagas gozaria da preferência de Oswaldo Cruz, sendo mencionado em alguns depoimentos como o discípulo bem amado que já tinha sido escolhido para sucedê-lo desde o concurso de 1910 para a vaga de chefe de serviço no lugar de Rocha Lima.

Carlos Chagas Filho sugere que na escolha de Carlos Chagas interferiu o fato de então encontrar-se na presidência da República o mineiro Venceslau Brás, que, entre outros possíveis candidatos, optou por um pesquisador de origem mineira.

---

[37] O depoimento de Aristides Marques da Cunha em carta a Artur Neiva fornece um mapa dos alinhamentos em relação ao caso Moses: "Em primeiro lugar, o Chagas se mostrou desde logo solidário com Oswaldo (...) o Ezequiel também. O Vasconcelos mostrou-se também muito favorável ao Oswaldo. O Aragão é que acompanhou o Moses e portou-se infamemente, pedindo no dia 31 ao Dr. Oswaldo que não deixasse o Instituto e, mais tarde, comparando a perda que sofreria o Instituto, caso o Dr. Oswaldo o deixasse, com a que teve com a saída do Rocha Lima. O Travassos e o Dutra também se mostraram favoráveis ao Moses e escreveram cartas que foram lidas na Câmara, declarando que não entrariam no concurso. O Lutz está afastado do Instituto e não me consta que tenha se manifestado a respeito do caso. O Guerreiro, o Machado, o Torres e eu (...) fomos contra a nomeação do Moses e pedimos a abertura de concurso: sempre nos mantivemos a favor do Dr. Oswaldo" (Cunha, carta 90, de 18 de janeiro de 1916, Arquivo Artur Neiva). A posição favorável de Cunha a Oswaldo Cruz, provavelmente, está relacionada ao fato de que ele tinha interesse pessoal no caso, pois era um dos que apresentaram-se para fazer o concurso.

Pudemos, contudo, verificar que se este era o partido tomado por Oswaldo Cruz e, afinal, o que prevaleceu, havia outros pontos de vista, e como vimos até aqui, não existia um consenso incondicional a respeito das diretrizes adotadas pela direção. Ao contrário, os relatos sobre a vida institucional sugerem que, diante dos conflitos internos e da formação de oposições esporádicas à condução que imprimia à direção do Instituto, Oswaldo Cruz conseguia manter um equilíbrio frágil baseado em sua autoridade científica, que, ao que parece, era preservada e respeitada por todos.

Quanto à sucessão, pelo menos dois antigos pesquisadores ambicionavam ocupar o cargo de Oswaldo Cruz. Eram eles: Figueiredo de Vasconcelos e Antônio Cardoso Fontes.

Não há qualquer registro que explique com detalhes esta questão. Entretanto, encontramos nos depoimentos orais algumas referências importantes a respeito de uma acirrada disputa que agravou a dissensão já existente.

Comenta-se que a morte de Oswaldo Cruz era prevista, e os embates iniciaram-se muito antes de o fato ocorrer; apenas, enquanto ainda vivo, ele representava um fator de estabilização. O seu desaparecimento selou a cisão interna. Conforme pudemos verificar, os conflitos continuaram envolvendo Carlos Chagas, que atraiu contra si uma forte oposição, resistente a subordinar-se à sua liderança.

O primeiro rompimento de que tivemos conhecimento foi entre Carlos Chagas e Artur Neiva, logo após a morte de Oswaldo Cruz. Depois do período em que trabalhou na Argentina, Artur Neiva fora convidado pelo estado de São Paulo para chefiar a diretoria do serviço sanitário. Assumiu o cargo no final do ano de 1916, sem exonerar-se do Instituto Oswaldo Cruz. Foi nesta posição que Artur Neiva rompeu com Carlos Chagas durante o ano de 1917. No trecho da carta enviada a Carlos Seidl, que reproduzimos a seguir, Artur Neiva explica ao diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública os motivos do desentendimento:

> Ontem recebi uma carta do Chagas, longa e nervosa, e onde o ilustre diretor do Instituto Oswaldo Cruz rompe comigo as relações de cordialidade, mantidas há cerca de 20 anos, e isto, segundo me informa, em conseqüência do meu modo de pensar a respeito da direção do Instituto, segundo conversa que mantive com o dr. Carlos Seidl. Mantenho o que disse: sou de opinião que nenhum diretor de um Instituto congênere ao do Oswaldo Cruz, em parte nenhuma do mundo, clinica. Como me compunge falar de Manguinhos! Oxalá que a memória do Oswaldo inspire os seus discípulos, a fim de que a harmonia volte ao seio do

> Instituto, sem o que será impossível sustentar a tradição gloriosa que o nome de Manguinhos representa (Artur Neiva, carta de 18 de junho de 1917, Arquivo Artur Neiva).

Não fica muito claro, mas, ao que parece, Carlos Seidl envolvera-se na questão, contando a Carlos Chagas a posição de Artur Neiva. O objetivo da carta é o de inteirar Carlos Seidl de que ele, Artur Neiva, já estava ciente da intriga, e reiterar a sua opinião.

Conforme pudemos verificar na documentação do arquivo pessoal de Artur Neiva, o dissídio com Chagas aprofundou-se devido a outro motivo: ambos disputaram a indicação para a Diretoria Geral de Saúde Pública junto com Rodrigues Alves, eleito para o segundo mandato presidencial em novembro de 1918.

Em carta a um amigo argentino, Artur Neiva comenta que a administração de Carlos Chagas atraíra a oposição "da velha guarda do Oswaldo, com exceção do Godoy". Refere-se à disputa entre eles sem mencionar o seu teor, dizendo que este pretendeu mantê-lo afastado da arena, destituindo-o da função de secretário do Congresso de Microbiologia e Higiene, que se realizaria em julho de 1918 no Rio de Janeiro. Caso reagisse, ele, Neiva, criaria uma situação de tensão com o presidente do Congresso, Miguel Couto, o que agradaria Carlos Chagas. Ao final declara não ter se preocupado com o fato, e que estava se "preparando para ganhar a batalha final" (Artur Neiva, carta de 7 de setembro de 1918, Arquivo Artur Neiva).

Como sabemos, o presidente Rodrigues Alves não chegou a tomar posse: morreu em janeiro de 1919, vitimado pela gripe espanhola, epidemia que assolou o Rio de Janeiro durante o segundo semestre de 1918.

Segundo o que relata nesta carta, Artur Neiva havia sido escolhido para dirigir a Diretoria Geral de Saúde Pública, tendo apresentado, inclusive, um projeto de reformulação da saúde pública brasileira (Artur Neiva, carta de 17 de abril de 1919, Arquivo Artur Neiva).

A tragédia não permitiu a ascensão de Artur Neiva, abrindo espaço político para a indicação de Carlos Chagas no novo governo de Epitácio Pessoa. Chagas assumiria logo depois a direção do novo órgão de saúde criado em 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública, que substituiu a Diretoria.

Se até o caso Moses os conflitos permaneciam intramuros, com a morte de Oswaldo Cruz se tornaram públicos. Foi o que aconteceu com Carlos Chagas a partir de então, que enfrentou os seus desafetos em polêmicas públicas como a que ocorreu na Academia Nacional de Medicina.

Figueiredo de Vasconcelos e Henrique Aragão, contando com o apoio do famoso catedrático e higienista Afrânio Peixoto, contestaram a exclusividade da autoria da descoberta científica que Carlos Chagas fizera. Advogaram a tese de que Oswaldo Cruz participara da experiência, devendo, por isso, também ser considerado autor. Assim, postularam a retificação do nome da doença, que deveria chamar-se doença de Cruz-Chagas.

Além disso, colocaram em dúvida o perfil epidemiológico da doença, afirmando que Carlos Chagas superdimensionava a sua extensão no território brasileiro para conferir maior importância à sua descoberta. Conforme estes médicos, a tripanossomíase americana estava circunscrita a uma pequena região do interior de Minas Gerais.

O desenvolvimento posterior de estudos desta doença provou a correção das observações de Carlos Chagas. Na Academia Nacional de Medicina, no entanto, a discussão prolongou-se por alguns anos, de 1919 e 1922, com as opiniões dividindo-se pró e contra Chagas. Este defendeu-se usando até mesmo uma carta do filho de Oswaldo Cruz, Bento Cruz, que, em nome da família, declarou as acusações sem qualquer fundamento. Nesta carta, Bento Cruz afirmava que o pai fora o primeiro a reconhecer a exclusividade da descoberta que Chagas fizera[38].

Chagas acusava os seus detratores de agirem sem nenhum conhecimento do assunto: falavam sem haverem desenvolvido nenhuma experiência empírica que contrariasse as suas conclusões. Tanto ele quanto o seu defensor público na Academia Nacional de Medicina, o médico e, nesse momento, deputado federal pela Bahia, Clementino Fraga, incitam esses detratores a apresentarem provas que refutassem os dados de Carlos Chagas. É evidente que a polêmica era bastante delicada, envolvendo a relação de Carlos Chagas com o seu mestre: punha-se em dúvida o comportamento ético e moral de Carlos Chagas, com a intenção nítida de comprometer a sua probidade e capacidade científica.

O argumento que procuramos desenvolver, sumariando o passado de conflitos vividos em Manguinhos, é o de que a morte de Oswaldo Cruz acarretou dificuldades para a instituição que não apenas provocaram arranhões em sua imagem mas, sobretudo, colocaram em risco a sua sobrevivência. Até então ela se organizara e se mantivera em torno

---

[38] Os registros dessa polêmica encontraram-se nos *Anais da Academia Nacional de Medicina*. A carta de Bento Cruz foi lida na sessão de 23 de novembro de 1923 e é datada de 19 de dezembro de 1922.

do prestígio de Oswaldo Cruz. Mesmo que, como afirmam alguns depoimentos, não tivesse mais contado com apoios políticos após a presidência de Rodrigues Alves, ele conseguira conservar o prestígio que alcançara com o saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo versão unânime de seus biógrafos, Oswaldo Cruz capitalizou este prestígio investindo-o no Instituto de Manguinhos desde o início. Há testemunhos de que quando a febre amarela declinou na cidade, por volta de 1905-1906, Oswaldo Cruz desviou verbas do Serviço Especial de Febre Amarela para ampliar as instalações do Instituto, dando origem ao monumento arquitetônico que ainda hoje verificamos.

Como então continuar e administrar um patrimônio científico construído em bases tão personalistas? Como o Instituto Oswaldo Cruz poderia ter assegurados recursos e autonomia administrativa e, mais do que isto, garantir ascendência política e legitimidade científica sobre os rumos da saúde pública, quando até aquele momento esta posição de liderança estava identificada com a imagem de um único homem?

Interna e externamente, tudo se passava como se o desenvolvimento de Manguinhos se devesse à genialidade e ao tino político e administrativo de Oswaldo Cruz. Aliás, o depoimento de Rocha Lima acentua esse aspecto, considerando o personalismo cultivado por Oswaldo Cruz um obstáculo ao florescimento de outras lideranças que porventura viessem a lhe fazer sombra.

Por outro lado, esta história personalizada pode encontrar uma hipótese explicativa na própria forma como Oswaldo Cruz irrompeu na cena pública em 1903, quando na Diretoria Geral de Saúde Pública assumiu posições que tiveram repercussão política grave, cujo ponto culminante foi o conhecido episódio da Revolta da Vacina. Não obstante a oposição, Oswaldo Cruz tornou-se a autoridade máxima, ditando os rumos da saúde pública, sustentado politicamente pelo governo de Rodrigues Alves.

Seja pela personalidade de Oswaldo Cruz, seja pela concorrência de certas circunstâncias que o conduziam ao centralismo, este estilo marcou a história do Instituto. É plausível imaginarmos que uma liderança deste tipo inviabiliza o seu reconhecimento entre os pares – e Rocha Lima menciona a displicência com que Oswaldo Cruz tratava as intrigas e facções, estimulando-as com o seu comportamento omisso, o que, no limite, comprometia a possibilidade de sua sucessão contar com qualquer consenso. Quem poderia reunir as condições para conduzir as articulações necessárias à manutenção de Manguinhos?

Este foi o dilema vivido pelos pesquisadores do Instituto após o desaparecimento de Oswaldo Cruz. A questão que se colocava para este grupo era a de garantir o reconhecimento de sua própria competência intelectual e beneficiar-se do prestígio de que Oswaldo Cruz e, por extensão, Manguinhos, haviam gozado até então. Mas como fazer diante da fragmentação que dilacerava o Instituto e se agravara com a morte de seu fundador, de que é exemplo a polêmica contra Chagas encabeçada por Figueiredo Vasconcelos?

4

O culto à memória

Agora, encerrado o breve ciclo da sua existência, vai começar a vida de sua memória. A história lhe fará a justiça de compensadora eternidade
Clementino Fraga, 1917

Quando morreu, Oswaldo Cruz era um cientista de renome, conhecido em alguns centros científicos europeus e latino-americanos, principalmente graças aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos em seu instituto, entre os quais destacava-se a descoberta do *Trypanossoma cruzi*, por Carlos Chagas, em 1909.

Poucos se atreveriam a questionar a verossimilhança deste fato. Como se viu, os jornais que noticiaram a morte de Oswaldo Cruz confirmam a notoriedade que ele alcançara. No entanto, viu-se, também, que alguns de seus amigos e auxiliares consideraram que o reconhecimento do cientista por parte dos dirigentes do país ficara muito aquém de seus méritos, tal a economia das homenagens que lhe foram prestadas pelo mundo oficial. É patente a insatisfação dos amigos e colaboradores de Oswaldo Cruz, reiterada em várias oportunidades, com o que lhes pareceu uma atitude descortês do governo: não haver decretado o luto oficial por ocasião da morte do cientista.

Sales Guerra, amigo, médico e mais tarde biógrafo de Oswaldo Cruz, generaliza esta avaliação ao afirmar que as homenagens recebidas por Oswaldo Cruz ao longo de sua vida representavam tão-somente "manifestação espasmódicas, passageiras e superficiais".

Diante desta constatação, alguns amigos mobilizam-se para o que definem como a luta contra o esquecimento de Oswaldo Cruz, que julgam

ser uma conseqüência natural do passar do tempo, mais grave em nosso país por força da pouca memória dos brasileiros.

Consideram que o esquecimento de Oswaldo Cruz constituía um crime de lesa-pátria, impondo-se aos seus jovens assistentes "cultuar a sua memória", pois somente eles eram "capazes de avaliar a profundeza da desgraça que feriu o país" (Neiva, 1917:7).

Belisário Pena, que se considerava um membro do círculo dos discípulos de Oswaldo Cruz, afirmava que esse *culto à memória* constituía um dever cívico. No trecho a seguir, escrito alguns anos após a morte de Oswaldo Cruz, demonstra a disposição que o animava nesse sentido:

> Não houve um só aniversário do seu passamento que não fosse por mim comemorado, o primeiro com a fundação da Liga (...) Não houve conferências, que se contam por dezenas, nas associações científicas, agrícolas, comerciais e industriais, e preleções populares, às centenas, nas escolas, colégios e quartéis, cinemas, fábricas e fazendas, e até na praça pública, nas cidades, vilas e povoados de vários estados, em que não se incutisse no espírito de meus ouvintes a veneração à memória de Oswaldo Cruz, o brasileiro que mais contribuiu para o bem-estar, a prosperidade e felicidade do povo. Esse ano, estando em viagem de Minas para esta capital, no dia 11 de fevereiro, data aniversária do seu falecimento, realizei no carro da Estrada de Ferro Leopoldina, reunidos aí os passageiros de 1ª classe, uma preleção sobre o inolvidável patrício. Nunca esmoreceu o meu culto de veneração à memória do Grande Homem, cujo espírito é o farol da minha rota na espinhosa travessia para o ideal de um Brasil saneado e, conseqüentemente, povoado, enriquecido e moralizado (Pena, 1922:ix).

Em meu entendimento, o movimento de culto à memória do cientista deu origem ao fenômeno de mitificação de Oswaldo Cruz. Esta ação, a princípio involuntária, decorrente do estado emocional provocado pela morte, evoluiu para um processo em que se pode notar um certo grau de intencionalidade no sentido de construir uma imagem perfeita do cientista, o que o tornou o símbolo da ciência brasileira.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil tornou-se um dos mais importantes veículos de difusão dessa ideologia. Desde a sua criação procurou deixar clara a sua filiação: a data de inauguração do movimento fora escolhida em homenagem ao primeiro aniversário da morte de Oswaldo Cruz, designado como o seu patrono. E de sua lavra era o lema adotado: "Não esmorecer, para não desmerecer".

A Liga justificava sua ação apresentando-se como um movimento que conservava uma linha de continuidade histórica com relação às

realizações de Oswaldo Cruz. Em discurso comemorativo do primeiro aniversário da entidade, em fevereiro de 1919, sobressaem estas intenções:

> (...) esse era o anelo, era o sonho do Grande Patriota, cujo espírito é o patrono da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Eu lhe falo, vejo-o neste momento, sinto-o aqui presente com a sua quase alva e revolta cabeleira de artista protegendo o invólucro de um cérebro sempre em ebulição a serviço da pátria e da ciência, satisfeito de se encontrar entre discípulos, hoje mestres, e auxiliares dedicados, e patriotas, empenhados todos na grandeza do Brasil, certo de que nem um só dia a sua obra foi abandonada, confiada que foi a mãos dignas do Mestre; eu o estou vendo com aquele olhar sonhador e bom, contente das criaturas que ele formou e educou, e que honram a sua memória, trabalhando sem outra preocupação que a de promover a grandeza da pátria amada.
>
> E vendo-o e sentindo-o, entre nós, digo-lhe com sinceridade e ardor. Descansa Oswaldo! Goza serenamente da paz da alma a que tens direito pelo muito bem que fizeste à pátria e à humanidade. Não te dê cuidados à tua obra imperecível, que será defendida e engrandecida por muitos de seus discípulos queridos e pelos dedicados auxiliares, que, sem descanso, sem medir sacrifícios, realizarão o teu sonho; levarão avante a cruzada do saneamento, e legarão para teus filhos e seus descendentes um Brasil saneado, povoado, enriquecido e moralizado (Pena, 1919:230).

Como se viu na Introdução, a divulgação de determinadas representações sobre Oswaldo Cruz era parte integrante da doutrinação que a revista *Saúde* pretendia realizar no sentido de promover a campanha do saneamento rural, proposta central do projeto de reforma da saúde pública. Se a ele referem-se os artigos de colaboradores que escrevem para essa revista, os editoriais, de responsabilidade do conselho redator, são caracteristicamente apelativos, exaltando a figura de Oswaldo Cruz.

Verifica-se uma surpreendente profusão de metáforas e outras figuras de estilo na linguagem dos diversos artigos da revista que exaltavam o papel de Oswaldo Cruz na história do Brasil e no mundo científico ocidental. Assim, referem-se a ele como "o cristo da religião do saneamento", "o grande brasileiro", "o salvador", "o bandeirante", "aquele que iniciou os alicerces da nova nacionalidade", "o apóstolo da ciência", "o fundador de uma nova religião", entre tantas outras expressões que não raro conferem à ciência uma dimensão religiosa, cujos móveis sagrados deveriam ser classificados superiormente na escala de valores da sociedade[39].

---

[39] A relação entre ciência e religião, explorada pelo positivismo, não é objeto deste trabalho. Para uma análise do tema, ver: Ferreira, 1989 e Porto, 1985.

Assim o movimento de culto à memória e à fundação da Liga constituíram uma resposta ao impasse vivido pelos médicos e higienistas que, com a morte de Oswaldo Cruz, perderam a sua maior expressão política e científica. Belisário Pena não somente valia-se do nome de Oswaldo Cruz para legitimar as propostas da Liga, como tentou congregar os discípulos e auxiliares em torno dela, estratégia indispensável para atingir os objetivos que se propunha, de reforma da saúde pública.

Esta solução que, podemos dizer, partiu de fora de Manguinhos, mas contou com a participação ativa de vários membros do Instituto e com a simpatia de todos, foi eficiente no sentido de procurar estabelecer laços de solidariedade entre todos os médicos, jovens assistentes e auxiliares que haviam trabalhado e se formado com Oswaldo Cruz, instituindo-se uma identidade a partir desta relação. A Liga conclamava à união de todos para continuar a missão de sanear o Brasil.

Para os objetivos desta entidade era fundamental obter o apoio da classe médica, em especial do Instituto Oswaldo Cruz, que, até aquele momento, constituíra a referência básica das idéias sanitárias consideradas as mais modernas e condizentes com os avanços internacionais no campo da higiene pública. Oswaldo Cruz e seu grupo lideraram o movimento de reformulação da saúde pública brasileira de acordo com os últimos parâmetros científicos dados pelo desenvolvimento da microbiologia, a qual influía decisivamente sobre a medicina e a higiene.

Além disso, a história já tinha revelado que a desunião entre os médicos representava um fator de fragilidade para as propostas de intervenção social que pudessem esboçar. Assim acontecera em relação às mudanças preconizadas por Oswaldo Cruz em 1903, quando a categoria mostrou-se totalmente fragmentada. Como os governos e os políticos poderiam decidir sobre uma proposta se sobre ela não havia se formado um consenso entre os médicos?

Assim, para a Liga, criar uma identidade de grupo significava fortalecer as suas propostas de mudança. E esta identidade só foi possível graças ao recurso que se fez ao nome de Oswaldo Cruz, passando-se por cima dos conflitos em torno do personagem e contribuindo para a reconstrução de sua biografia como *herói fundador* da medicina experimental. Procurava-se, no plano ideológico, sedimentar sentimentos de solidariedade através da construção de uma imagem idealizada de Oswaldo Cruz, utilizada como um instrumento para minimizar as dissensões internas ao Instituto de Manguinhos. Nesse sentido, o depoimento

de Artur Neiva, na carta em que comunica a Carlos Chagas o rompimento de suas relações, é muito ilustrativo.

> (...) independente da sua vontade e de seu desejo agora manifestado em carta, de me colocar entre os que o hostilizam, eu estarei a seu lado como força imponderável, é certo, porém, cumprindo o meu dever para com a memória do Oswaldo, sempre que você se colocar em condições de honrar a herança que recebeu (Artur Neiva, carta de 18 de julho de 1917, Arquivo Artur Neiva).

Deste modo, a idealização de Oswaldo Cruz funcionou como um importante instrumento político de solidarização entre os médicos, na medida em que visava à legitimação de suas propostas promovendo o reconhecimento do Instituto, o qual representava uma referência institucional indispensável aos seus objetivos. Em outras palavras, firmar publicamente uma certa imagem de Oswaldo Cruz significava conquistar para o movimento o prestígio e a posição que Manguinhos ocupava na hierarquia de consagração cultural e científica.

Embora se possa identificar o culto à memória de Oswaldo Cruz à Liga Pró-Saneamento, ele ganhou vida própria e sobreviveu a esta entidade, estendendo-se muito além do período de sua vigência (1918-1920). O culto à memória tornou-se um movimento mais amplo e de certa forma difuso de heroificação de Oswaldo Cruz, constituindo um fenômeno observável ao longo do tempo, presente no imaginário social até os dias atuais.

Como declarou Olímpio da Fonseca a um jornal logo após a morte do cientista, "Oswaldo Cruz não morrera, ele deixara apenas de ser mortal". Continuava a viver através dos seus discípulos e auxiliares, aos quais cabia não apenas a tarefa de dar continuidade à sua obra, mas a de devotar-se à glorificação de seu nome.

O culto à memória de Oswaldo Cruz traduziu-se num eficiente elemento constituinte da identidade sanitarista, e foi incentivado por inúmeras gerações de médicos que deixaram patenteado, em atos e palavras, o seu compromisso de reverenciar aquele que passou a ser considerado o *mito de origem* do sanitarismo no Brasil.

Uma extensa bibliografia – cujo capítulo forte são as biografias, necrológios, panegíricos, textos encomiásticos – produzida a partir da morte de Oswaldo Cruz constitui um conjunto significativo de testemunhos que contribuíram decisivamente para criar a imagem mitificada que se conhece.

Em sua maioria estes textos foram escritos, a princípio, por um grupo de médicos contemporâneos de Oswaldo Cruz e mais ligados a ele. Foi, contudo, este discurso reproduzido por gerações de médicos que, ao longo do tempo, empreenderam um eficiente trabalho ideológico, constituindo uma tradição escrita e oral de culto à memória de Oswaldo Cruz que, lado a lado com festividades organizadas com o propósito de marcar a sua presença e eternizá-la, sobreviveu no imaginário nacional.

Acredito que, mesmo sem ter sido exaustivo, o levantamento destes textos possibilitou perceber a existência de um amplo e significativo conjunto de imagens simbólicas sobre Oswaldo Cruz, as quais conformam o que denomino hagiografia oswaldiana, e que é a fonte privilegiada desta análise.

A hagiografia oswaldiana

> Falar de Oswaldo Cruz não se revela fácil empreendimento... de há muito está sendo objeto da atenção geral, pertencendo à raça especial de homens, cuja vida cria bibliotecas.
>
> *Carlos Seidl,* 1917

"Seria possível uma biografia de Oswaldo Cruz?" indaga a si mesmo o médico baiano Clementino Fraga, que trabalhou com Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública entre os anos de 1903 e 1907, e freqüentou o Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz, considerado o melhor curso da época para aprendizado de técnicas microbiológicas e de bacteriologia.

Muitos anos mais tarde, Clementino Fraga – um clínico que desenvolvera pendores literários – dedicou-se a escrever a biografia de Oswaldo Cruz. Do ponto de vista deste biógrafo, apesar da brevidade de sua vida, a atuação de Oswaldo Cruz como homem público fora fulgurante: encontrara a glória em curto espaço de tempo. A extraordinária ascensão científica e social de Oswaldo Cruz, no entendimento de Fraga, justificava este tipo de obra.

Como pude verificar, tal opinião foi compartilhada por diferentes gerações de médicos, que, a partir dos contemporâneos de Oswaldo Cruz, seguiram-lhes o exemplo, produzindo um amplo conjunto de textos voltados para cantar sua vida em prosa e verso. De fato, uma

copiosa literatura foi produzida sobre Oswaldo Cruz, cuja característica essencial é o tom laudatório.

Ao relembrar fatos da vida quotidiana da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na virada do século, Pedro Nava, em seu livro autobiográfico *Baú de Ossos*, faz uma observação provocante a respeito dos testemunhos sobre os médicos daquela época: em geral, caracterizam-se por sua parcialidade, já que diversos assuntos considerados como tabu não são revelados, pairando sobre eles um pesado silêncio.

Segundo Nava, a omissão de informações propicia as versões caluniosas que "nunca são escritas, mas que permanecem vivas através da tradição oral, alongando-se no tempo como uma cobra venenosa" (Nava, 1984:251).

Esta forma de encarar a história, afirma Nava, deturpa a vida dos personagens, prejudicando a compreensão do seu verdadeiro significado, e, assim, deveriam as biografias tratar de todos os assuntos, em vez de procurar omitir alguns deles. No texto a seguir, Pedro Nava dá sua opinião a respeito da questão de que nos ocupamos, nomeando o nosso personagem principal:

> Se os que têm uma visão bondosa dos fatos se abstêm de comentá-los, deixam o campo livre para os bichos rastejantes que babam no tronco das grandes árvores. Se não se toca nesses assuntos, acabam os homens distorcidos e esvaziados da substância humana que neles habitou. É o que acontece com a maioria dos nossos grandes médicos, cujas vidas são geralmente abordadas por biógrafos com luvas de borracha que desinfetam tudo que existe de humano para só ensaiar o mito esterilizado que anula o homem. Onde estais, Miguel Couto, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas? Quem vos poderá conhecer dentro de roupagens de santo com que vos afublaram e que tanto vos desfiguram? Esquecem que cada homem só vive e é grande quando mostrado integralmente. Nos seus acertos e erros. Nos acertos e erros dos outros sobre sua pessoa (Nava, 1984:251).

Como acertadamente constata Nava, os biógrafos com luvas de borracha anulam o homem para poder criar o mito, o qual é desprovido de seus conteúdos propriamente humanos. Todavia, engana-se o romancista ao sugerir que seria possível descobrir o homem sob o santo, posto que a qualidade da linguagem mítica reside nisto: embaralhar o real e a fantasia a fim de produzir o efeito desejado, isto é, a sacralização do indivíduo.

Por meio dessa operação é possível projetar-se o indivíduo para fora do círculo do tempo, despindo-o da temporalidade que circunscreve a vida humana. Assim, é possível falar de um espírito atemporal, como se os significados a ele atribuídos fossem imemoriais, sem data de origem.

É interessante notar estes efeitos no caso de Oswaldo Cruz, embora o processo de divinização não tenha implicado a perda mas, ao contrário, a construção de uma memória e de uma identidade coletiva: a do sanitarismo identificado com a pesquisa de laboratório no campo das doenças endêmicas, ou como eram conhecidas as doenças nacionais.

Esta é a origem do mito, e nos símbolos a ele associados identifica-se imagens relacionadas à identidade que construiu-se em torno dele. De fato, é possível perceber um certo padrão de símbolos aos quais vincula-se a imagem do cientista. Esta imagética é visivelmente detectada, após algumas leituras, por força até da exaustão com que é repetida.

Periodicamente, a partir da morte de Oswaldo Cruz, um certo número de textos sobre ele foi produzido no gênero biográfico, sejam ensaios de menor fôlego que abordam apenas determinados aspectos da vida profissional, sejam relatos que assumem a forma mais pretensiosa e clássica de biografias que procuram abranger a vida do cientista extensivamente.

Os textos identificados, que encontram-se relacionados ao final deste trabalho, abarcam um período relativamente longo de tempo: os primeiros são de 1917 e o último registro data do ano de 1974.

É significativo que, durante este período, sempre que possível, tenha-se comemorado Oswaldo Cruz em associação com uma solenidade nacional, como por exemplo a do centenário da Independência em 1922 e a do sesquicentenário da mesma efeméride em 1972.

A bibliografia sobre Oswaldo Cruz consultada por mim é composta de variadas referências: diversos necrológios, uma biocronologia, cinco biografias e numerosos artigos de feição histórica que pretendem recuperar os feitos de Oswaldo Cruz, destacando-se os que versam sobre o instituto de pesquisas que criou. Do levantamento efetuado consta até mesmo uma revista de história em quadrinhos que narra a campanha de saneamento do Rio de Janeiro.

Registramos ainda alguns títulos publicados no estrangeiro, mais especificamente na Argentina e no Peru, cujas comunidades científicas já havia algum tempo vinham estabelecendo laços de aproximação com os médicos brasileiros. Estes, sempre que possível, referem-se a tais textos como um sinal da consagração de Oswaldo Cruz no plano internacional.

Ante a extensão desta bibliografia, selecionei para análise um conjunto de textos que julgamos os mais significativos. Apesar de não esgotarem o universo possível de referências sobre o assunto, os textos selecionados cristalizam certos elementos cruciais do mito, apropriados

e reproduzidos posteriormente: são, pois, *clássicos* estes textos constantemente referidos pela literatura, acadêmica ou não, dedicada a Oswaldo Cruz.

Alguns critérios orientaram essa escolha de textos. Em primeiro lugar, interferiram decisivamente a constatação da repetição exaustiva de símbolos e imagens e a reprodução literal de fatos e versões que nada acrescentavam ao que já tinha sido dito anteriormente. Em segundo lugar, privilegiaram-se os textos escritos entre 1917 a 1922, que consideramos o período em que despontou o movimento de culto à memória, explicitamente assumido pelos discípulos: é neste período que se constroem e se consolidam elementos fundamentais do mito que, posteriormente, seriam exaustivamente repetidos pela literatura. Em terceiro lugar, optou-se preferencialmente, mas não exaustivamente, pelos textos dos chamados discípulos. Nesse sentido, vale assinalar o livro *Oswaldo Cruz no Julgamento dos Contemporâneos*, publicado em 1972, que é uma coletânea de artigos publicados no período de 1917 a 1922, referência básica para a elaboração deste trabalho.

É interessante notar que, em diferentes épocas, muitos artigos escritos no período imediatamente posterior à morte de Oswaldo Cruz foram sucessivamente reeditados.

Do ponto de vista do conteúdo, é possível dividir esta literatura em dois grupos: o de ensaios e artigos (incluindo os necrológios publicados nos jornais) e as biografias.

Verificamos que, apesar das diferentes formas de abordar a vida de Oswaldo Cruz, no essencial a interpretação que se dá aos fatos é semelhante. Os artigos e ensaios detêm-se, de modo geral, em certos aspectos da trajetória profissional, destacando as qualidades de cientista, *fundador da medicina experimental* no Brasil. Por outro lado, exaltam a sua face de higienista competente, a que atribuíram o título de *o saneador* do Rio de Janeiro e do Brasil.

As biografias têm outro padrão de apresentação dos assuntos, não ficando circunscritas aos temas do grupo anterior, que se parecem com um retrato 3 x 4.

Identificamos cinco biografias e pudemos proceder à leitura de três; as outras duas não foram localizadas.

Além de abordarem aspectos da trajetória profissional de Oswaldo Cruz, as biografias procuram abranger a origem social e a vida familiar. Em que pese o tratamento mais extensivo que as biografias procuram dar à vida de Oswaldo Cruz, este grupo de textos não traz inovações

substantivas em relação aos que haviam sido publicados anteriormente, em especial aqueles escritos logo após a morte do biografado. Com uma seleção criteriosa de determinadas passagens e fatos, reproduzem as versões existentes.

O médico e amigo de Oswaldo Cruz, Sales Guerra, apresenta uma explicação convincente para esta questão. Logo na introdução da biografia que escreveu, chama a atenção do leitor para a inevitabilidade da repetição dos fatos em trabalhos deste gênero. Percebe, contudo, uma vantagem na repetição, que é a de "abrir na memória de cada um sulcos mais profundos, onde se aninhará e permanecerá mais tempo a grata lembrança do grande higienista" (Guerra, 1940:24).

Ou seja, o autor assinala um veio importante desta literatura: a sua função pedagógica, de resto intenção explicitamente reconhecida por todos os biógrafos de Oswaldo Cruz. De fato, as biografias têm um profundo conteúdo moralizante, pois entendiam seus autores que a vida de Oswaldo Cruz era "uma fonte de lições e exemplos edificantes". Sales Guerra justifica o livro que escreveu afirmando que Oswaldo Cruz "foi modelo irradiante de trabalho, de civismo, de bondade, de inteireza de caráter, de abnegação até ao sacrifício" (Guerra, 1940:20).

É interessante notar que, entre os biógrafos, o único que declara explicitamente ter mesclado ficção e realidade é Phocion Serpa, que considera esta forma de abordar o assunto um meio eficaz de atrair o público infanto-juvenil, o qual desejava atingir. Reconhece Phocion Serpa que, apesar de não ter falseado os fatos, "polvilhou a narrativa com um pouco de fantasia, para adorná-la e torná-la mais atraente". Acredita que o gênero do conto de fadas é muito eficiente para educar as mentes infantis, sendo a fantasia tão necessária à formação dos jovens quanto a verdade (Serpa, 1937).

A partir de tais declarações, pode-se imaginar o resultado de seu trabalho: mesmo com a advertência de que é uma obra ficcional, o livro é, entre todos os que consultei, o mais exageradamente laudatório e, não é demais dizer, quase delirante.

Apresentam estas biografias um outro aspecto bem relevante para os propósitos deste trabalho, vez que tentam fornecer uma interpretação dos fatos de modo a imputar uma coerência à história de vida *ex post factum*, como se ela houvesse transcorrido de forma linear e ascencional na direção do sucesso. Assim, a vida de Oswaldo Cruz, na palavra de seus biógrafos, tornou-se uma trajetória perfeita em termos de objetivos, determinação e vitórias pessoais.

Vale assinalar que, apesar de não constituírem as fontes mais importantes sobre a vida de Oswaldo Cruz, suas biografias são consideradas uma versão autorizada dos fatos, sendo constantemente citadas. Porém, como já assinalamos, tivemos a oportunidade de observar que, do ponto de vista do conteúdo, a diferença é muito pequena entre elas e os ensaios e artigos que foram publicados logo após a sua morte.

A idéia geral que transparece das biografias é a de interpretar a vida de Oswaldo Cruz como se fosse dividida em duas fases, cujo critério de distinção é a visibilidade pública. A primeira fase corresponde à vida privada, à família e ao momento inicial de sua profissionalização. Na interpretação dos biógrafos, o período corresponde à preparação para a fase seguinte, em que o biografado sai do anonimato diretamente para o centro do cenário político, a partir de 1903, quando passou a ocupar o cargo de diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública e do Instituto de Manguinhos.

Muitos fatos da vida de Oswaldo Cruz são pouco esclarecidos, permanecendo uma série de "zonas de sombra" que necessitam de investigação mais apurada, pois nem mesmo as biografias mais extensas fornecem as respostas adequadas.

Para completar as informações que vimos resumindo sobre o conjunto de textos analisados, faz-se necessário acrescentar alguns comentários sobre os autores e as datas das edições de seus trabalhos.

Como já se disse, entre os anos de 1917 e 1922 publicaram-se diversos textos – a maior parte de autoria dos discípulos, como Carlos Chagas, Artur Neiva, Ezequiel Dias, Belisário Pena, Clementino Fraga –, visivelmente escritos sob o impacto da emoção provocada pelo desaparecimento do cientista. Talvez, por isso, constituam o conjunto mais significativo de textos que concorreram para a construção do mito de Oswaldo Cruz, nos quais aparece de forma explícita a convocação ao culto da memória.

Além destes textos, localizamos como referência importante do período um volume da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, publicado em 1922, comemorativo do centenário da Independência do Brasil, em que constam artigos de Carlos Chagas e Ezequiel Dias, escritos em homenagem ao cientista. Neste mesmo ano, Belisário Pena escreve, também em homenagem a Oswaldo Cruz, *Impressões de um Discípulo*, coletânea que reúne textos publicados desde 1916, quando Belisário Pena afirma ter aderido à idéia do saneamento rural.

Após esta data, as referências mais importantes são as biografias publicadas nos anos 30. A primeira, escrita por Phocion Serpa, é de

1937 e recebeu o sugestivo título de *A Vida Gloriosa de Oswaldo Cruz*. O autor era membro da Academia Carioca de Letras e funcionário da Saúde Pública. Ainda neste ano veio à luz outra biografia, com o curioso título de *O Romance de Oswaldo Cruz*, de autoria do médico Gastão Pereira da Silva.

Em 1940, a Editora Vecchi lançou *Vida e Obra de Oswaldo Cruz*, do médico Sales Guerra, que é considerado o melhor trabalho do gênero. A outra referência identificada foi a biografia intitulada *Oswaldo Cruz, Vida e Obra*, escrita em 1944 pelo médico Antônio Austregésilo, contemporâneo de Oswaldo Cruz, e publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional. O último título levantado desta série biográfica, *Vida e Obra de Oswaldo Cruz*, do médico baiano Clementino Fraga, que apresentava-se como um dos discípulos de Oswaldo Cruz, foi publicado bem mais tarde, em 1972, pela Editora José Olympio.

Entre os vários textos da década de 50, destacam-se os dos discípulos Henrique Rocha Lima, Henrique Aragão e Olímpio da Fonseca, os dois últimos escritos por ocasião da comemoração do cinqüentenário de fundação do Instituto Oswaldo Cruz, no ano de 1950.

Henrique Aragão publicou, na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, um artigo em que procurou revelar as qualidades ímpares de Oswaldo Cruz como *mestre e chefe de escola*. A par do perfil do mestre, Aragão esforça-se por fazer um retrato mais amplo do Instituto durante os anos iniciais, que denomina de heróicos. Assim, recorda alguns episódios, descreve o espaço físico de que dispunha o Instituto e as transformações que este sofreu ao longo do tempo, bem como relata aspectos da convivência entre os técnicos aprendizes e Oswaldo Cruz.

Decerto os discípulos elegem como objeto privilegiado de suas recordações a fase conhecida como heróica, porque a consideram exemplar quanto aos objetivos e funcionamento da instituição, mas também porque a julgam perfeita do ponto de vista das relações pessoais, pautadas na harmonia e solidariedade coletivas.

Certamente a idealização das relações no passado não corresponde exatamente à realidade, como se pôde ver no capítulo 3, mas encontra sentido se iluminada pela ideologia que heroificou Oswaldo Cruz. É parte constituinte do mito reportar-se a um tempo edênico, que corresponde ao período de vida de Oswaldo Cruz, e que não se repetiria após o seu desaparecimento.

O artigo escrito por Olímpio da Fonseca, que foi diretor do Instituto de Manguinhos nos anos 50, é dedicado à comemoração do centenário

de nascimento do ex-presidente Rodrigues Alves e, como já disse, do cinqüentenário da fundação do Instituto. O autor procura focalizar a importância da relação existente entre Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves, que permitiu a ambos realizarem os objetivos que tinham em comum e cujo resultado foi o saneamento e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro[40].

Um dos mais antigos pesquisadores do Instituto, Henrique Rocha Lima, escreveu um artigo intitulado "Com Oswaldo Cruz em Manguinhos", que seria publicado na revista *Ciência e Cultura* em 1952 e, posteriormente, reproduzido em *Oswaldo Cruz Monumenta Histórica. Campanhas e Inquéritos Sanitários*, de Edgar Cerqueira Falcão, obra que consultei. O relato, que é um dos menos laudatórios entre os que localizei, nem por isso mostra-se menos emocionado ao recordar a convivência do autor com Oswaldo Cruz em Manguinhos durante os primeiros anos do século XX, cuja evocação procura recuperar os aspectos da experiência vivida pelo grupo pioneiro dos pesquisadores do Instituto em seu aprendizado científico ao lado de Oswaldo Cruz.

Durante a década de 50, identificam-se outras referências bibliográficas, menos importantes do que as mencionadas: trata-se, em geral, de textos eventuais, discursos pronunciados em variadas solenidades institucionais. Vale, porém, mencionar as iniciativas do médico Ivolino de Vasconcelos, presidente do Instituto Brasileiro de História da Medicina, que entre outros textos empenhados em registrar a memória da história da medicina brasileira, publicou, em separata da *Revista Brasileira de História da Medicina*, no ano de 1956, dois trabalhos dedicados a Oswaldo Cruz: o folheto sobre o monumento a Oswaldo Cruz, já mencionado no capítulo 2 deste trabalho, e um segundo, dedicado a relembrar a importância do famoso clínico Francisco de Castro na vida de Oswaldo Cruz. Atribuiu-se a este clínico a viagem para a especialização em microbiologia que Oswaldo Cruz fez no Instituto Pasteur, seguindo

---

[40] Como o de Olímpio da Fonseca, todos os textos destacam a figura do conselheiro Rodrigues Alves e a importância da política para as realizações de Oswaldo Cruz. O curioso é que a política aparece sempre nesses textos como uma instância contaminada pela corrupção, como se estivesse desvirtuada de seus fins verdadeiros, servindo apenas à satisfação de interesses particularistas e mesquinhos. No discurso cientificista, a política deveria subordinar-se aos interesses coletivos de que os cientistas eram os legítimos representantes, devendo estes substituir os políticos profissionais comprometidos com a "politicalha" e os burocratas, que não passavam de apadrinhados do clientelismo vigente. A dimensão política é referida como uma instância de ratificação e legitimação dos projetos de intervenção social dos médicos.

um conselho seu. Consta que Francisco de Castro, por ocasião de uma visita ao pai de Oswaldo Cruz, o higienista Bento Gonçalves Cruz, tivera uma intuição sobre as habilidades do jovem médico ao vê-lo fazendo experiências num laboratório que mantinha no porão de sua casa[41].

Durante a década de 60, registra-se a *Biocronologia*, de autoria do médico e escritor Pedro Nava, publicada na revista *Brasil Médico* em 1962. Nos anos 70, *Oswaldo Cruz no Julgamento dos Contemporâneos* foi publicado por iniciativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Fundação Getúlio Vargas, para comemorar, em 1972, o centenário de nascimento de Oswaldo Cruz. Trata-se de nova publicação de textos reunidos, escritos, em sua maioria, entre os anos de 1917 e 1922, que inclui os artigos de Henrique Aragão e Olímpio da Fonseca, escritos posteriormente, e a conferência de Rui Barbosa sobre Oswaldo Cruz, proferida em junho de 1917, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Resta indicar as publicações da coleção Brasiliensia Documenta. Sob o título de *Oswaldo Cruz Monumenta Histórica*, Edgar Cerqueira Falcão, médico e também historiador da medicina no Brasil, editou em 1974 uma obra de referência obrigatória sobre Oswaldo Cruz, em dois volumes

---

[41] Consta, ainda, que Francisco de Castro, quando Oswaldo Cruz regressou de Paris, convidou-o para trabalhar com ele na Faculdade de Medicina, convite que foi recusado. A referência a esta relação com Francisco de Castro pode ser compreendida como uma entre outras maneiras que foram encontradas para legitimar a carreira profissional de Oswaldo Cruz: conferia-se-lhe a chancela de um ilustre representante de Faculdade de Medicina, instituição a que ele pertenceu somente como aluno. A relação entre esta instituição e o Instituto, conforme mencionamos no capítulo 1, foi marcada pela tensão própria à competição entre uma escola tradicional de formação dos médicos e uma instituição que se organizou não como um lugar alternativo, mas como um espaço superior e complementar que se dedicava à formação de um tipo de profissional que, diziam, a faculdade não tinha competência para fazê-lo. Segundo Henrique Rocha Lima, ao desenvolver-se como um instituto de pesquisas, Manguinhos ameaçava a posição de certas "sumidades médicas" da época, "habituadas a doutrinar segundo conceitos da era pré-bacteriológica". Tais médicos não raro deixavam transparecer a aversão que sentiam pela "revolução em marcha" provocada por Oswaldo Cruz e Manguinhos, que "abalavam os alicerces em que se assentavam as suas doutrinas" (Lima, 1974:28). Neste mesmo trabalho, Rocha Lima cita uma carta em que Oswaldo Cruz faz inúmeras restrições à Faculdade de Medicina, afirmando que "a faculdade é um ambiente limitado, sufocador das legítimas aspirações de quem trabalha com um intuito prático. A falta de recursos materiais, as lutas internas, a indisciplina e a natureza mesma do cargo de professor, como é encarado entre nós, fecham por completo a porta a qualquer tentativa profícua para o levantamento do nível científico de nosso caro Brasil. No fim de algum tempo, o professor, que não é cercado do bem-estar a que tinha direito, limita-se a preparar as lições mais ou menos teoricamente e vai procurar na clínica ou alhures os meios de proporcionar, não conforto à sua família, mas os indispensáveis meios de subsistência". (Cruz *apud* Lima, 1974:34). Por esta carta vê-se que Oswaldo Cruz não nutria qualquer simpatia pelo ambiente da faculdade, desacreditando, inclusive, de que ele fosse um lugar propício à produção de conhecimento.

intitulados: *A Incompreensão de uma Época*, *Oswaldo Cruz e a Caricatura*, e *A Escola de Manguinhos, Campanhas* e *Inquéritos Sanitários*.

Faz igualmente parte desta coleção o livro de Olímpio da Fonseca, editado também neste mesmo ano, com o título de *Escola de Manguinhos*. O livro, que pretende ser um relato histórico sobre o Instituto Oswaldo Cruz desde a sua criação, não institui uma abordagem diferente das que já tinham sido propostas, exceto pelas informações a respeito da organização dos laboratórios e das pesquisas que se desenvolveram desde o início de Manguinhos até os anos 50. Inclui, ainda, entre alguns relatórios de viagens científicas pelo interior do país, de que participou o autor, o relatório da viagem de Oswaldo Cruz à Amazônia em 1910.

A análise que procuramos fazer desta bibliografia demonstra a sua relevância no sentido de perpetuar o nome de Oswaldo Cruz. Pode-se dizer que ela é responsável pela construção e consolidação de representações que alimentaram o imaginário social brasileiro a respeito do cientista. Estes textos constituíram-se num poderoso veículo de difusão, senão de todos, pelo menos de alguns dos símbolos mais importantes e comumente associados à figura de Oswaldo Cruz. Deles trataremos a seguir, procurando, através do discurso dos discípulos, verificar como foram construídos determinados símbolos, tentando desvendá-los e interpretá-los. Nesse sentido, nos detivemos em duas imagens essenciais que sobressaíram deste conjunto. Procuramos defini-las e sintetizá-las em dois perfis que focalizam a face pública de sua vida: o saneador e o cientista.

Oswaldo Cruz será o nosso *In hoc signo vinces*

> Oswaldo Cruz será o nosso *In hoc signo vinces*, resplandecente e glorioso em que nos encontramos envolvidos pela sua morte.
>
> *Artur Neiva,* 1917

Como explicar o êxito alcançado por Oswaldo Cruz? Esta indagação central motiva o trabalho dos memorialistas, os quais procuram responder o que julgam ser um fenômeno incomum. Quem, em tão curto espaço de tempo e tão jovem, já proporcionara tamanhos benefícios ao país? Como conseguiu transformar *uma tapera* – referência à fazenda de Manguinhos onde se instalou o Instituto Soroterápico em 1900 – num *palácio das mil e uma noites*?

De forma consensual, os memorialistas explicam o êxito profissional de Oswaldo Cruz pelos seus dons pessoais. A dimensão psicológica é privilegiada pelas análises: busca-se compreender o sucesso da trajetória profissional, relacionando-a a traços de personalidade considerados invulgares.

De uma série quase inumerável de qualidades e atributos sobressaem a modéstia, a integridade do caráter, o espírito de justiça, a generosidade, a austeridade, a disciplina – traços que configuravam, de acordo com estes relatos, o talento pessoal de Oswaldo Cruz, constantemente referidos como características que compunham uma personalidade singular.

Vale ressaltar que nenhum dos relatos e biografias consultados admitem a questão do poder como um elemento importante para explicar o sucesso alcançado por Oswaldo Cruz na vida pública, ou sequer especula sobre se o poder constituía a substância real deste sucesso[42].

Apesar de sua relevância, a temática do poder permanece em plano secundário nesta literatura, sempre subordinada ao plano da personalidade, na qual sublinham-se exaustivamente as qualidades carismáticas reveladas no âmbito profissional, cujo perfil procuram os textos *ad nauseam* retratar.

Esta série de atributos raros delineiam o que é considerado uma das maiores qualidades de Oswaldo Cruz: a de condutor de homens. Conforme a opinião de Ezequiel Dias, pesquisador do Instituto e cunhado de Oswaldo Cruz, "o mestre parecia haver nascido para mandar e comandar" (Dias, 1972:159).

Ressaltam-se as qualidades de homem de ação, a qual, para Artur Neiva, era algo raro no caráter do brasileiro, "conceito que não possuíam mais do que vinte nomes na história do Brasil desde a Independência" (Neiva, 1972:7).

---

[42] De certa forma, o médico Carlos Seidl constitui exceção a esta tendência generalizada. Para ele, Oswaldo Cruz, apesar da morte prematura, "soubera viver". "O que outros só após muitos anos e fadigas muitas vezes conseguem ele alcançou em curto tempo". Oswaldo Cruz realizara os seus ideais, atingindo como nenhum outro no país "os píncaros da vida administrativa". Com indisfarçável inveja do poder alcançado por Oswaldo Cruz, Seidl, que ocupava o cargo de diretor da Saúde Pública quando ele morreu, explicita, numa atitude rara, esta questão: "Diante de sua opinião inclinavam-se presidentes e ministros; dissipavam-se, à vista do seu nome, rabiscado num desalinho de letras indecifráveis, todos os obstáculos burocráticos; ante a sua proclamada impassibilidade ruíam inanes os quotidianos ataques de imprensa adversa; desmanchavam-se intrigas; invejosos desarticulavam-se em mesuras lisonjeadoras; o Parlamento não media dispêndios; ele era onipotente; não pedia, mandava e era obedecido" (Seidl, 1917:318).

Nestas análises da personalidade de Oswaldo Cruz, não faltam comentários a respeito de comportamentos tidos como estranhos. Por exemplo, o hábito de Oswaldo Cruz isolar-se por longo tempo em seu gabinete de trabalho e, na penumbra, queimar substâncias, referidas como perfumes ou incensos. Com freqüência, menciona-se o seu caráter místico e sonhador, um idealista com espírito de poeta, que encontrava-se desviado desta vocação de artista[43].

Às peculiaridades da personalidade aliava-se a singularidade do tipo físico, realçada em descrições pormenorizadas. Henrique Aragão relembra como Oswaldo Cruz sobressaía entre aqueles que viajavam no trem da Leopoldina, durante o trajeto para chegar à fazenda de Manguinhos no início do século:

> A figura de Oswaldo destacava-se dentre os presentes. Havia alguma coisa de inconfundível nesse homem ainda jovem mas precocemente encanecido, e estatura meó, tez clara, o rosto fino, bigodes pretos com as pontas voltadas para cima, e um olhar a um tempo suave e penetrante. Vestia-se de preto, usando longa sobrecasaca e, na sua indumentária, fazia contraste a alva gravata de fustão cujas pontas, feito o laço, perdiam-se debaixo do colete. Cobria-lhe a cabeça uma cartola de abas recurvadas e copa demasiadamente longa para a moda da época. Cabelos compridos pretos, mesclados de fios prateados, escapavam-se em mechas indisciplinadas, por baixo das abas da cartola. Trazia sempre sob o braço volumosa pasta de couro preto, cheia de papéis e revistas científicas (Aragão, 1972:193).

Para os memorialistas, Oswaldo Cruz destacava-se naturalmente em qualquer ambiente onde se encontrasse. Pergunta um de seus biógrafos: "O que havia em Oswaldo Cruz de singular e estranho? Seria a sua

---

[43] Na época das campanhas, a oposição contra Oswaldo Cruz pejorativamente o chamou de poeta sonhador por querer implantar reformas que consideravam-se absurdas, destituídas de critérios técnicos e científicos, produtos de uma mente fantasiosa. Achavam que ele não tinha competência para tratar dos assuntos sanitários, não apenas por sua juventude, mas também porque não tinha qualquer experiência administrativa anterior. Mais tarde, seus partidários apropriaram-se desta interpretação, atribuindo-lhe uma conotação positiva, isto é, ser poeta era um atributo elogiável. Admira-se em Oswaldo Cruz a capacidade rara de reunir duas expressões especificamente humanas, que são a ciência e a arte. É freqüente citarem o prédio principal do Instituto com a maior expressão desta relação entre ciência e arte, desenvolvida perfeitamente por Oswaldo Cruz. Para eles, o prédio só podia ser produto da mente de um artista. O médico Afrânio Peixoto – em discurso na Academia Brasileira de Letras em 1913, quando Oswaldo Cruz tomou posse na cadeira do poeta e romancista Raimundo Correia – cunhou uma expressão para definir Oswaldo Cruz, que foi muito utilizada: a de que ele era "um poeta desgarrado na ação". Divulga-se esta interpretação da perplexidade que Oswaldo Cruz provocou em seus contemporâneos: tratam-no como excêntrico, julgando extemporâneo o que conseguiu fazer em termos de ciência.

aparência anciã? Seria aquela cabeleira farta, levemente ondeada, pintalgada de fios prateados? Seriam os olhos, a sua face, os seus gestos?" (Serpa, 1937:65).

Conforme este autor, as qualidades superiores de Oswaldo Cruz revelavam-se através do físico, e por isso ele sobressaía na multidão. Produzia-se um fenômeno mítico entre o herói e os seus seguidores, que possuíam a capacidade de percebê-lo como tal. Mesmo antes de ele tornar-se conhecido e demonstrar as suas habilidades extraordinárias, estas eram pressentidas pelo povo.

Apesar do físico que atraía a curiosidade alheia, Serpa acredita, no entanto, que a particularidade de Oswaldo Cruz residia em sua personalidade, que "selecionava-o dos demais, pondo-o em evidência":

> A diferença sensível era o homem em si mesmo, com os traços visíveis de sua inteligência, de seu caráter e, talvez, do seu destino, estampados já na fronte magnífica. Só as crianças e o povo possuem esta outra vista misteriosa capaz de distinguir na multidão os predestinados: heróis, mártires e santos (Serpa, 1937:66).

Apesar do evidente romantismo e idealismo desta interpretação, de certa forma ela sintetiza a opinião prevalecente entre os memorialistas.

Assim, a análise psicológica bastante explorada nesta literatura ganha novo sentido se encarada como parte fundamental da construção idealizada de Oswaldo Cruz. Herói, mártir e santo da ciência, Oswaldo Cruz nascera predestinado a realizar o que realizou: sanear o Brasil e fundar no país a medicina experimental, trabalhando para libertar a nação das doenças que a envergonhavam.

O recurso à idéia da predestinação cumpre uma função importante para a construção do mito. Ela permite que se atribua à história de vida de Oswaldo Cruz uma coerência e um sentido próprios de um modelo. Enquanto tal, é tratada como um símbolo de perfeição que deveria conduzir os atos e comportamentos dos vivos. Como já se viu, em parte desta literatura, os memorialistas descrevem a trajetória de vida de Oswaldo Cruz como o caminho da consagração, feito de sucessivas e progressivas vitórias. Sales Guerra sintetiza admiravelmente esta opinião na passagem a seguir:

> Oswaldo Cruz consumiu-se no serviço da pátria: apagou-se aos 44 anos. Sua vida, cheia de exemplos dignificantes, expressão das mais raras qualidades, redigida à feição, deverá ser a leitura de cada dia, nas escolas, para suscitar imitadores daquele incomparável modelo (Guerra, 1929:299).

Na biografia que escreveu, Clementino Fraga observa que a idealização presente nestas interpretações concorre para a desumanização de Oswaldo Cruz. Em sua opinião, a interpretação de que ele era um predestinado, "com mandato nominal para vir ao mundo", compromete o seu mérito pessoal, menosprezando os estudos e esforços que empreendeu como cientista. Afirma que a análise de sua história de vida não autoriza nenhuma ilação deste tipo, porquanto nada há nela de excepcional, nem mesmo o seu interesse pela microbiologia, fato normal para um estudante de medicina que atingira a vida profissional em plena era pasteuriana. Tampouco a sua indicação para a Diretoria Geral de Saúde Pública constituiu um fato extraordinário, podendo ser encarada como uma circunstância ocasional e feliz que "conjugava um jovem profissional com os interesses patrióticos de um governo disposto a gastar e que dispunha de cofres cheios" (Fraga, 1972:5).

Porém, como verifica-se, estes comentários não redundaram numa postura diferente de Fraga diante de seu biografado; ele mantém o mesmo tom laudatório dos demais. E mais que isto, percebe-se que, em seu trabalho, inúmeros trechos reproduzem literalmente passagens e interpretações de outros textos que lhe serviram de referência, principalmente a biografia escrita por Sales Guerra.

Vista pela lente das idealizações, a trajetória de vida de Oswaldo Cruz transformou-se numa *grande epopéia*, como afirma Henrique Autran, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública, e que se considerava discípulo. Tratado como um herói, Oswaldo Cruz foi alçado ao panteão nacional brasileiro, onde deveria figurar em lugar destacado.

Um exemplo característico desta opinião é Belisário Pena, para quem em tempo algum houve na história "outro brasileiro que se igualasse a Oswaldo Cruz", e que chegou a propor que se construísse, na capital do país, uma estátua de ouro maciço em tamanho natural, e outras estátuas em cada praça de cada cidade ou vila do Brasil. Segundo este higienista, os brasileiros deveriam homenagear Oswaldo Cruz tendo em casa a sua efígie (Pena, 1922:13).

Como discernir, na vida de um herói, entre fantasia e realidade? De nossa parte procuramos compreender, através do discurso dos memorialistas, as representações que contribuíram para tornar Oswaldo Cruz um mito da ciência brasileira. Nesse sentido, verificamos duas imagens essenciais: a do saneador e a do cientista, fundador da medicina experimental. Delas, trataremos a seguir.

O saneador do Rio de Janeiro

"Quem é esse Oswaldo Cruz, Dr. Seabra?" perguntou o presidente Rodrigues Alves ao ministro da Justiça, J. J. Seabra, que lhe apresentava o nome do cientista para ocupar a Diretoria Geral de Saúde Pública. O episódio é narrado por Sales Guerra, responsável pela indicação de Oswaldo Cruz ao ministro, de quem era médico particular.

Se na esfera governamental o cientista era um estranho, no meio médico, de acordo com o relato de Sales Guerra, acontecia o mesmo. Poucos o conheciam e tinham referência do seu consultório na Travessa de São Francisco, onde clinicava na especialidade de doenças geniturinárias e, simultaneamente, montara um laboratório de análises clínicas.

Sales Guerra assinala que havia sido convidado para ocupar o cargo, mas declinara do convite argumentando não possuir especialização neste campo. Além disso, confessou ao ministro que não possuía vocação para ser funcionário público e que não abandonaria a clínica privada. Nesta oportunidade, comentou com o ministro a respeito da campanha sanitária contra a febre amarela que acabara de se realizar em Cuba, utilizando o método novo de combater mosquitos considerados os transmissores da doença. Assim, aproveitou para falar de Oswaldo Cruz, dizendo que conhecia um médico brasileiro que interessava-se pelo assunto e acompanhara a campanha dos médicos norte-americanos em Cuba.

Conforme a versão de Sales Guerra, esta é a história da nomeação de Oswaldo Cruz para a Diretoria Geral de Saúde Pública, onde tomou posse no dia 23 de março de 1903. Segundo Sales Guerra, Oswaldo Cruz não tomou conhecimento da articulação feita em torno de seu nome até o momento em que foi levado à presença do ministro, que quis conhecê-lo.

A narrativa que resumimos é exemplar de como a trajetória de vida de Oswaldo Cruz foi tratada pelos memorialistas. Nesta situação, assim como em outros episódios, muitos pontos ficaram obscurecidos pelo argumento central, que acentua o caráter fortuito da nomeação de Oswaldo Cruz. O relato silencia, por exemplo, sobre a existência de outros possíveis candidatos e sequer esclarece se houve algum tipo de apoio político para além da indicação de Sales Guerra ao ministro. Sabe-se apenas, através de Sales Guerra, que o presidente da República consultara o filho, Oscar Rodrigues Alves, médico recém-formado, sobre Oswaldo Cruz, de quem recebeu as melhores recomendações.

Da mesma forma, não encontra-se qualquer comentário a respeito da exoneração de Nuno de Andrade, que então ocupava a direção da

Diretoria Geral de Saúde Pública. Afinal, tratava-se de um médico de prestígio, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e presidente da Academia Nacional de Medicina. Era de se esperar que o episódio merecesse dos biógrafos um tratamento mais aprofundado. Afinal, em pouco tempo Oswaldo Cruz conseguiu deslocar de postos importantes no aparelho governamental de saúde não apenas Nuno de Andrade, mas também, um pouco antes, em dezembro de 1902, o diretor do Instituto Soroterápico Federal e diretor do Instituto Vacínico Municipal, Barão de Pedro Afonso.

Em 1900, o Barão de Pedro Afonso – por indicação do diretor do Instituto Pasteur, Emile Roux – convidara Oswaldo Cruz para trabalhar como técnico na produção de vacina antipestosa no Instituto Soroterápico Federal, que iria construir. Consta que, após uma série de desentendimentos de natureza técnico-científica quanto à fabricação da vacina, Oswaldo Cruz pediu demissão. Não se sabe como, ao final do caso, ele conseguiu que o chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública, Nuno de Andrade, decidisse empossá-lo como diretor do Instituto, exonerando uma figura de prestígio como o Barão de Pedro Afonso[44].

A omissão ou o não esclarecimento de determinados fatos da vida de Oswaldo Cruz demonstram uma tendência dos memorialistas a despolitizá-los. Esta disposição, no entanto, não é gratuita. Como já se assinalou, esta forma de encarar os fatos permite enfatizar os dons pessoais de Oswaldo Cruz, que prevalecem como fator de explicação neste como em outros casos, de acordo com a interpretação dos memorialistas.

Reforça-se a singularidade de Oswaldo Cruz no cenário médico daquele momento. O anonimato é referido como uma condição louvável, na medida em que significava independência em relação a qualquer grupo político. Assim, Oswaldo Cruz não se confundia com a "politicalha vigente" no serviço público.

Em que pesem o poder e o prestígio do cargo de diretor da Saúde Pública, os memorialistas afirmam que Oswaldo Cruz aceitara o convite do ministro movido por sentimentos altruístas voltados para a causa pública. Esta ascensão é tratada como se fosse destituída de ambições

---

[44] Note-se que, na versão dada ao caso pelos memorialistas, o barão é retratado como um médico atrasado, antigo, que não possuía conhecimentos científicos modernos sobre o processo de fabricação da vacina antipestosa. Afirmam que, após a posse de Oswaldo Cruz no cargo de diretor, ele introduziu novas técnicas que revolucionaram o processo de produção da vacina, considerada a partir de então como uma das melhores do mundo em termos de eficácia e pureza.

pessoais, sentimento identificado nos outros, mas de que ele estaria imune. Por outro lado, frisam os relatos, a carreira pública de Oswaldo Cruz não contara com o concurso de articulações políticas, tidas de maneira geral como espúrias, que, se ocorreram, eram da responsabilidade de um terceiro, nunca envolvendo ele próprio[45].

Pressente-se nesta posição uma representação negativa da política: os textos desejavam preservar a imagem do cientista das características atribuídas à atividade política, como corrupção, clientelismo, ineficiência, entre outros conceitos pouco meritórios.

O próprio serviço público, como assinala Sales Guerra, sofria as conseqüências desta situação. Tornara-se um instrumento de suborno eleitoral, admitindo "indolentes, caçadores de emprego, parasitas que só queriam um emprego em que não trabalhassem" (Guerra, 1940:59).

Na comparação entre política e ciência, esta última passa a configurar o ideal em termos de administração, mostra-se capaz de conferir regras para a instauração da moralidade no serviço público. Sales Guerra afirma que o provimento de cargos deveria obedecer ao critério da eficiência técnica e a admissão deveria fazer-se através de concurso público, em que se recrutariam "especialistas que colaborariam com reformas úteis" (Guerra, 1940:59). Evidentemente o médico está se referindo a Oswaldo Cruz como um modelo da probidade, o qual foi introduzido em sua gestão na saúde pública.

Dentro desta linha de interpretação que procura marcar a singularidade de Oswaldo Cruz como o motivo principal de sua ascensão profissional, os memorialistas destacam outra questão. Se Oswaldo Cruz era um médico anônimo no Brasil, no exterior era um cientista renomado. Não fora o prestígio de que gozava junto ao Instituto Pasteur o responsável por sua indicação ao Barão de Pedro Afonso?

Segundo os memorialistas, o episódio demonstrava de forma indiscutível o reconhecimento da competência científica de Oswaldo Cruz, que recebia o aval de uma instituição européia consagrada. O depoimento de Phocion Serpa é representativo desta posição:

> É o professor Roux quem fala, é a autoridade incontestável de um cientista eminente quem designa e aponta Oswaldo Cruz ao respeito de seus

---

[45] Vale lembrar, nesse sentido, a versão sobre a nomeação de Oswaldo Cruz para a prefeitura de Petrópolis em 1916, citada no capítulo 2. Sabe-se somente que seu amigo e pesquisador do Instituto, Figueiredo de Vasconcelos, negociou a indicação junto ao governador do estado do Rio, Nilo Peçanha.

> patrícios. O diretor do Instituto Pasteur é uma personalidade universal, sua palavra não permite dúvidas, sua indicação foi aceita imediatamente (Serpa, 1937:76).

Em outros termos, os memorialistas promoveram uma compensação para o anonimato de Oswaldo Cruz no país. Deram-lhe como prêmio o reconhecimento científico no estrangeiro, este sim, causa eficiente de seu sucesso profissional. O ingresso de Oswaldo Cruz no serviço público e sua ascensão à dupla direção da Diretoria Geral de Saúde Pública e do Instituto Soroterápico, que lhe era subordinado, deveu-se ao mérito e não à "mediocridade apadrinhada" (Barbosa, 1972).

Quem mais naquela momento poderia ostentar tal distinção?

A imagem do saneador do Rio de Janeiro e do Brasil construída pelos memorialistas compõe-se de alguns traços que enfatizam determinados aspectos da trajetória profissional de Oswaldo Cruz. Entre suas variadas ações à frente da Diretoria de Saúde Pública, onde permanece de 1903 a 1909, o combate à febre amarela é o tema realçado. A queda nas taxas de mortalidade e morbidade da doença no Rio de Janeiro, em menos de três anos, foi considerada uma façanha extraordinária, pela qual o higienista fez jus ao título de saneador.

Alguns textos chamam a atenção para o fato, afirmando que a obra saneadora de Oswaldo Cruz não se restringia a esta campanha: abrangia igualmente o combate à peste em Santos em 1899, e, posteriormente, no Rio de Janeiro.

Outras ações não menos importantes são relacionadas pelos memorialistas: a campanha em favor da obrigatoriedade da vacina antivariólica; os planos de profilaxia da tuberculose, enviados ao Congresso Nacional em 1907; a implantação da higiene domiciliária; o serviço de agressão e defesa profiláticas; a reorganização dos serviços sanitários dos portos. Estas e uma série de outras medidas que constavam do projeto de reforma da saúde pública elaborado por Oswaldo Cruz, em 1903, instituíram o primeiro código sanitário do país (Fraga, 1917).

Note-se que, apesar da importância do projeto de vacinação obrigatória – que teve conseqüências políticas graves, culminando no episódio conhecido como Revolta da Vacina – , a maior parte dos textos não se detém na polêmica suscitada por aquele projeto, quando a postura assumida por Oswaldo Cruz foi amplamente contestada, quer seja cientificamente, quer seja por diferentes setores sociais.

A menção ao fato é utilizada para configurar o contraste existente entre as propostas inovadoras do cientista e o contexto social avesso a

elas. A rebelião popular contra o projeto da vacina obrigatória, capitaneada pelos positivistas, é apresentada como uma atitude obscurantista e irracional, reveladora da incompreensão e da ignorância vigente, responsáveis pela violência que dominou a cidade do Rio de Janeiro.

Embora Oswaldo Cruz tenha orientado e dirigido uma campanha contra a febre amarela na cidade de Belém do Pará, em 1910, de fato o assunto preferencial é a vitória sobre a febre amarela no Rio de Janeiro, que, consideram os biógrafos, representou um marco no *progresso e na civilização do Brasil*.

A matéria da revista *Brasil Médico* – o mais importante periódico médico da época, de propriedade do prestigioso clínico e professor Azevedo Sodré – publicada em homenagem a Oswaldo Cruz após a sua morte, sintetiza o significado conferido a esta campanha:

> O que isto é, o que isto foi, a geração de amanhã nunca saberá bastante, ou exatamente: a nossa geração, a que nos precedeu e apesar dos anos crescidos guarda memória, poderá dizê-lo ainda com vergonha e horror. Havia mais de meio século, desde 1849, que se apossara de nós a febre amarela. Todos os anos, quase sem interrupção, neste menos, mais naquele, inexoravelmente, o flagelo nos ceifava impiedosamente milhares de vítimas: em média, só na cidade do Rio de Janeiro morreram, desde este tempo, cerca de 60 mil pessoas, ou exatamente, até 1908, 59.069 amarelados, o que dá mil vítimas por ano. Esses os que morreram; cifra muito mais numerosa a dos que escaparam mal feridos com o horror de ter fugido à morte inevitável. E essas vítimas eram a flor da nacionalidade: eram crianças, moços em plena robustez da mocidade, incautos provincianos, que vinham na capital do país achar a morte certa. Eram, principalmente, os estrangeiros fortes e válidos, em má hora buscando a vida numa atividade profícua que trabalhava pela prosperidade do Brasil, aos quais dávamos a recompensa fatal da febre amarela. E o círculo do terror que se ampliava dentro, além das praias e das serranias do país, para fugirem de nós e nos evitar lá fora, no estrangeiro, se difundia com o labéu de país pesteado que cumpria isolar da civilização. Paquetes cruzavam os nossos mares, sem parar diante da cidade infectada, prevenidos pelo horror da febre amarela; legislações contra a imigração foram editadas na Europa para defender os nacionais contra a nação matadouro (*Brasil Médico*, 1917:51).

Tanto maior a celebração de Oswaldo Cruz quanto imenso era o estigma que pesava sobre o país desde o século passado em decorrência da febre amarela. A revista destaca as conseqüências desastrosas para a imagem do país no exterior, que afetavam as relações políticas e econômicas, ressaltando a modificação da situação após a intervenção de Oswaldo Cruz.

Os depoimentos são todos nesse sentido: realçam o papel de Oswaldo Cruz e afirmam que a campanha trouxera benefícios não apenas para a cidade do Rio de Janeiro; na prática, o Brasil inteiro havia lucrado, pois a febre amarela representava "uma negra barreira" ao progresso do país (Seidl, 1917:312). Considerava-se que só a extinção da febre amarela havia sancionado de fato a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, medida inspirada pelo Visconde de Cairu em 1808 (Neiva, 1972:11; Barbosa, 1972).

Oswaldo Cruz inaugurou uma nova fase na história da administração pública brasileira: representou a ruptura entre o *Brasil pesteado* e o *Brasil desinfetado*, tornando-se o *símbolo do Brasil moderno* (Barbosa, 1917).

Segundo estas interpretações, sob o impacto da ação saneadora de Oswaldo Cruz, a cidade do Rio de Janeiro transformara-se totalmente. Percebe-se nos relatos uma certa idealização das mudanças sofridas pela cidade, que, de *pocilga inabitável e pestilenta*, tornou-se uma das *cidades mais salubres*, *mais limpas* e *habitáveis do mundo*. Antes conhecida como espantalho dos estrangeiros, agora os atraía em face do progresso objetivado em avenidas e construções *fartas de luz*, *banhadas de sol*. O Rio de Janeiro, sob a ação redentora do saneamento, transformara-se na cidade "mais bela do mundo" (Fraga, 1917).

O vencedor da febre amarela é saudado como "um jovem anônimo" que surgira num momento propício em que "reinava a resignação", e os governos e a classe médica eram impotentes diante da moléstia (Guerra, 1940:65).

Ao presidente Rodrigues Alves reservam-se elogios especiais. Foi considerado um estadista inigualável, exemplo de puro civismo e republicanismo, pois nomeara e sustentara um desconhecido, indicado apenas por seus méritos pessoais. O presidente demonstrou seu caráter, permanecendo "surdo diante da gritaria oposicionista, e nos momentos mais críticos, sustentou politicamente as reformas de Oswaldo Cruz" (Dias, 1972; Fraga, 1917). O Brasil tem uma dívida de gratidão com a obra de benemerência que Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves realizaram juntos: *a redenção sanitária da capital do país*.

A *era oswaldiana* revelou um administrador público ímpar, que promovera uma ruptura nos padrões político-burocráticos vigentes até então.

Assim, discorrem as biografias longamente sobre os atributos de Oswaldo Cruz como o *condutor de homens,* o *homem de ação*, o *administrador inigualável*, que agia com *firmeza e serenidade*, sobrepondo-se às

influências dos poderosos. Nesse sentido, louva-se a atitude de independência ante as injunções políticas, que pressionavam para a indicação de médicos apadrinhados aspirantes a um emprego na Diretoria Geral de Saúde Pública. Porém, Oswaldo Cruz não cedia. No dizer dos memorialistas, ele cercou-se de gente capaz, que fora submetida a concurso público, prática pouco usual na época.

Oswaldo Cruz orientava a sua administração pelo lema que adotara quando assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública: Justiça e Trabalho. Ele próprio "dava o exemplo do trabalho ininterrupto e da justiça com isenção" (Pena, 1922:23).

Conforme a opinião de Clementino Fraga, Oswaldo Cruz implantou, na administração pública, "a força dos princípios salutares, o rigor das fórmulas idôneas, a coerência das normas moralizadoras" (Fraga, 1972).

Funcionário idôneo e exemplar, Oswaldo Cruz colocava sempre o interesse público acima das contrariedades administrativas e dos melindres pessoais. Ele conseguiu cumprir o *temerário* compromisso que assumira com o governo de Rodrigues Alves – exterminar a febre amarela em três anos –, pois era um homem de "fé e de vontade" (Serpa, 1937:133).

O amigo Sales Guerra desenha o perfil exemplar do administrador:

> Oswaldo Cruz revelou-se então habilíssimo condutor de homens. Dirigia com doçura, mas com firmeza. Não ordenava, recomendava ou pedia. Aos hesitantes procurava convencer pelo raciocínio, pela razão, à meia voz; desse modo em pouco tempo o seu ascendente sobre os auxiliares era absolutamente oracular (Guerra, 1929:293).

De acordo com estas interpretações, por ter implantado novas diretrizes, a administração de Oswaldo Cruz foi polêmica, atraindo contra si uma oposição implacável, jamais vista.

Um ponto central da oposição feita a Oswaldo Cruz quando assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública foi o método que utilizou contra a febre amarela, baseado no modelo cubano de combate aos mosquitos. A controvérsia científica que instaurou-se no meio médico e político teve como objeto central de discussão a teoria da transmissão da febre amarela por mosquitos, desenvolvida por Finlay em 1881.

Os memorialistas tratam da questão procurando demonstrar o grau de intransigência e de ignorância vigente no meio científico brasileiro. "Não parecia estarmos na aurora do século XX", exclama Sales Guerra, referindo-se à reação que se formara contra a aplicação da teoria

havanesa, que acabara de demonstrar sua eficácia numa campanha realizada nos anos de 1901-1902[46].

Um dos principais motivos dos ataques contra Oswaldo Cruz era a defesa intransigente que ele fazia da teoria havanesa. Acusando-o de exclusivista, por só combater os mosquitos, a oposição reclamava o abandono dos antigos métodos empregados contra doença, de desinfecção de roupas, de objetos e do ambiente onde se achava o amarelento. Por não confiarem numa teoria que consideravam ainda em fase experimental, ou totalmente errônea, exigiam o uso de uma profilaxia mista que utilizasse os dois métodos.

Os defensores de Oswaldo Cruz mobilizaram inúmeras manifestações de apoio ao cientista, publicando na imprensa artigos e declarações favoráveis às medidas que ele adotava, o que significava, de certa forma, avalizar a teoria de Finlay.

Uma importante manifestação nesse sentido foi a divulgação dos resultados da experiência realizada no Rio de Janeiro pelos pesquisadores Marchoux e Simond, que compunham uma comissão enviada pelo governo francês para realizar estudos sobre a febre amarela e que permaneceu na cidade, aproximadamente, durante 20 meses. Todos os pesquisadores da comissão, assim como o diretor do Instituto Pasteur, Emile Roux, concluíram pela correção da teoria da transmissão pelos mosquitos, declarando apoio a Oswaldo Cruz através dos jornais.

Os partidários de Oswaldo Cruz acusavam a oposição de defender interesses escusos, ou porque pretendiam atacar o governo ou porque a posição conquistada por Oswaldo Cruz despertava a inveja de muitos médicos e burocratas. Além disso, as medidas que este adotara visando ao saneamento da cidade feriram interesses econômicos, atraindo contra si a ira dos proprietários de casas de cômodos e de comerciantes de alimentos, que passaram a ser fiscalizados.

---

[46] A título de esclarecimento dos debates da época, pode-se dizer que a opinião médica dividira-se, basicamente, entre três correntes. A que considerava possível ser o mosquito um dos vetores de transmissão da doença, pelo menos o único até então comprovado pela experiência inaugural de Havana e na experiência realizada em São Paulo, coordenada pelo médico Pereira Barreto, que chegara às mesmas conclusões que os médicos norte-americanos. A outra corrente recusava determinantemente a teoria culicidiana, afirmando a impossibilidade de tal causação. Uma terceira corrente, composta de um grupo minoritário, como admitem os relatos, defendia a teoria e apoiava as medidas empregadas por Oswaldo Cruz para combater a doença, centrada especificamente nos expurgos, os quais visavam à eliminação dos mosquitos. Essa dissidência no meio médico forneceu elementos que embasavam e fortaleciam a oposição política promovida no Congresso Nacional e difundida pela imprensa.

Assim, segundo os memorialistas, a reação despertada pelas ações sanitárias de Oswaldo Cruz foi generalizadamente qualificada como uma atitude em defesa de interesses mesquinhos. Afirmam que Oswaldo Cruz foi condenado pelos acertos, e não pelos erros. Pagou um preço muito alto por manter uma conduta irrepreensível, pautada em nobres interesses voltados para o bem-estar coletivo[47].

Sabe-se que a campanha oposicionista não restringia-se às camadas cultas, mas tomou conta de toda a cidade. Os jornais da época publicam artigos, crônicas e séries de caricaturas francamente hostis ao cientista. Oswaldo Cruz inspirou a criatividade de intelectuais e dos habitantes da cidade, que manifestavam sua opinião crítica de diferentes maneiras, como quadrinhas cantadas nas ruas, chistes e motes, pelos quais popularizou-se a figura de diretor da Saúde Pública.

A referência dos memorialistas a estas manifestações é sempre pejorativa: em geral, são elas descritas como a expressão da ignorância vigente na sociedade, incluindo as classes altas. Vale reproduzir um destes textos que expressa tal posição e retrata a reação que se criou contra Oswaldo Cruz:

> Das diferentes armas, contudo, arremessadas como o responsável-mor pela infrene matança dos mosquitos, uma havia que era a preferida. Era o ridículo, o ridículo em todas as suas modalidades: ora o epigrama acerbo ora o mordaz remoque; a chacota insulsa, ou a chufa de recoveiro; a maliciosa caricatura; a ironia sutil, tendenciosa; e até o convencido, grosserias, e a própria calúnia infanda. Tudo servia. Poetas e poetaços prestavam ótimo serviço à causa. Versos picantes não rarearam nas colunas humorísticas dos periódicos. (...) Tudo servia. A música, assim como a caricatura, cumpriu cabalmente o seu dever; e o gênero

---

[47] Sales Guerra é um dos que bem expressa a indignação sentida pelos amigos e discípulos diante da oposição que se levantou contra Oswaldo Cruz: "homens da têmpera de Oswaldo Cruz não podem ser populares por mais que realizem. Popular é quem lisonjeia o povo, exalta-lhe defeitos e fraquezas como se virtudes fossem. Não o é o funcionário correto que, no exercício do cargo de diretor de higiene, aplica processo científico com o necessário vigor. Embora observe os ditames da justiça, ferirá fatalmente interesses e preconceitos, suscitará protestos indignados e poderá dar pretextos à revolta, como aconteceu. (...) Parece que o grave defeito do higienista como administrador para os críticos vulgares era a falta de flexibilidade, a rigidez das normas administrativas que adotou, quando apenas fazia observar prescrições regulamentares com exatidão, sem o que não pode haver higiene. Tinha ainda o senão, segundo eles, de não usar das habilidades em voga para se tornar popular, não afagava panegiristas, não empregava lubrificantes. Inacessível a engrossamentos, insensível à lisonja, não provocava, direta ou indiretamente, as tão apreciadas manifestações de apreço, espontâneas, com que os nulos ou os medíocres imaginam suprir o próprio desvalor" (Guerra, 1940:433).

> "modinha" ganhou mais de uma composição, que fazia as delícias até dos cordões carnavalescos. (...) De modo que a oposição não lhe dava tréguas nem quartel. Qualquer medicastro embelecado com ciência de fancaria, qualquer ignaro labrego, um parvajola qualquer se arrogava direitos de críticos, e assumia atitudes catedráticas, e compenetrava-se de que era homem para desfazer na reputação alheia ou idônea para derrocar noções, fatos científicos, que nem por sombras lhe passavam no alcance do peco bestunto (Dias, 1972:115).

O texto de Ezequiel Dias descreve bem a proporção que assumiu a reação provocada pelas idéias e a ação de Oswaldo Cruz entre a população carioca. Sem dúvida, as fontes a que Ezequiel Dias faz referência constituem material privilegiado para a compreensão do espírito que animava a crítica da época. Verificamos, contudo, que a hagiografia oswaldiana produziu um interessante fenômeno. Percebe-se que as qualidades atribuídas a Oswaldo Cruz – exaustivamente arroladas –, se lidas às avessas, constituem a antítese da imagem que foi difundida na época por parte de seus críticos. Como no processo fotográfico, os memorialistas revelaram o retrato de Oswaldo Cruz a partir de uma imagem negativa. Assim, criaram um paradoxo: ao mesmo tempo em que procuram fixar imagens idealizadas, pode-se compreendê-las como o oposto do que se dizia a seu respeito.

Através desta leitura ao contrário, é possível compreender e conferir um sentido às qualidades que foram atribuídas ao saneador do Rio de Janeiro, principalmente, no que se referia à sua atitude ante a campanha oposicionista que intentava desmoralizá-lo. Exaltam-se a impassibilidade e a firmeza com que enfrentou a radicalização e a violência crescente que assumiram os ataques contra ele, não recuando em momento algum das medidas que adotara e demonstrando com isso uma convicção inabalável na teoria de Finlay, e, sobretudo, na ciência.

Enquanto a oposição o chamava de prepotente e qualificava de autoritário o código sanitário – apelidado de Código de Torturas –, os defensores de Oswaldo Cruz o retratam como um homem resoluto que agia com serenidade e calma. Como a oposição o acusava de estar realizando uma experiência científica tendo a população como cobaia, os partidários de Oswaldo Cruz afirmavam que suas ações eram "refletidas, não era afoito, e, tampouco, leviano".

Oswaldo Cruz era um cientista competente; como afirma o biógrafo Phocion Serpa, "ele tinha a noção exata do que podia e não podia fazer; tinha consciência de suas atitudes" (Serpa, 1937:133).

A atitude determinada de Oswaldo Cruz demonstrava a sua superioridade. Ele extraiu, da fé que possuía na ciência, forças necessárias para resistir às adversidades que se lhe antepunham. Henrique Autran resume estas qualidades de um ser que parecia pertencer a um mundo extraterreno:

> Num estoicismo digno dos mais vivos e justos aplausos, soube esse nosso grande amigo, numa sublimidade e grandeza de espírito, dando mostras de inexcedível coragem... vencer as resistências que se lhe antolhavam e, como bom timoneiro, seguiu certo a rota que se traçara pondo aos olhos do mundo o término de uma campanha de cuja vitória resultava, sem dúvida, um dos motivos de orgulho de nossa nacionalidade. Não lhe faltaram oposições e nem tampouco desgostos, e tudo ele encarava com aquela serenidade, própria dos convencidos na doutrina que professam e de que tantas vezes deu provas Aquele que passou pelo mundo... Do mesmo modo que aquele espírito, estava identificado com as exigências da ciência de mãos dadas com as magnificências e esplendores da justiça, tinha ele o seu coração aberto aos que lhe cercavam, num distribuição parca mas sincera de afetos, representados por um gesto simples, ressumbrando a singeleza daquela alma pura, que parecia estar fora do âmbito dos homens (Autran, 1917:59).

Oswaldo Cruz tornou-se o símbolo da vitória da ciência sobre a ignorância. Como herói, Oswaldo Cruz assemelha-se a diferentes personagens históricos, mitológicos e literários que igualmente realizaram feitos espetaculares. Além da ousadíssima equiparação estabelecida, comparam-no com Teseu, porque nos emancipou do Minotauro; ou o consideram como o jovem Davi, que lutou contra o gigante do erro; e muitas outras imagens que simbolizam a força aliada à inteligência, como a de Napoleão da medicina indígena, e a de Hércules que executou o primeiro de seus trabalhos ao extinguir a febre amarela. E, decerto, uma identificação primordial comumente referida é a que o reconhece como o Pasteur brasileiro.

Associadas a estas imagens, conferem-se, pelo uso excessivo de variada linguagem metafórica, significados à ação de Oswaldo Cruz contra a febre amarela, como por exemplo: a luta contra o dragão, o bravo domador da morte, intrépido herói do saneamento do Brasil, porta-estandarte de uma era de regeneração, triunfador incruento etc.

Nesse sentido, observa-se um consenso entre os memorialistas: a trajetória de Oswaldo Cruz é considerada uma verdadeira *via crucis*, que aceitou com abnegação em nome da beleza das obras que imaginara. “À ridicularia e à chacota vulgar ou à mofina desrespeitosa divulgada

na imprensa", reagia de acordo com o lema que adotara: "Não esmorecer para não desmerecer". Agüentou todos os sacrifícios em face da "vergonha nacional" que representavam "as pestes que grassavam no país" (Serpa, 1937:146).

Assim, para além das imagens de herói guerreiro, imprime-se um sentido religioso à sua ação: tanto porque orientava-se segundo uma doutrina, como porque a sua atitude demonstrava uma disposição monástica e consagrada à ascese.

Oswaldo Cruz transformara o "cargo de sacrifícios em posto de abnegação e heroísmos, resistindo com a serenidade própria dos grandes homens ao ambiente de inveja, de despeito, de arrogância e dos potentados" (Autran, 1917:59).

O comportamento adotado por Oswaldo Cruz tinha um modelo inspirador: Pasteur. A biografia de Pasteur era "lida e relida" por Oswaldo Cruz, que procurava seguir o seu exemplo em termos de postura científica. Assim como Pasteur, ele demonstrava a dignidade da ciência, criando uma nova ética científica desconhecida entre os brasileiros. Referindo-se a esta questão, afirma o biógrafo Sales Guerra que Oswaldo Cruz "(...) detestava o preconício, condenava os discursos científicos pela imprensa profana, assim como os discursos enfáticos nas associações médicas" (Guerra, 1940:64).

Oswaldo Cruz instaurava uma nova maneira de pensar e agir de acordo com preceitos de natureza exclusivamente científica.

Podemos indagar, ao contrário do que fazem os memorialistas, a respeito da certeza que Oswaldo Cruz demonstrou ter da teoria culicidiana, se, de alguma forma, as reivindicações da oposição, que reclamava uma profilaxia mista, não representavam uma atitude sensata. Como poderia ele alimentar tão firme convicção sobre uma teoria que passara, recentemente, por seus primeiros testes?

Para os memorialistas, no entanto, a atitude de Oswaldo Cruz justificava-se como coerente com as suas convicções e como a expressão da mais pura racionalidade científica. Não se esclarece, porém, a maneira pela qual ele tomou contato com o assunto e com a teoria de Finlay. Menciona-se vagamente que Oswaldo Cruz teria acompanhado a experiência cubana, pois sempre manifestara interesse pelo assunto. Não é, contudo, esta explicação suficiente para que se possa compreender como ele adquiriu certezas inabaláveis a respeito da veracidade da teoria sobre a transmissão dos mosquitos.

Fica-se com a impressão de que o seu interesse era uma decorrência da sua posição de cientista, que deveria estar atento a todos os assuntos referentes à ciência.

Muitos anos mais tarde, Henrique Rocha Lima – amigo e discípulo que, como vimos anteriormente, ficou afastado de Oswaldo Cruz após um sério desentendimento –, escrevendo sobre o assunto, fornece algumas informações, que, de certa forma, relativizam as versões que vimos resumindo até aqui.

Nas palavras de Rocha Lima, um século atrás era mais fácil aceitar, como causa do contágio das doenças, a influência de espíritos malignos ou a cólera divina, as emanações astrais ou ainda os miasmas atmosféricos, do que cogitar-se a respeito da existência de minúsculos organismos invisíveis e específicos a cada doença que, passando de um indivíduo doente a um indivíduo são, a transmitissem. "Mais fantástica ainda pareceria à imaginação a passagem de tais micróbios pelo corpo dos insetos sugadores de sangue que veiculassem o contágio" (Lima, 1952:16).

Rocha Lima explica que, no início do século, conheciam-se poucas bactérias, sendo a microbiologia ainda muito nova. Não havia uma diferenciação entre os tipos de agentes causadores das doenças; sob o mesmo título, classificavam-se uma série de manifestações patogênicas, como por exemplo a denominação de febres para designar doenças variadas.

Com relação à febre amarela, havia um debate científico que se desenrolava há décadas; muitas hipóteses e teorias haviam sido elaboradas, sem que, contudo, se chegasse a conclusões definitivas sobre a forma de transmissão da doença. Na passagem a seguir, Rocha Lima comenta a posição de Oswaldo Cruz neste contexto de maneira, ao que parece, bastante esclarecedora:

> De acordo com os conhecimentos e com o pensamento dominante ao tempo de minhas primeiras confabulações sobre o assunto com Oswaldo Cruz, este, embora não convencido, por falta de provas, do papel etiológico do bacilo de Sanarelli, menos ainda se inclinava no sentido de uma solução para o lado da hipótese, então sem fundamento algum, levantada por Finlay, de que a febre amarela seria transmitida por mosquitos (Lima, 1952:16)[48].

---

[48] Giovanni Sanarelli era um médico italiano que dirigiu o Instituto de Higiene de Montevidéu, onde, em junho de 1897, isolou o bacilo icteróide, considerado o micróbio da febre amarela. Segundo Benchimol, a teoria de Sanarelli era a mais respeitada internacionalmente, mas o enigma levaria ainda algum tempo para ser decifrado (Cf. Benchimol, 1990:20).

Rocha Lima situa este momento como o da véspera da experiência da comissão norte-americana em Cuba, que atuou em 1901-1902. Para ele, Oswaldo Cruz soube discernir e interpretar corretamente esta experiência assim que teve conhecimento dela, o que se deveu ao espírito científico clarividente que o caracterizava.

Apesar de incorrer na mesma idealização, evocando o espírito científico de Oswaldo Cruz para explicar sua adesão à teoria dos mosquitos, ao menos esta versão tem o mérito de introduzir uma certa relativização nas opiniões predominantes. Enquanto na maioria das interpretações insiste-se em apresentar a posição de Oswaldo Cruz como se se tratasse de uma questão de fé e clarividência, ou de intruição de sua parte sobre aquilo que é verdadeiro, Rocha Lima afirma que em um dado momento ele chegou a duvidar da teoria de Finlay. Encarado por este ângulo, Oswaldo Cruz passa a ser visto como um homem de seu tempo, e quem lhe fazia oposição como personagens menos demonizados, todos mais coerentes com o conhecimento existente na época. Fica-se, porém, sem saber qual o motivo que o levou a adotar, intransigentemente, a posição em defesa da teoria dos mosquitos, suportando os altos custos que envolveu esta decisão.

É plausível imaginar que as convicções de Oswaldo Cruz firmaram-se em decorrência de um processo de observação das experiências que realizavam-se naquele momento, não apenas a de Cuba, mas as que ocorriam no Rio e em São Paulo e que tinham como objetivo testar as hipóteses de Finlay. Assim, poder-se-ia concluir que a posição que assumiu resultou do amadurecimento coletivo de um determinado grupo de cientistas que se dispôs a verificar a teoria, pondo em prática as suas hipóteses. Criou-se, desse modo, um certo consenso científico que não foi, contudo, compartilhado por toda a comunidade científica da época. Mas como poderia ser de outra forma em se tratando de uma questão ainda circunscrita ao terreno da experimentação?

Além disso, parece legítima a composição de que, no processo de convencimento por que passou Oswaldo Cruz, influiu poderosamente o *feeling* político que o caracterizava. Por que não ousar experimentar algo novo? O que era mais arriscado: fracassar com o emprego de métodos provadamente ineficazes ou apostar numa possibilidade de sucesso?

Visivelmente, tais indagações não fazem parte do horizonte das análises disponíveis do papel que Oswaldo Cruz terá desempenhado no cenário científico brasileiro, cujas preocupações se dirigem para um outro propósito: organizar a defesa da imagem de Oswaldo Cruz. Com este

feito organizou-se um argumento insistentemente repetido até mesmo na boa literatura atual sobre o assunto: o problema de Oswaldo Cruz foi o de sua inadequação ao contexto social em que viveu. Esta é a opinião prevalecente entre os memorialistas, de que Sales Guerra é o porta-voz:

> (...) em um meio social ainda mal-educado, de pouco civismo, em que dominam idéias falsas de liberdade, onde existem apenas vagas noções de cumprimento do dever e de respeito à lei; meio semi-anarquizado em que – para citar só uma das práticas administrativas freqüentes – os dirigentes muitas vezes preferem os incapazes para favorecer protegidos, firmando assim a crença de não ser pelo trabalho, pelo preparo que se conseguem colocações, mas valendo-se de pistolões, da lisonja dos poderosos e da insistência desbriosa persistente (...) Em semelhante ambiente, a força de trabalho, o espírito de ordem, de disciplina de Oswaldo Cruz, suas atitudes dignas, a retidão de suas decisões só podiam despertar antipatia, pelo irritante contraste que formavam com as práticas relaxadas, e, não raro, pouco decorosas existentes: eram censura viva, repreensão constante. E a censura, mesmo involuntária e muda, não agrada nunca (Guerra, 1940:432).

Ou seja, Sales Guerra descreve a sociedade em que Oswaldo Cruz viveu como a antítese do que representava sua administração e, sobretudo, do seu caráter.

Assim, defende-se a idéia de que havia um contraste entre o homem e o meio, caracterizado como mal-educado, tradicional, atrasado e avesso às inovações. Tal pátria merecia tal filho? indaga perplexo Belisário Pena ao constatar o que, para ele, significava a destruição da obra de saneamento feita por Oswaldo Cruz na cidade do Rio de Janeiro (Pena, 1972:13).

Entre os partidários de Oswaldo Cruz organizou-se um consenso absoluto: ele era um homem superior ao meio em que nasceu e viveu. Para Artur Neiva, ele foi "um precursor deslocado do ambiente, ele marchava adiante de muitos anos da cultura e da civilização reinantes no país que o viu nascer" (Neiva, 1972:14).

Comportaria o Brasil um homem como Oswaldo Cruz? Em que pesem estas avaliações acerca da insensibilidade da época para com a importância de Oswaldo Cruz, pelo menos nas palavras do Conselheiro Rui Barbosa – uma das figuras mais representativas do meio político e intelectual daquele momento – está expresso o reconhecimento tão desejado pelos discípulos. A conferência de Rui Barbosa no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em junho de 1917, como já indicamos no

capítulo 2, foi organizada pelos amigos de Oswaldo Cruz, que incumbiram-se de divulgá-la como a expressão do pensamento de uma parcela das elites da época:

> Suponhamos que Deus não houvesse criado o sol... (...) Para o nosso mundo toda a fecundidade, toda a beleza, toda a alegria vêm do sol. Grande criador, porém, o sol é, ao mesmo tempo, o grande putrefator (...) Aquece-nos o sangue; mas, ao mesmo passo, aviventa os germes, que no-lo destroem. Entre essas duas funções, a ignorância não sabe discernir e aproveitar. A ciência as discrimina e utiliza. Com a ciência fecunda, preserva e cria. Se Deus não nos suscitasse a missão de Oswaldo Cruz, o Brasil teria o mesmo sol, com a mesma exuberância de maravilhas, mas o sol com a peste, com o impaludismo, com a febre amarela, com a doença do barbeiro, com todas essas desgraças, até então irremediáveis, que esse homem superior ao seu tempo e ao seu país deixou extintas ou em via de se extinguirem. Dar o sol, e não dar a ciência, é deixar apenas meio sol, ou um sol malogrado: o sol, com a doença, a esterilidade e o luto. Deus nos havia dadivado o benefício do sol tropical. Com Oswaldo Cruz nos acrescentou os da ciência que o corrige. Podemos-nos congratular, agora, de termos o sol estreme dos seus descontos, o sol sem as suas malignidades, o bem-logrado sol dos países saneados (Barbosa, 1972:74).

Depreende-se destas palavras que pelo menos uma parcela das elites legitimava o discurso cientificista produzido pelos médicos, por meio do qual Oswaldo Cruz, após a sua morte, haveria de tornar-se porta-voz deste símbolo da ciência nacional.

O fundador da medicina experimental

Se o saneamento do Rio de Janeiro é considerado uma obra patriótica, não esgota, contudo, *o acervo de benefícios* que Oswaldo Cruz concedeu ao Brasil. Tampouco constitui o seu principal legado. Os discípulos e memorialistas consideram como obra máxima de Oswaldo Cruz a fundação da medicina experimental, representada pelo instituto de pesquisas que criou, a sua *filha predileta*.

A importância de Oswaldo Cruz foi a de ter instituído uma *escola* de biologia voltada para o estudo etiopatogênico das doenças tropicais, inexistente até então no país, segundo o depoimento dos memorialistas. E tanto maior é o mérito quanto entendia-se que Manguinhos constituía um sonho, o ideal intangível de alguns cientistas brasileiros. Como afirma Carlos Chagas em artigo na revista *Brasil Médico*,

> Era quase uma quimera, naquela época, levar tão longe aspirações de ciência, e só a visão de um predestinado poderia autorizar projeto de tanto ânimo. E foi, apesar disso, uma jornada homérica, concebida com altos desígnios e realizada sem desfalecimento (Chagas, 1917:53).

Os discípulos reconhecem que houve precursores notáveis, sobretudo no campo da parasitologia e patologia tropical, como, por exemplo, lembra Chagas: Pedro de Magalhães, Francisco Fajardo, Chapot-Prévost, para citar apenas os médicos da capital federal.

Apesar da importância atribuída à chamada Escola Tropicalista Baiana, que já no século passado dedicava-se a estudos de patologia tropical, reunindo médicos como Wücherer, Pacífico Pereira, Silva Lima e Nina Rodrigues, os discípulos entendem que ninguém tentara romper com a importação dos métodos europeus para tratar destas questões.

Conforme alguns depoimentos, até a criação do Instituto Soroterápico Federal, em 1900, as atividades de laboratório eram escassas ou quase inexistentes. Poucos médicos tinham sido adestrados nas técnicas microbiológicas ou possuíam alguma intimidade com a teoria pasteuriana.

Henrique Rocha Lima afirma que a microbiologia e a anatomia patológica eram ciências, que no início do século, no Rio de Janeiro, só eram conhecidas através de literatura. Conforme este cientista, os primeiros cursos nesta área foram ministrados pelo Instituto Oswaldo Cruz, que, a partir de 1908, instituiu regularmente o chamado Curso de Aplicação (Lima, 1952:28).

O problema dos precursores, segundo estas interpretações, fora o isolamento e a dispersão das atividades. O mérito de Oswaldo Cruz fora contrariando um padrão de ciência vigente no Brasil, o de sistematizar e congregar aptidões. Em outros termos, o valor do trabalho empreendido por Oswaldo Cruz foi o de instituir uma escola de formação de pesquisadores, tarefa que a Faculdade de Medicina não cumpria.

Artur Neiva comenta que o problema das ciências no Brasil era a importação de pesquisadores, a quem se incumbia de formar escolas. Os brasileiros eram considerados incapazes de desenvolver autonomamente o trabalho científico. Segundo o cientista, Oswaldo Cruz criticava esta situação, pondo em dúvida a capacidade de estrangeiros tratarem de assuntos de que sequer possuíam algum conhecimento. Artur Neiva traduz a opinião de Oswaldo Cruz, manifestada em conversas em que haviam tratado sobre o assunto:

> [Oswaldo] pensava com toda a razão que o estrangeiro, ao tocar as nossas plagas, ficava influenciado pelas possibilidades de ganhar fortuna e sempre estava disposto a empregar sua atividade em outros campos científicos, sentindo-se com força para pontificar em assuntos que pela primeira vez viera ouvir falar nas nossas terras e isso com um desembaraço e energia dignos de melhor causa (...) [considerava] estranho especialistas neste ou naquele departamento do saber humano transformarem-se de um dia para outro em autoridades sobre assuntos que se não suspeitava pudessem saber, simplesmente pelo fato de serem estrangeiros e reputados sábios em determinada especialidade (Neiva, 1917:8).

Por este motivo, aventado por Oswaldo Cruz, não se formavam escolas e, tampouco, discípulos. Entre os cientistas importados, alguns eram realmente sábios, mas a maioria era composta de pseudo-sábios (Cf. Neiva, 1917:8).

Outra foi a atitude de Oswaldo Cruz, que, segundo Alcides Godoy, mostrou como se devia prezar os pesquisadores, consolidando o interesse pela investigação científica no Brasil. Godoy, que integrava a equipe inicial de pesquisadores desde a época do Instituto Soroterápico, fala da importância de Manguinhos para a ciência brasileira:

> (...) e assim desta casa saíram os primeiros brasileiros que, com brasileiros, aprenderam os métodos da pesquisa biológica (...) Ao realizar sua obra destruiu velhos preconceitos: mostrou a capacidade de nosso povo e dos latino-americanos em geral para abordar e assimilar as ciências experimentais. Uma vez vencida esta etapa, tornou-se possível, aqui e fora daqui, criar novos centros de investigação que hoje prosperam (Godoy, 1929:306).

Por ter conseguido romper com o passado, instituindo uma nova tradição científica, Oswaldo Cruz recebeu o título de nacionalizador da medicina, que lhe foi atribuído após a morte pelo médico baiano Oscar Freire, professor da Faculdade de Medicina da Bahia[49].

A preocupação constante de Oswaldo Cruz sempre fora com o desenvolvimento de sua escola. Ele acreditava que ela era capaz de competir no terreno científico em condições equivalentes às dos especialistas do mundo civilizado. Conforme o depoimento de Rocha Lima, um dos

---

[49] Vale assinalar que, antes mesmo de Oscar Freire cunhar esta expressão, Oswaldo Cruz reivindicava para Manguinhos o reconhecimento que lhe cabia por ter livrado o Brasil "da tutela científica estrangeira a que nos havíamos acostumado". Esta posição foi manifestada pelo cientista em discurso pronunciado no VII Congresso de Medicina e Cirurgia realizado em Belo Horizonte em 1912 (Cf. Guerra, 1940:635)

temas prediletos de Oswaldo Cruz era traçar planos e fazer conjecturas sobre o futuro de Manguinhos, sua projeção científica e a do Brasil (Cf. Lima, 1952:20)[50].

Mas como Oswaldo Cruz logrou transformar uma *tapera em palácio*?, perguntam-se admirados os memorialistas.

O Instituto Soroterápico era muito precário. O local e as instalações da fábrica de vacinas contra a peste não proporcionavam qualquer conforto material. Encontra-se com freqüência nos textos o emprego de expressões depreciativas para descrever a pobreza do Instituto, tais como tapera, casarão, casebre, barracão, entre outras. Para os memorialistas, este tempo contrastava fortemente com o período da direção de Oswaldo Cruz, em que o Instituto sofreu transformações fundamentais e que o tornaram conhecido como o palácio da ciência, ou o palácio das mil e uma noites.

A perplexidade dos memorialistas expressa-se em longas descrições sobre a região da fazenda de Manguinhos, propriedade do governo municipal, onde o Barão de Pedro Afonso alojou o seu instituto. O assunto é explorado por quase todos os textos consultados, os quais, em relatos minuciosos, procuram realçar o impacto causado pelas transformações que o Instituto sofreu a partir da direção de Oswaldo Cruz. O trecho a seguir é apenas um entre muitos exemplos desta preocupação:

> Logo após a chegada, todos os técnicos vestiam suas blusas brancas e iam para seus postos; reinava silêncio e cada qual se ocupava do trabalho que lhe competia realizar, visando o preparo da vacina e do soro antipestoso. Ao soar do meio-dia, suspendia-se o labor para o almoço na estreita varanda da Casinha da Fazenda. A mesa estava posta sobre uma meia-porta, que se apoiava sobre duas barricas vazias e era coberta, parcialmente, por uma toalha grosseira, havendo dois longos bancos de madeira de cada lado, para os convivas se sentarem. Todos se apressavam porque a comida não era muito abundante: um clássico ensopado de galinha com batatas, arroz, pão e, para terminar, algumas bananas e café ralo. Não havia motivo para que o repasto fosse demorado, e uns vinte minutos depois o trabalho já recomeçava, embora os estômagos não estivessem muito satisfeitos. Não havia jantar, e quem tivesse de ficar até mais tarde no Instituto devia trazer seu farnel ou então recorrer aos azares das frutas nas matas

---

[50] Em carta datada de 1906 e endereçada a Rocha Lima, Oswaldo Cruz manifesta a disposição de trabalhar nesse sentido, utilizando, como explica o destinatário, uma expressão alemã, que exorta a marchar para a frente: "Meu caro, continuemos a preparar material sólido para nosso edifício futuro. Nada há que resista ao trabalho. Havemos de mostrar que nossa pátria não é inferior à dos outros. *Vorwaerts*!" (Lima, 1952:22).

> adjacentes. As atividades deviam ser conduzidas com estrita economia porque o minguado orçamento de sessenta mil cruzeiros anuais de que dispunha o Instituto não permitia larguezas, mas, apesar disso, podia-se trabalhar com relativa facilidade porque havia o essencial. Todos se adaptavam com a melhor boa vontade às circunstâncias e os trabalhos se realizavam com muita perfeição sob a fiscalização econômica do Barão que, se não admitia esbanjamentos, também não impedia os dispêndios quando justificados e necessários. Todos se sentiam satisfeitos e iam insensivelmente se apegando àquele ambiente tão novo no nosso meio que era então o de um laboratório de pesquisas (Aragão, 1972:195).

Neste cenário cuidadosamente composto, percebe-se a preocupação com certos detalhes e imagens, bastante explorados por esta literatura. Assim, valoriza-se a pobreza e os sacrifícios – inclusive alimentares – impostos àqueles homens que desejavam dedicar-se a uma atividade retratada como exótica naquele contexto. A idéia de ascese é permanente: perpassa o trecho inteiro, mas insinua-se em particular quando Aragão afirma que no trabalho de laboratório reinava o silêncio. É recorrente nos textos esta imagem da atividade científica como algo que colocava-se fora do espaço e do tempo, sobre a qual pairava um mistério indecifrável e cujos significados somente aos poucos seriam compreendidos.

O relato minucioso de Henrique Aragão evidencia a idealização destes depoimentos sobre o trabalho científico, o qual impunha uma disposição quase religiosa aos pesquisadores. E, contraste com os sacrifícios que a atividade exigia, afirmam-se o altruísmo e a alegria com que estes encaravam a situação.

Neste contexto sobressai a figura de Oswaldo Cruz, retratado como um ser dotado de qualidades superiores ao comum dos mortais, que inspirava o ambiente a partir de seus atributos ímpares. A organização de Manguinhos deveu-se exclusivamente a ele, viabilizando-se graças aos seus dotes pessoais. A criação de um instituto de pesquisas era um *projeto* acalentado por Oswaldo Cruz mesmo antes de materializar-se.

É interessante notar a referência – a passagem de Carlos Chagas acima citada – entre muitas – a Manguinhos como produto de um sonho, algo próximo da fantasia, como se a sua instituição representasse uma ação extraordinária, impossível de se concretizar. Ao mencionar o assunto, Sales Guerra diz que a edificação daquele palácio encantado e a ampliação do programa de estudos para organizar a escola de medicina experimental era o sonho dourado de Oswaldo Cruz, que conseguiu implementar o seu projeto porque era dotado de máscula energia e possuía prestígio político (Cf. Guerra, 1929:298).

Outra idéia bastante explorada é a de que tudo já estava preconcebido por Oswaldo Cruz e dependia apenas de seu empenho. Assim, os textos, e em especial as biografias, analisam a história de vida como se se tratasse de uma profecia autocumprida.

Com esta observação, não fica descartada a possibilidade de que Oswaldo Cruz tivesse cogitado criar uma instituição de pesquisas. No entanto, a questão não é colocada nestes termos. Os memorialistas referem-se a esta ambição como se toda a vida de Oswaldo Cruz houvesse sido orientada para realizar este objetivo. No trecho a seguir, Henrique Aragão apresenta esta versão reportando-se ao período inicial do Instituto Soroterápico, quando Oswaldo Cruz era apenas o técnico responsável pela fabricação do soro antipestoso, mas em que já se percebia o destino que lhe estava reservado:

> Esse Instituto de Manguinhos que surgia assim, inesperadamente, sem decretos governamentais nem atos jurídicos que tivessem legalizado sua existência e que, no fundo, não passava de uma tênue exteriorização de um grandioso sonho, estava fadado, no entanto, a ter, no futuro, a mais profunda influência nos destinos científicos do Brasil. (...) era a revelação a todos de que Oswaldo Cruz ia lançar-se, decidida e corajosamente, na luta para a realização do magnífico programa que se traçara, e que até então mantivera em segredo, de dotar um dia o Brasil de uma prestigiosa escola de Biologia e Medicina Experimental. E daí em diante [Oswaldo Cruz] não teve mais um só momento de descanso, num constante esforço para obter a integral realização de tão elevado e patriótico objetivo, ao qual dedicou todas as energias de sua vida até seu completo e definitivo esgotamento (Aragão, 1972:199).

Os relatos enfatizam o plano pessoal como uma instância decisiva dos acontecimentos, sempre definidos como ocasionais, advindo por graça do destino. Mesmo antes de existir como instituto de pesquisa, Manguinhos já estaria fadado a se tornar uma instituição bem-sucedida que influenciaria decisivamente a ciência brasileira. Por sua vez, Oswaldo Cruz lançava-se à luta para cumprir o "programa que traçara em segredo" (Aragão, 1972:191-200).

Conforme a interpretação de Henrique Aragão, "a empolgação com este ideal magnífico" foi o motivo pelo qual Oswaldo Cruz aceitou o convite de Emile Roux para permanecer no Instituto Pasteur de Paris (Aragão, 1972:191).

Na rota de realização de seu ideal, Oswaldo Cruz não mediu esforços, e era indiferente aos obstáculos que se opunham ao projeto.

Avaliam os memorialistas que tanto maior foi o seu esforço quanto imaturo e inculto era o ambiente à sua volta, exigindo sacrifícios e abnegação para que a ciência se desenvolvesse. O seu mérito foi maior porque "ele começou só, partindo do nada, à maneira do Gênesis" (Fraga, 1917:6).

Estas interpretações têm como fundamento a idéia de destino e predestinação que os memorialistas tentaram evidenciar focalizando aspectos e episódios da história de vida de Oswaldo Cruz, onde estavam manifestos os sinais de suas aptidões para a ciência. Em outros termos, debruçam-se sobre a trajetória de Oswaldo Cruz com o intuito de demonstrar que ele desenvolvera um talento especial para a ciência, na medida em que manifestara uma vocação nesse sentido. Sem dúvida, este foi um componente central da imagem do cientista que desejaram construir, extensamente explorado nesta literatura, em especial pelas biografias.

Como já disse acima, a vida de Oswaldo Cruz é analisada como se se dividisse em duas fases: o anonimato e a vida pública. Em ambas, procura-se comprovar o argumento de que ele era um predestinado.

Assim, na primeira fase, o foco é a vida privada. Assume papel de destaque o círculo familiar, a que os memorialistas atribuem um papel decisivo no futuro destino do cientista. Nesse sentido, dois pontos são assinalados. Em primeiro lugar, valoriza-se a extração social da família Cruz, em que contrastavam fortemente a condição de classe média modesta com a riqueza espiritual e moral que identificam no pai e na mãe de Oswaldo Cruz. Estas qualidades constituíram, segundo os biógrafos, os melhores ensinamentos que Oswaldo Cruz recebeu, forjando um caráter sólido preparado para enfrentar "sem desfalecimentos os embates e a injustiça dos homens e da sociedade, que o impeliu a lutar sempre pela verdade". Além disso, a família legou-lhe como uma das principais heranças o amor ao trabalho, que só ele confere "nobreza, dignidade e independência ao homem" (Serpa, 1937:25).

Em segundo lugar, sobressai a figura paterna, cujo traço biográfico é a carreira de higienista de Bento Cruz. No final do século, ele foi indicado para o cargo de chefe da Inspetoria de Higiene, posto equivalente ao que mais tarde Oswaldo Cruz ocupou na Diretoria Geral de Saúde Pública.

Conforme o depoimento de Carlos Seidl – que trabalhara com Bento Cruz na Inspetoria de Saúde –, poucas pessoas conferiam importância à influência do pai sobre a vocação de Oswaldo Cruz para a carreira pública. Seidl afirma que ele estimulava o filho a se interessar pelos

problemas de saúde pública e de higiene. Desejava que o filho cursasse o Instituto Pasteur de Paris, habilitando-se a ocupar o seu cargo na administração sanitária para "proporcionar ao Brasil maiores benefícios do que ele e os seus antecessores já haviam prestado". Seidl completa o seu depoimento falando desta previsão auto-cumprida: "Do filho ouvi, certa vez, a confissão de bem conhecer esta antevisão paterna, onze anos depois realizada" (Seidl, 1917:319).

De acordo com os seus biógrafos, Oswaldo Cruz, revelara atração pelos *infinitamente pequenos* já na Faculdade de Medicina, onde ele fora convidado pelo professor Martins Teixeira para assumir a função de ajudante de preparador no laboratório de bacteriologia da cadeira de Higiene e Mesologia em 1888. Desenvolveu estas atividades até maio de 1890, quando o médico e catedrático Rocha Faria o convidou para trabalhar no Instituto Nacional de Higiene, que ele criara como um anexo à Inspetoria de Higiene[51].

No prefácio de sua tese de doutoramento intitulada *A veiculação microbiana pelas águas*, Oswaldo Cruz explica que o tema escolhido era pertinente com a sua formação no laboratório de microbiologia da Faculdade. Conta-nos como interessou-se pela microbiologia a partir do fascínio que o microscópio lhe despertou:

> Desde o primeiro dia que nos foi facultado admirar o panorama encantador que se divisa quando se coloca os olhos na ocular de um microscópio, sobre cuja platina está uma preparação; desde que vimos com o auxílio deste instrumento maravilhoso, os numerosos seres vivos que povoam uma gota de água; desde que aprendemos a lidar, a manejar com o microscópio, enraizou-se em nosso espírito a idéia de que os nossos esforços intelectuais de ora em diante convergiriam para que nos instruíssemos, nos especializássemos numa ciência que se apoiasse na microscopia. De fato, desde a primeira série do nosso curso começamos a ler e manusear livros de microscopia, procuramos exercitar-nos no manejo do microscópio, na técnica de preparações etc. Assim que adquirimos uma certa instrução nestes assuntos resolvemos estudar a microbiologia e desde logo metemos mãos à obra (Cruz, 1892).

---

[51] Neste instituto, trabalhavam Barros Barreto, Antônio Fajardo e Henrique Tanner de Abreu, que mais tarde participaram, com Oswaldo Cruz, das reformas que empreendeu na Diretoria Geral de Saúde Pública. Abreu e Barreto foram figuras proeminentes da saúde pública, ocupando importantes posições nos órgãos de saúde a partir dos anos 20. Note-se que Rocha Faria foi um dos principais protagonistas da campanha oposicionista que se formou contra Oswaldo Cruz a partir de 1903, tendo organizado palestras na Faculdade de Medicina em que procurava demonstrar o erro da teoria culicidiana.

Oswaldo Cruz permaneceu no Instituto de Higiene até completar o curso médico em 1892. O falecimento do pai levou-o a ocupar o lugar deste numa clínica no bairro operário da Gávea. Ao mesmo tempo, começou a trabalhar na Policlínica Geral, a convite de Sales Guerra, que conhecera nesta época de sua vida. Na Policlínica, Oswaldo Cruz organizou e dirigiu o serviço de análises de laboratório, atividade que executava paralelamente ao atendimento ambulatorial.

Esta fase anônima é considerada como o período da preparação de Oswaldo Cruz para o desempenho de suas tarefas posteriores e, sobretudo, o momento em que a sua vocação foi sendo aprimorada através do encaminhamento que deu aos seus estudos.

Conta Sales Guerra que Oswaldo Cruz "abominava a clínica domiciliária". Ele a exercia apenas como um meio de sustento indispensável para a família, já que sua grande paixão, a adorada bacteriologia, não garantia a sobrevivência (Guerra, 1940:31).

De qualquer maneira, quando Oswaldo Cruz foi para o Instituto Pasteur de Paris, onde permaneceu de 1893 a 1896, procurou organizar um programa de estudos em que privilegiou as técnicas microscópicas e a bacteriologia, como havia se proposto ao defender a tese de doutoramento.

Sales Guerra conta que amigos o aconselharam a fazer alguma especialidade clínica paralelamente aos estudos de microbiologia, pois insistiam com ele sobre as limitações deste campo de trabalho no Brasil. Por isso, Oswaldo Cruz denominava a bacteriologia de ingrata, tendo sido obrigado a especializar-se em urologia em Paris (Cf. Guerra, 1940:31).

A fase de Paris é considerada sumamente importante. Ela é vista não apenas como parte da preparação de Oswaldo Cruz, mas sobretudo porque foi neste período, ainda muito jovem, com 23 anos, que Oswaldo Cruz obteve o reconhecimento científico externo, pelo desempenho que demonstrou no Instituto Pasteur. Os memorialistas indicam como evidência deste reconhecimento os convites que recebera de Roux e de Metchnikoff para trabalhar com eles.

Nos comentários sobre este período, os biógrafos ressaltam não apenas o desempenho, mas a disposição de Oswaldo Cruz de dedicar-se integralmente ao estágio de estudos, demonstrando uma virtude ímpar, vez que permaneceu três anos "sem distrair a atenção e os pensamentos", logo em Paris, onde a maioria procurava divertir-se (Serpa, 1937:52).

Ao regressar ao Brasil em 1896, Oswaldo Cruz estava pronto para cumprir o seu destino. Como salienta o médico Olímpio da Fonseca,

ele tivera a oportunidade de estudar na mais pura tradição pasteuriana, privilégio que poucos podiam ostentar no Brasil (Fonseca, 1972)[52].

À consagração no exterior, num primeiro momento, não correspondeu o reconhecimento imediato no Brasil. Após o seu regresso, continuou Oswaldo Cruz a ser um obscuro clínico, pouco conhecido no meio médico do Rio de Janeiro. Porém, assinalam os memorialistas, a sua estada no Instituto Pasteur valeu-lhe a indicação para trabalhar no Instituto Soroterápico.

Já nesse momento Oswaldo Cruz demonstrava habilidade e qualidades técnicas raras, prova do talento que possuía para a atividade científica. Os testemunhos assinalam que ao chegar no Instituto Soroterápico, Oswaldo Cruz sobressaiu entre os demais técnicos. No trecho a seguir, Henrique Aragão explica por que isto aconteceu:

> Logo que foram iniciados os trabalhos, naqueles pequenos laboratórios improvisados em velhas casinhas, patentearam-se aos olhos de todos a personalidade rara, o alto saber e as exímias qualidades de chefe que possuía Oswaldo e que o conduziriam, seguramente, no futuro, a feitos e vitórias sem par nos anais científicos brasileiros. Suavemente, mais pedindo do que mandando, ele ia conduzindo com segurança e método o ritmo do trabalho e instruindo os seus primeiros auxiliares que ele preferia ignorantes em bacteriologia ou outro assunto de pesquisa, mas inteligentes e prestimosos, fossem eles médicos, estudantes ou simples serventes. Exigia o maior rigor de técnica em todos os trabalhos (...) Ele próprio os executava primeiro, desde uma simples lavagem do material, uma esterilização, o preparo de um meio de cultura, um trabalho em vidro, ao maçarico, uma coloração, uma pesada, um exame de microscópio. (...) Não permitia simplificações prejudiciais ao rigor do trabalho (...) Resolvia as dificuldades com decisões seguras e sem precipitação; animava e encorajava o trabalho de cada um dos seus auxiliares (...) E ele era ao começo quase um desconhecido, foi-se aos poucos impondo ao respeito e à consideração de todos os demais que, lhe apreciando as raras qualidades de um perfeito condutor de homens, anteviam que seria um dia chefe de alguma coisa maior e muito mais importante do que aquele modesto laboratório de preparação de soro profilático (...) No seu íntimo, Oswaldo também pensava assim, mas até então não exteriorizara sua convicção a esse respeito (Aragão, 1972:198).

---

[52] Quanto a este ponto, vale assinalar, os biógrafos divulgaram uma informação que não corresponde à verdade: a de que ele fora o primeiro brasileiro a freqüentar o Instituto Pasteur. Sabe-se que, antes dele, outros médicos brasileiros tinham estado lá. É evidente que conferir-lhe esta prerrogativa tem como objetivo atribuir um sinal de distinção à sua formação científica no cenário médico brasileiro.

É interessante notar que, além das qualidades técnicas ímpares, Henrique Aragão chama a atenção para o fenômeno visionário que tomava conta daqueles que se acercavam de Oswaldo Cruz, por força do qual todos pressentiram que ele seria um grande homem.

A capacidade científica de Oswaldo Cruz ficou plenamente demonstrada somente quando ele assumiu a direção do Instituto, que sofreu uma transformação qualitativa tanto em termos físicos, com a construção de novos prédios, como na implementação de um *programa* de pesquisa que ele organizou e conduziu. A partir desse momento, Oswaldo Cruz promoveu, na opinião dos memorialistas, uma inflexão na história científica brasileira, fazendo jus ao título de fundador da medicina experimental.

Todas as interpretações sobre o papel do Instituto Oswaldo Cruz no desenvolvimento das ciências biomédicas, em certa medida, internalizaram esta avaliação, que passou a integrar a ideologia científica que os discípulos de Oswaldo Cruz difundiram após a sua morte. Com esta afirmação não se pretende, de maneira alguma, questionar o valor intrínseco do trabalho científico realizado, mesmo porque tal julgamento está além das limitações analíticas desse trabalho. Entretanto, o que se deseja frisar é o forte conteúdo ideológico da literatura analisada, depois amplamente reproduzido.

Estudos recentes sobre o desenvolvimento de atividades científicas no campo médico começam a relativizar as interpretações vigentes até pouco tempo, que conferem a Oswaldo Cruz e ao Instituto Oswaldo Cruz a prerrogativa de estudos nessa área. Logo, o que significa a afirmação de que Oswaldo Cruz é o fundador da medicina experimental, como querem os discípulos? Na verdade, o que os textos estão assinalando, sem explicitar, é sobretudo a capacidade de intervenção política de Oswaldo Cruz, o que lhe permitiu construir e sustentar a instituição. Porque, como eles próprios reconhecem, o campo de estudos a que se dedicaram – as doenças endêmicas – não constituía novidade, existindo uma tradição brasileira anterior a Manguinhos. Nem mesmo a prática de pesquisa científica foi prerrogativa do Instituto. Não apenas existiam pesquisadores como instituições que se situavam no mesmo campo de atividades. Nesse sentido, Oswaldo Cruz deve ser encarado como um continuador, e não fundador[53].

---

[53] Estas afirmações são baseadas nas pesquisas desenvolvidas na Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, em que se está verificando a importância de pesquisadores e instituições anteriores a Oswaldo Cruz no sentido da difusão e institucionalização da medicina experimental e mesmo da teoria pasteuriana.

Os depoimentos sobre a face da notoriedade da trajetória de Oswaldo Cruz, em que a vida privada e o anonimato cederam lugar à vida pública, constroem uma narrativa marcada pela idéia da predestinação. Após o período da preparação para assumir as tarefas que lhe estavam destinadas, os textos procuram mostrar como Oswaldo Cruz efetivou o que estava previsto e assim conseguiu alcançar a celebridade. Tratam de Oswaldo Cruz como se ele se houvesse dedicado a colecionar vitórias ao longo da vida. Era desta maneira que cumpriria o seu destino: estava fadado ao sucesso.

Nesse sentido, quando voltam-se para essa segunda fase da vida de Oswaldo Cruz, seus biógrafos apresentam os acontecimentos que o envolveram e ao Instituto, como se tudo fizesse parte de um plano preestabelecido que fora sendo executado por ele. O depoimento de Henrique Aragão, acima reproduzido, é ilustrativo desta concepção vigente entre os memorialistas. É curioso notar que, até mesmo quando fazem menção ao desenvolvimento das pesquisas, esta idealização está presente. Ao afirmarem que Oswaldo Cruz preconcebera um programa de pesquisa que passou a dirigir, tem-se a impressão de que querem fazer crer que ele sabia de antemão dos resultados fadados ao sucesso, que, de fato, em algumas áreas, os cientistas de Manguinhos obtiveram. Assim, ao ler este conjunto de textos, facilmente se depreende o seu desiderato: construir uma interpretação sobre a vida de Oswaldo Cruz como se ela fosse um caminho ascencional de glórias.

Em que pesem, nas explicações sobre o êxito de Oswaldo Cruz, os dons pessoais com que fora brindado, curiosamente uma contrapartida revelou-se fundamental para a realização de seu projeto: a presença dos discípulos. Estes referem-se assiduamente a si próprios como responsáveis por parte do êxito alcançado por Manguinhos e pelo cientista.

Comentando o assunto, logo após a morte de Oswaldo Cruz, em solenidade no Instituto, Carlos Seidl – que apelava à união dos discípulos em torno do sucessor Carlos Chagas – legitimava esta posição, afirmando que o próprio Oswaldo Cruz reconhecera esta contribuição em seu discurso na Academia Brasileira de Letras em 1913, quando definiu-se como o porta-bandeira de uma missão coletiva, exercida por "higienistas e experimentadores abnegados" que foram "os verdadeiros fatores da obra" (Seidl, 1917:324).

Boa parte dos textos é dedicada a elogiar o trabalho dos discípulos e o reconhecimento com que sempre contaram da parte de Oswaldo Cruz. Assim, os depoimentos estendem-se relatando aspectos e peculiaridades da relação do *mestre* com os seus discípulos.

Todos mencionam a atitude de renúncia de Oswaldo Cruz em favor do aperfeiçoamento dos discípulos. O depoimento de Chagas é característico desse modo de ver:

> E é de salientar, neste ponto, a abnegação do mestre, que, ao interesse coletivo e à grandeza da nova escola, na missão absorvente de educar e orientar discípulos, sempre dispensou o melhor de seu esforço, em prejuízo, às vezes, de sua fama de pesquisador. Poderia ele, de preferência, aproveitar em benefício do próprio nome, ainda mais o enaltecendo, os superiores privilégios de sua rara mentalidade; julgou, porém, melhor servir a altos desígnios, na ação impessoal de organizar esforços, criar iniciativas, orientar inteligências, designar métodos científicos, proporcionar, enfim, aos experimentadores da sua escola, todos os elementos seguros de êxito. E procurava ocultar-se na obra realizada, aí sempre exaltando a valia exclusiva do discípulo, de cujo sucesso aproveitava as mais puras e compensadoras alegrias (Chagas, 1917:24).

A atitude de Oswaldo Cruz é louvada como um desprendimento consciente em nome dos *seus filhos intelectuais*. Como "Cristo, Ele cercou-se de discípulos, aumentando a centelha de seu gênio". Demonstrava um altruísmo invulgar, abdicando da sua carreira individual em nome do desenvolvimento coletivo e de seus assistentes, "um pugilo de moços que, desvinculados, ficariam à mercê do primeiro golpe da adversidade" (Dias, 1972:121)[54].

Ezequiel Dias relembra que todos os estudos feitos em Manguinhos receberam a influência *Dele*; ninguém como "Ele sabia entrever as causas de erro, as aparências enganosas, as conclusões ilógicas" (Dias, 1972:121).

Os discípulos consideram que o grau de interferência de Oswaldo Cruz nas pesquisas era tão grande que a ele devia ser dada a co-autoria de quase todos os trabalhos, pois ele, despojando-se de "suas idéias, dando-as aos outros, auxiliava-os na tarefa de desenvolvê-las" (Godoy, 1929:305)[55].

---

[54] Cabe assinalar que Ezequiel Dias, neste texto escrito em 1922 e recorrentemente citado pelos memorialistas como o primeiro esboço biográfico que foi feito sobre Oswaldo Cruz, nomeia-o sempre utilizando maiúsculas, como se pode observar no trecho citado. Este procedimento, como é sabido, está reservado ao Deus das religiões cristãs e a seu Filho em todos os textos das línguas ocidentais em que se Os mencionam, estendendo-se o uso das maiúsculas aos pronomes retos, oblíquos, possessivos etc.

[55] Vale lembrar a polêmica, mencionada no capítulo 3, a respeito da descoberta da doença de Chagas. Estas interpretações sobre a participação de Oswaldo Cruz nas pesquisas contribuíram para reforçar a posição dos opositores de Chagas, e, acredito, deixaram sempre alguma dúvida sobre a questão.

Henrique Aragão compartilha dessa opinião. A atitude voluntária de Oswaldo Cruz de pôr-se na *penumbra* não se devia a que lhe faltassem requisitos intelectuais. Ele podia ter realizado as mesmas descobertas que os discípulos fizeram. Aragão considera que esta atitude resultou de uma decisão conscientemente tomada a partir do momento em que ele percebeu existir em Manguinhos um grupo de pesquisadores treinados pelos seus métodos e capazes de desenvolver o trabalho[56].

Rocha Lima também confirma esta posição assumida por Oswaldo Cruz em favor da escola de ciência que desejava construir, entregando-se a ela com idealismo. De acordo com Rocha Lima, foi este o motivo pelo qual Oswaldo Cruz desenvolveu apenas poucos trabalhos originais de pesquisa, todos de "excelente qualidade", mas que não tiveram continuidade (Lima, 1952:33). Sugere o cientista que Oswaldo Cruz, de certa forma, compensava a sua atividade científica inexistente com a dos discípulos:

> Se a Oswaldo Cruz não sobrava tempo para entregar-se à pesquisa, identificava-se com as de seus discípulos, e exaltava com justo orgulho diante de cada achado e de cada trabalho original realizado em Manguinhos como se fossem seus. Pois era conquista nossa. Do nosso pequeno grupo de pesquisa brasileiro que ele criara nesse instituto; era um passo adiante na realização de seu maior ideal patriótico, o de emparelharmos com os grandes centros de ciência (Lima, 1952:34).

Rocha Lima, contudo, acrescenta em seu depoimento que esta atitude pode ser considerada natural, condizente com um chefe de escola que confiou aos discípulos aquilo que não tinha "inclinação nem tempo para fazer". Aqui, de certa forma, fica relativizado o altruísmo que os outros discípulos atribuem a Oswaldo Cruz, bem como minimizada a sua disposição para o trabalho de pesquisa, tão insistentemente propalado.

Como verificamos, a definição desta identidade coletiva construída a partir da relação mestre/discípulos, é um dos temas preferencialmente abordados nestes textos. Através destes depoimentos, percebemos de que maneira os jovens pesquisadores consideram o seu papel como agentes de um trabalho que, se na origem deveu-se ao gênio criador de Oswaldo Cruz, foi desenvolvido no âmbito da esfera coletiva.

---

[56] Segundo Aragão, "retraiu (Oswaldo Cruz) completamente suas atividades de investigador consumado, considerando mais úteis ao desenvolvimento de sua escola as vitórias de vários de seus discípulos àquelas de que ele próprio poderia facilmente, neste terreno, colher isoladamente todos os louros" (Aragão, 1972:210).

Nas representações que fazem de si próprios, os discípulos apresentam-se de forma não menos idealizada do que aquela com que projetam o mestre. Ao mesmo tempo em que realçam o papel de Oswaldo Cruz, destacam o aspecto coletivo do trabalho, chamando a atenção sobre si próprios.

O depoimento de Carlos Chagas, reproduzido na biografia escrita por Phocion Serpa, é representativo desta postura:

> Fizemos, finalmente, todos os que aqui trabalham, a nossa aprendizagem geral em assuntos de microbiologia, sob as luzes emanadas de Oswaldo Cruz, de cuja técnica perfeita, de cuja capacidade de interpretação e de iniciativa aproveitavam todos os pesquisadores, quaisquer que fossem as suas especialidades. E fizeram, meus senhores, mestres e discípulos, destes excetuado apenas quem vos fala, toda a grandeza da obra de ciência que hoje vindes prestigiar, em honra à memória de um consagrado da nossa pátria (Chagas *apud* Serpa, 1937:359).

Inicialmente Carlos Chagas destaca a competência técnica de Oswaldo Cruz, para imediatamente associá-la à dos discípulos que tiveram a sua formação em decorrência desta relação. Por conseguinte, a perfeição realçada no mestre significava um sinal de distinção para os discípulos.

Assim, grande parte dos textos é dedicada a lembranças dos primeiros tempos de Manguinhos, considerados os melhores por todos. Com esta visão edênica, de um tempo perdido, retratam idealmente o passado e sobretudo a si próprios, apresentando-se como jovens animados por "um ideal de ciência, ingênuos e despreocupados com o futuro". Henrique Aragão afirma que se comportavam como se fossem uns *enfants de bohème* da ciência, indiferentes à nossa instabilidade e satisfeitos com parcos proventos ou mesmo sem eles" (Aragão, 1972:204).

Ao altruísmo do mestre correspondia o dos discípulos. Um determinado atributo do mestre constituía uma qualidade dos discípulos. Como num espelho, miravam-se na imagem de Oswaldo Cruz que eles próprios construíram; ao projetar a imagem do outro afirmavam a sua identidade. Assim, podemos compreender que elogiá-lo significava, ao mesmo tempo, uma forma de enaltecimento de si próprios.

Melhor se entende a relevância conferida pelos discípulos ao coletivo, porque este envolve a questão da sua própria identidade. Artur Neiva define o grupo, sugestivamente, como uma seita, imagem muito explorada pela ideologia cientificista:

> Ao escrever estas linhas, crônicas impregnadas de pungente saudade dos dias raidantes da formação de Manguinhos, eu dilacero fibra a fibra o meu coração de ardente patriota ao evocar os gloriosos momentos de trabalho e de felicidade em companhia dos ditosos companheiros do Instituto, onde, à porfia, cheios de ventura e alegria sob a orientação superior de Oswaldo Cruz, talvez déssemos a impressão de uma nova seita, de tal forma, dentro de nós, ardia a chama de um puro e elevado ideal (Neiva, 1927:7).

Manguinhos não constituía apenas uma seita. Segundo Henrique Aragão, o Instituto possuía um ar misterioso, até o nome Manguinhos lembrava "um terreno salitrado e lamacento, povoado de caranguejos e capaz de atacar o afoito que naquele solo se aventurasse" (Aragão, 1972:212). Aquele ambiente de laboratórios de pesquisa, segundo Aragão, era muito novo e desconhecido. Apesar da *originalidade* dos trabalhos, não havia quem pudesse avaliá-los. Por algum tempo existiu apenas uma intuição de que eles representavam uma "nova era para o Brasil no campo científico"; ninguém podia se "dar conta do que eles representavam" (Aragão, 1952:201).

De fato, para os discípulos não era apenas o mestre que se destacava por sua singularidade, mas todos eles eram igualmente especiais no cenário médico-científico brasileiro.

É interessante notar o contraste criado pelos discípulos, entre a sua atitude por assim dizer pueril – dotada de uma certa irresponsabilidade que consideram sadia e elogiável – e a seriedade com que caracterizam o trabalho que faziam. A atividade científica é comumente envolta por um ar solene e grave, como se fosse um culto sagrado.

A época da educação científica, como a nomeia Carlos Chagas, foi crucial para a carreira e a formação dos discípulos, que aprenderam com Oswaldo Cruz *métodos e normas da atividade científica*:

> E quantos de seus discípulos lhe devemos, de modo exclusivo, a felicidade do próprio destino profissional? Quantos para aqui viemos numa fase de incertezas e vagas aspirações encontrar na longanimidade de Oswaldo Cruz a diretriz exata de um futuro propício? (Chagas, 1972:26).

Mas como Oswaldo Cruz poderia ser um grande mestre, indaga-se Rocha Lima, se ele não se notabilizou nem como professor nem como pesquisador?

Reconhecendo a idealização com que Oswaldo Cruz foi retratado, Rocha Lima procura retificar a impressão de que Oswaldo Cruz fosse um ser superior, tão difundida pelos *panegíricos*. Afirma que as relações

entre Oswaldo Cruz e seus discípulos não eram solenes e que tampouco estes o tratavam como um *sábio*. Peremptório, diz que a realidade era bem diferente, que, embora fosse pouco expansivo, Oswaldo Cruz era alegre, gostava do contato com os estudantes e adorava anedotas. Além disso, nunca assumiu *ares superiores* para fazer valer sua autoridade.

> Oswaldo Cruz nunca tomava atitudes de mestre e nem poses de sábio, não pontificava, não fazia preleções, não levantava a voz, nunca nos chamou para focalizar nossa atenção sobre sua pessoa, seus feitos ou seus atos. Ensinava pelo exemplo de suas realizações e atitudes, de seu interesse pela ciência, sua dedicação abnegada à conquista do saber, sua exatidão nas observações, nos relatos, rigor na técnica, sinceridade na crítica e firmeza na sua conduta como chefe e como companheiro de trabalho (Lima, 1952:31).

Rocha Lima assinala, ao contrário da imagem difundida de Oswaldo Cruz como um *sábio onipotente*, que ele era modesto, aberto à contribuição dos auxiliares nos estudos e nas aulas, em que ocorria uma verdadeira troca de conhecimentos. Admitir este fato, frisa Rocha Lima, não desmerecia o papel de destaque que ele efetivamente possuía como o único mestre entre eles. Para Rocha Lima, Oswaldo Cruz possuía grande habilidade em orientar os trabalhos devido à formação que tivera, voltada para a pesquisa aplicada.

Mas se é possível dizer que o depoimento de Rocha Lima é singular neste conjunto de textos, por pretender relativizar certas idealizações, de maneira geral os discípulos não poupam elogios às qualidades de mestre reveladas por Oswaldo Cruz. Nesse sentido, alguns traços mostram-se reiteradamente assinalados.

Uma de suas maiores virtudes, segundo os testemunhos, era a de despertar vocações. Arthur Neiva sintetiza as opiniões:

> Uma de suas mais espantosas qualidades era o dom mágico com que sabia despertar, no ânimo da pessoa que dele se acercava com o desejo de estudar, a ânsia de saber. Muitos de seus discípulos, cuja inclinação para as investigações científicas apenas existia latente, viram-se transformados ao maravilhoso influxo daquele ser, portentoso galvanizador de homens, abençoado criador de almas, em discípulos devotados, até ao sacrifício, à imensa obra de patriotismo e de ciência que ele tinha se proposto desenvolver em nossa terra (Neiva, 1917:13).

Esta capacidade de transformar homens é constantemente assinalada e elogiada. Ela remete à outra que acima já mencionamos, que é a da afirmação da dimensão coletiva do trabalho. Para os discípulos, configurar

o trabalho como o produto de um esforço coletivo lhes permitiu definir e garantir o seu lugar. Da mesma maneira, podemos compreender o destaque que conferem à convivência com o mestre, pois a esta relação deveu-se a formação de uma comunidade especial de indivíduos, homens transformados sob o influxo orientador de um gênio.

Os discípulos ressaltam a confiança que Oswaldo Cruz lhes inspirava através de uma orientação segura e decidida, amparando-os nas horas difíceis. Afirmam que ele revelara dons de psicólogo, pois que sabia penetrar na alma humana. Esta habilidade o capacitava a reconhecer os defeitos de seus discípulos, procurando compensá-los ao explorar as virtudes de cada um. Outra qualidade destacada é a de que o mestre não era autoritário: demonstrava carinho e tolerância para com as impertinências e a inexperiência dos jovens pesquisadores (Chagas, 1972).

Habilidade e bom senso caracterizavam a direção de Oswaldo Cruz, que selecionava as aptidões dos assistentes, procurando orientá-los de acordo com as melhores doutrinas. A declaração de Carlos Chagas expressa a imagem exemplar que todos os memorialistas procuram traçar:

> Não só incalculáveis benefícios de trabalho devemos ao carinho do querido mestre; muitos dos que hoje veneramos sua memória tivemos a rara ventura de completar nossa formação moral sob a influência decisiva daquele espírito magnânimo, que pôde modificar, sempre aperfeiçoando, o caráter e os sentimentos de alguns de seus melhores discípulos. E nada resistia à força de seu exemplo e à segurança de seus princípios; além de que, educava pelo coração, falando às consciências aquela linguagem sempre singela e de belezas infinitas, que fascinava e convencia, orientando para o bem (Chagas, 1917:26).

Vale mencionar uma última representação constituinte do mito do fundador da medicina experimental que nos pareceu primordial.

Constantemente se tem visto indicada a relação entre Oswaldo Cruz, Manguinhos e o país. Definem-se Oswaldo Cruz e Manguinhos como o *marco culminante da civilização brasileira, o símbolo do futuro da nacionalidade*. Para Belisário Pena, o homem e a instituição eram responsáveis pela construção dos "alicerces do edifício nacional" (Pena, 1922:44, 75, 55).

O Instituto Oswaldo Cruz é representado através de imagens como *templo de ciência, porta-voz da civilização, documento perpétuo do progresso do país, cenáculo da ciência, farol iluminante dos que buscam a verdade*, entre muitas outras. Por exemplo, Belisário Pena considera o Instituto Oswaldo Cruz como "um possante farol que vai indicando à nau da

nação brasileira a rota segura pra chegar a salvamento ao porto da independência econômica, da saúde, da riqueza, do progresso, da moralização, do respeito e do prestígio (Pena, 1922:81).

É interessante notar como este discurso de extração cientificista, com freqüência, recorre a comparações entre a atividade científica e o comportamento religioso, como se a primeira se aproximasse de um rito sagrado. Por seu lado, o lema que Oswaldo Cruz adotara e propagava – e é sempre evocado – possui uma conotação religiosa: "Fé eterna na ciência". Freqüentemente encontramos a definição de que Oswaldo Cruz e, por conseguinte, cientistas e higienistas desempenhavam uma missão apostólica, representada por sua dedicação à ciência.

Em alguns textos, a metáfora religiosa é explicitada através da relação entre a vida de Oswaldo Cruz e a de Jesus Cristo. Compara-se a origem social modesta de ambos, passando pela idéia de um largo período de anonimato que correspondeu à preparação para o desempenho de suas missões, até relacionarem-se as perseguições e o calvário de Cristo às dificuldades e oposições que Oswaldo Cruz enfrentou. Encontramos várias referências à vida de Oswaldo Cruz como uma trajetória de sacrifícios, assim como fora a do "mártir do Gólgota". Nas palavras dos seus discípulos, Oswaldo Cruz transformou-se no mártir brasileiro da ciência.

É curioso como esta idéia foi explorada pelos memorialistas. Argumentam que, apesar da doença de que sofria e que, com o passar dos anos, agravou-se, Oswaldo Cruz nunca esmoreceu. Como prova a análise de sua trajetória de vida, é constante e contínuo o seu interesse pela *coisa pública*. Após o período de sua gestão na Diretoria Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz não apenas dedicou-se a Manguinhos, mas passou a "olhar para o Brasil". Ou seja, pretendia estender o saneamento do Rio de Janeiro para todo o país.

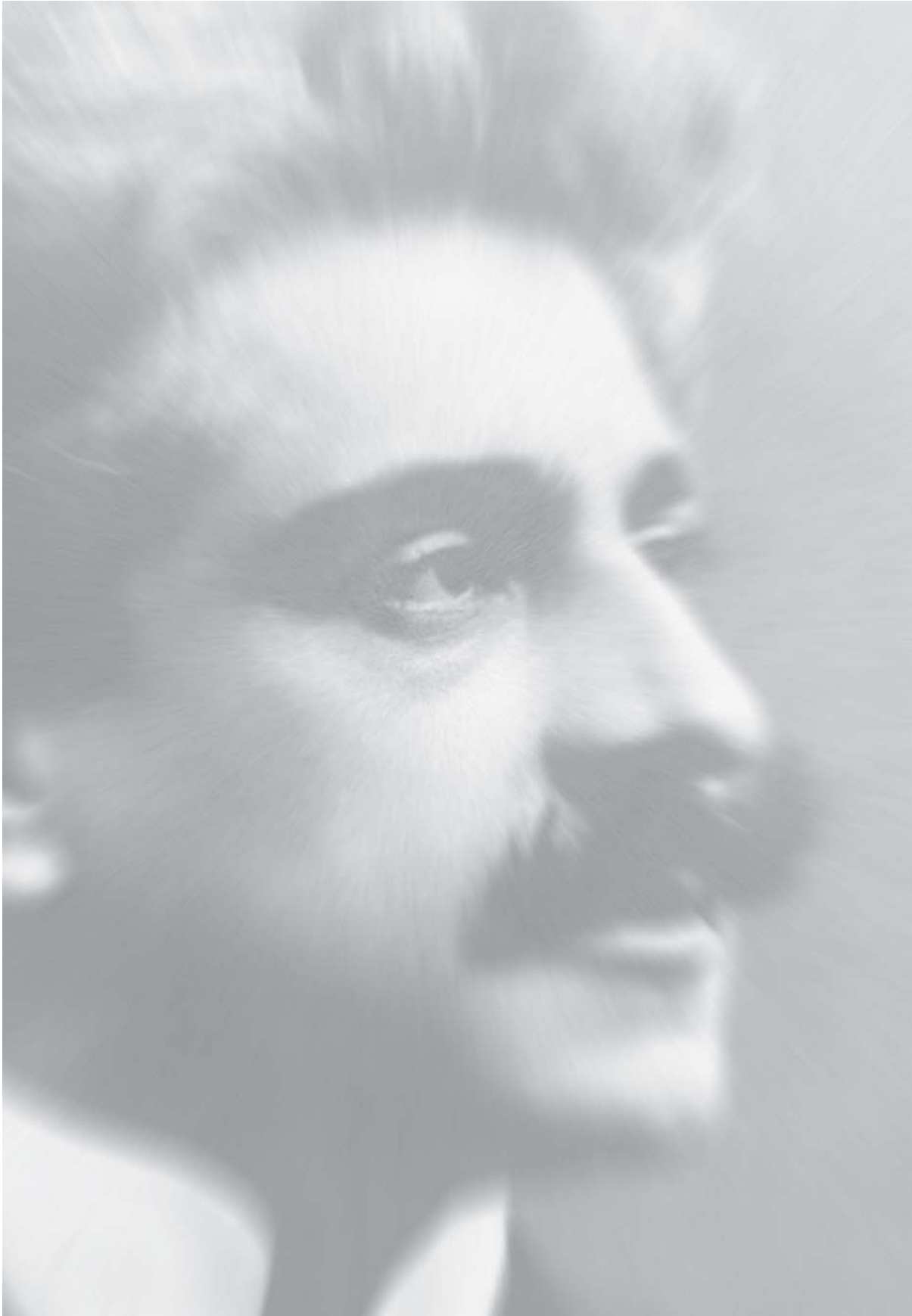
Na opinião de Belisário Pena, Oswaldo Cruz amava o Brasil e por isso ofereceu a sua vida em "holocausto" para o "bem da pátria e a serviço da ciência". "Todas as suas horas eram consagradas ao serviço da ciência e da pátria, na constituição de um núcleo de mestres e operários do progresso e da civilização" (Pena, 1922:57).

Todos os memorialistas consideram que o excesso de trabalho tinha esgotado as energias de Oswaldo Cruz, já combalidas pela doença que o minava. Afirmam que seu trabalho em prol do Brasil provocou o envelhecimento precoce e a morte prematura, pois ele não conferia a importância devida à gravidade de seu estado de saúde.

O mártir revelara-se na ação patriótica representada pelo desejo de ver o Brasil saneado, atingindo o progresso e a civilização. Movido pelo ideal científico e patriótico de sanear o Brasil, Oswaldo Cruz não hesitou em comprometer a sua própria vida, fazendo inúmeras viagens por vários estados brasileiros a partir de 1910. Destacam os biógrafos, especialmente, a viagem à Amazônia, quando, a serviço da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, organizou um plano de profilaxia da malária que dizimava os trabalhadores na extensão da linha férrea.

Avaliam os memorialistas que a obra de Oswaldo Cruz, como marco histórico, equivalia ao episódio das entradas e bandeiras que desbravavam o interior do Brasil no século XVII. Diferentemente destas, os *novos bandeirantes* não estavam à cata de ouro e tampouco de pedras preciosas. Esboçando objetivos mais nobres, almejavam conquistar o território e estabelecer a nacionalidade através da civilização que deveria ser estendida a todo o país, principalmente ao interior.

Oswaldo Cruz organizou verdadeiras bandeiras científicas, espalhando por todos os recantos do país os peregrinos da saúde. Foi responsável pela criação de uma consciência sanitária nacional, revelando diante da nação atônita as doenças que massacravam a população. Atribuiu importância às doenças coletivas, até então marginalizadas, diante da prioridade que era conferida às doenças individuais (Pena, 1922, *passim*).

A articulação de ciência, religião e pátria resultou numa eficiente ideologia que elevou a figura de Oswaldo Cruz, no plano do imaginário social, ao panteão dos heróis nacionais, em que ele figura solitariamente como o expoente máximo da ciência brasileira. Da mesma forma, a heroificação de Oswaldo Cruz representou um importante elemento definidor da auto-imagem do grupo de discípulos e foi amplamente explorada pelo movimento sanitarista, organizado a partir da Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Comentários finais

Uma idéia central defendida neste trabalho é a de que a morte de Oswaldo Cruz foi o acontecimento dramático que propiciou sua heroificação. A morte redimiu todos os pecados, fazendo transcender o homem, libertando-o das contingências humanas que em vida o tornaram uma figura polêmica.

A mitificação de que Oswaldo Cruz foi objeto produziu um fenômeno surpreendente de esvaecimento das dissenções que acompanharam toda a sua trajetória de vida. Construía-se uma imagem idealizada pela omissão dos conflitos e, portanto, retiravam-se as reticências e suspendiam-se os julgamentos negativos suscitados a partir de sua atuação na vida pública.

É plausível imaginar que a abrangência e a universalidade pretendidas pelo discurso mitológico requeriam a transformação de Oswaldo Cruz numa figura consensual, estatuto de que nunca gozou em vida.

Se a princípio a morte gerou manifestações exacerbadas – como se depreende dos discursos fúnebres – e quase catárticas, originado o "culto à memória", este perdeu o sentido original ao ser apropriado como um instrumento fundamental de organização da Liga Pró-Saneamento. Nesse sentido, deixou de ser um mito na concepção clássica de narrativa gratuita para tornar-se uma construção ideológica representativa da projeção de determinados interesses e aspirações. A partir deste momento pode ser identificado como uma ação voluntária e consciente, reconhecida por todos como um dos deveres dos discípulos, que se vêem investidos da missão de dar continuidade à obra do mestre.

Vale assinalar que embora o mito esteja relacionado à sobrevivência e à continuidade dos higienistas e cientistas cujo destino profissional

estivera intimamente ligado ao Instituto de Manguinhos, o processo de construção não pode ser atribuído exclusivamente a estes, cabendo reconhecer o papel decisivo dos agentes de fora do círculo dos discípulos. Afinal, de que adiantaria proclamar os feitos heróicos de Oswaldo Cruz se tal atitude não ressoasse para além dos muros de Manguinhos?

A eficácia ideológica dependia da receptividade dos que não eram próximos e ocupavam uma posição institucional considerada concorrente. O consentimento destes médicos e o aval científico que emprestaram à figura de Oswaldo Cruz petrificaram a ideologia que se construiu em torno dele.

Procurei demonstrar que a morte de Oswaldo Cruz forneceu aos médicos um trunfo que souberam capitalizar eficientemente no sentido de promover a solidarização do grupo e, ao mesmo tempo, impulsionou a projeção de que o movimento sanitarista necessitava. Como compreender a imagem de salvador atribuída a Oswaldo Cruz sem que a relacionemos ao contexto histórico do pós-guerra, marcado por um forte movimento nacionalista que se traduzia pela idéia de construir um projeto de salvação nacional? Como deixar de associar as críticas presentes no ideário da Liga Pró-Saneamento relativas à ausência estatal no campo da saúde à crise do regime oligárquico, velada ou abertamente contestado pelas diferentes correntes nacionalistas?

A Liga Pró-Saneamento apresentava propostas de reformulação do setor estatal no campo da saúde como uma alternativa política de transformação da sociedade no sentido de alcançar o progresso, cujo principal trunfo era a ciência. Esta constituía o fundamento essencial do projeto de nação esboçado pelos médicos e higienistas, sendo-lhe reservada a tarefa de reordenar o Estado e a sociedade.

Entendida como um processo de centralização, a reforma do Estado era tida como uma medida necessária, ante a fragmentação do país em estados autônomos e ao poder das oligarquias locais. Ganha corpo naquele momento a concepção de que a gerência do Estado deveria ter à frente uma burocracia selecionada de acordo com critérios de competência científica e técnica. Ou seja, apenas com a mediação da ciência, em particular da higiene, poderia o Estado sobrepor-se aos interesses particulares e promover a construção nacional.

Deste ponto de vista, o mito de Oswaldo Cruz pode ser comprometido como uma espécie de credenciamento que os médicos precisavam obter para participar do debate sobre a construção da nação, que marcou aquele contexto após a Primeira Guerra Mundial. Creio que pode-

mos até imaginá-lo como um bilhete de ingresso para o mundo da política. Isto é, os médicos e higienistas colocavam-se como atores legítimos na discussão, apresentando-se como candidatos autorizados para liderar o projeto de modernização do país, objeto da luta simbólica e política que se travava entre diferentes setores sociais e facções políticas.

Vale recordar que as imagens que compõem o mito de Oswaldo Cruz e que foram identificadas neste trabalho – a do saneador do Rio de Janeiro e a do fundador da medicina experimental no Brasil – marcam um ponto central: a face pública de Oswaldo Cruz. Esta é uma das chaves para compreender este enigma. A exploração deste aspecto evidencia, conforme procuramos demonstrar no capítulo 4, a estratégia de reconhecimento engendrada pelo movimento sanitarista, que recorre à ideologia da utilidade social da ciência, de cujos benefícios fartos exemplos haviam sido proporcionados por Oswaldo Cruz, de quem se julgavam herdeiros e continuadores da missão salvacionista por ele iniciada.

Nesse sentido, situamos também de forma mais apropriada o exagero verbal que caracteriza os textos consultados. Pode-se argüir se esta forma enfática de expressão não constituía antes um vezo, um gosto, quase uma característica do ambiente intelectual da época; é provável que este fosse o estilo retórico próprio daquele momento. Contudo, creio que o excessivo do discurso não se explica pelo estilo, e encontra um sentido mais adequado na necessidade de legitimação da ciência, tanto mais eloqüente quanto menor o seu espaço de reconhecimento social.

De nosso ponto de vista, o mito de Oswaldo Cruz é um fenômeno ideológico de natureza cientificista, que traduz, no contexto brasileiro, os anseios e os interesses de um grupo científico de ver reconhecida a sua atividade profissional e seu papel social enquanto intelectuais.

Uma auto-imagem para o grupo sanitarista e médico institui-se a partir da definição de ciência como atividade prática produtora de verdades úteis à sociedade, definição que Oswaldo Cruz encarnou segundo o discurso mitológico. Trata-se, enfim, de uma forma de legitimação do discurso científico que precisou apelar ao universo simbólico para obter o convencimento necessário à sua institucionalização.

Nesse sentido, ele pode ser considerado um agente de mediação dos ideais científicos e das aspirações políticas, vez que estabelece de forma direta a identificação entre Oswaldo Cruz e os continuadores de sua obra científica e de sua ação social, de maneira que à imagem ideal de um corresponde a dos outros.

Instaurar sentimentos de identidade e de solidariedade é a função do mito do herói salvador, que deve ser compreendido como "um agente de socialização das almas" (Cf. Girardet, 1987).

É possível entender o movimento de culto à memória como o ponto de partida de um longo processo que extrapolou o tempo e as circunstâncias de seu nascimento. Se Oswaldo Cruz foi utilizado naquele momento pelo movimento sanitarista, daí para a frente passou a encarnar os ideais de todos os cientistas e sanitaristas, mesmo daqueles que não tinham alguma proximidade com suas propostas.

Ao pensarmos na galeria dos heróis que compõem o nosso panteão cívico, podemos avaliar a força desta ideologia que extravasou o tempo e chegou aos nossos dias. Entre tantos políticos e militares que constituem a maioria dos heróis nacionais, Oswaldo Cruz desponta solitariamente nesse panteão como o único representante da ciência brasileira, e não somente da medicina, realizando a façanha de extrapolar os limites estreitos de uma única disciplina.

Fontes e bibliografia

FONTES MANUSCRITAS E ORAIS

ARQUIVOS PRIVADOS

Artur Neiva. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

Belisário Pena. Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

Oswaldo Cruz – Álbum de Recortes de Jornais, ano de 1917, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

DEPOIMENTOS

CHAGAS FILHO, Carlos. Carlos Chagas Filho (depoimento, 1987). Rio de Janeiro, Fiocruz/COC – História Oral, 198 datilo.

DIAS, Mário Vianna. Mário Vianna Dias (depoimento, 1987). Rio de Janeiro, Fiocruz/COC – História Oral, 198 datilo.

PARAENSE, Lobato. Lobato Paraense (depoimento, 1989). Rio de Janeiro, Fiocruz/COC – História Oral, 198 datilo.

FONTES IMPRESSAS

ANAIS

Anais do 4º Congresso Médico Latino-Americano (1909). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Anais do 5º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia (1904). Rio de Janeiro, 16 de junho a 2 de julho de 1903. 1º vol., *Atas e Comunicações*. Rio de Janeiro, Besnard Frères.

Anais do 7º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia (1912). Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

PERIÓDICOS

REVISTAS

Brasil Médico. Rio de Janeiro, 1903-1921.

Revista Médico-Cirúrgica do Brasil. Rio de Janeiro, 1903-1929.

Saúde. Rio de Janeiro, 1918-1919.

Anais da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 1903-1922.

JORNAIS

O País. Rio de Janeiro, out/dez de 1916 – jan/dez 1918.

A Noite. Rio de Janeiro, out/dez de 1916.

Jornal do Commércio. Rio de Janeiro, out/dez de 1916.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, out/dez de 1916 – jan/dez 1918.

LIVROS E ARTIGOS SOBRE OSWALDO CRUZ

TEXTO SEM DATA

MEIRA, Oscar. *Oswaldo Cruz*: *Seu valor profissional e individual (1903-1924*). 12p., datilo.

MIRANDA, Nair. *Oswaldo Cruz*: *o saneador*. 9ª edição. Rio de Janeiro, EBAC, s.d., 34p. [Biblioteca Central da Fiocruz]

OLIVEIRA, Waldemar de. *Oswaldo Cruz: Paixão e Morte*. Recife, 87p. [Museu da Fiocruz]

TEXTOS ESCRITOS ENTRE 1917 E 1930

AUTRAN, Henrique. "Últimas Homenagens". Discurso pronunciado no Cemitério São João Batista em nome dos colegas da Diretoria Geral de Saúde Pública". Rio de Janeiro, *Brasil Médico*, 31 (7):58-60, 1917. [Biblioteca Central da Fiocruz]

BARBOSA, Rui. "Conferência pronunciada na Sessão de 28/05/1917 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro", *in*: Vários autores. *Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1972.

CHOUS, Annibal. "Discurso do Presidente da Delegação de Estudantes Argentinos em 04 de julho de 1917", *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 31(32):275-276, 1917.

CLARK, Oscar. "Oswaldo Cruz". *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 31(8):63, 1917. [Biblioteca da Academia Nacional de Medicina]

COUTO, Miguel. "Carta em Resposta ao Dr. David Speroni agradecendo a iniciativa de criação de um movimento sentimental a Oswaldo Cruz". *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 31(32): 278, 1917. [Biblioteca da Academia Nacional de Medicina]

DIAS, Ezequiel Caetano. *O Instituto Oswaldo Cruz* : *resumo histórico* (*1889-1918*). Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1918. [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. "Traços biográficos de Oswaldo Cruz", *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, t. XV, fascículo 1, 1922. [Biblioteca Central da Fiocruz]

FRAGA, Clementino. *Homenagem a Oswaldo Cruz – Discurso por Ocasião da Solenidade da Colocação do Retrato do Sábio na Galeria do Professorado da Faculdade de Medicina da Bahia em 03 de outubro* de 1917. Bahia, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1917.

GODOY, Alcides. "Discurso na colocação da pedra fundamental do Monumento Nacional à Memória de Oswaldo Cruz por ocasião dos congressos

médicos comemorativos do 1° centenário da Academia Nacional de Medicina. *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*. Rio de Janeiro, vol. 37, p. 305-306, 1929. [Biblioteca Central da Fiocruz]

GUERRA, E. Sales. "Discurso na colocação da pedra fundamental do Monumento Nacional à Memória de Oswaldo Cruz por ocasião dos congressos médicos comemorativos do 1° centenário da Academia Nacional de Medicina". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, vol. 37, p. 291-299, 1929. [Biblioteca Central da Fiocruz]

MONIZ, Gonçalo. *Oswaldo Cruz. Alocução na abertura do Curso de Patologia Geral*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1917. [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. "Discurso na inauguração do retrato de Oswaldo Cruz". *Jornal do Commércio*. São Paulo, 1919. [Biblioteca Nacional]

NEIVA, Artur. *Oswaldo Cruz. Conferência em São Paulo em 03 de março de 1917*. [Biblioteca do INCQS/Fiocruz]

PAZ SOLDAN, Carlos Enrique. "Um duelo Americano: Oswaldo Cruz x Carlos Chagas". *O Commercio*, Lima, fevereiro de 1917. [Biblioteca Nacional]

___. La muerte de Oswaldo Cruz. *La Cronica*, Lima 14 de fevereiro de 1917. [Biblioteca Nacional]

PENA, Belisário. "Oswaldo Cruz, impressões de um discípulo". Rio de Janeiro, *Revista dos Tribunais*, 1922. [Biblioteca Central da Fiocruz]

SARDINHA, Joaquim José da Silva. "Dr. Oswaldo Cruz". *Higiene Pública*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, p. 125-139. [Biblioteca Nacional]

SEIDL, Carlos. "Discurso por ocasião da visita da Missão Argentina ao Instituto Oswaldo Cruz, 04 de julho de 1917". *Revista Médico-Cirúrgica*, Rio de Janeiro, vol. 25, 1917, p. 309-324. [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. "O Movimento Nacional à Memória de Oswaldo Cruz". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, 37(7):286-306, Rio de Janeiro, 1929. [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. Discurso do Dr. Carlos Seidl no banquete oferecido ao Dr. Artur Neiva, *in* Vários autores, *Discursos pronunciados no banquete oferecido a 18 de novembro de 1916 ao Dr. Artur Neiva no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Besnard Frères, 1917 [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. et al. "Discursos por ocasião da inauguração do Monumento Nacional à memória de Oswaldo Cruz". *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 1917. [Biblioteca da Academia Nacional de Medicina]

SILVADO, Jaime. "Oswaldo Cruz". *A Tribuna Médica*, 23(5)38-39, 1917. [Biblioteca Central da Fiocruz]

SPERONI, David. "Cartas a Miguel Couto pedindo permissão para criar um comitê na Argentina visando à ereção de um monumento sentimental a Oswaldo Cruz. *Brasil Médico*. 31(32):278, 1917. [Biblioteca da Academia Nacional de Medicina]

WELLS, William C. “Oswaldo Cruz: 1872-1917”. *U.S. Nat. Med. Bull.* 11(4):521-525, 1917, [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. “Dr. Oswaldo Cruz: Sessão Cívica em Homenagem ao Grande Sábio Brasileiro, realizada na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas”. *Diário de Notícias*, Pelotas, n° especial, 1917. [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. “Necrológico de Oswaldo Cruz”. Brasil Médico, Rio de Janeiro, n° especial, 1917. [Biblioteca da Academia Nacional de Medicina]

TEXTOS ESCRITOS ENTRE 1930 E 1950

ARAGÃO, Henrique Beaurepaire. “Oswaldo Cruz e a Escola de Manguinhos”. Conferência realizada no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, em São Paulo, em 20 de setembro de 1940. Rio de Janeiro, Bedeschi, 1940. [Biblioteca Central da Fiocruz]

AUSTREGÉSILO, Antônio. *Oswaldo Cruz – Vida e Obra*. DIP, Rio de Janeiro, 1944. [Biblioteca Central da Fiocruz]

FRAGA, Clementino. “Discursos na Semana Oswaldo Cruz realizada pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Medicina”. *Hospital*, 20(3):351-68, Rio de Janeiro, 1941. [Biblioteca Central da Fiocruz]

FERRER, Horácio. *Oswaldo Cruz: discursos*. Havana, Academia de Ciência de Havana, 1948. [Biblioteca Central da Fiocruz]

FONTES, Murilo Cardoso. “Os quatro diretores de Manguinhos”. *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil,* 9(1/2): 47-52, Rio de Janeiro, 1947. [Biblioteca Central da Fiocruz]

GUERRA, E. Sales. *Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, ed. Vecchi, 1940.

___. “Oswaldo Cruz. Discursos nas solenidades da Semana Oswaldo Cruz, 05 de agosto de 1941. *O Hospital,* 20(3):325-54, Rio de Janeiro, 1941. [Biblioteca Central da Fiocruz]

PINTOP, César. *Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1936. [Biblioteca Central da Fiocruz]

SERPA, Phocion. *A vida gloriosa de Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937.

VALENO, Américo. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1931. [Biblioteca Nacional]

TEXTOS ESCRITOS ENTRE 1950 E 1974

ALBEGARIA, Jaeder Soares. “Projeto de lei abrindo crédito especial para a construção de um monumento a Oswaldo Cruz”. *Brasil Médico*, 7(4):99-101, 1956. [Biblioteca Central da Fiocruz]

ALCESTE, Otávio. “Oswaldo Cruz: Glória Nacional”. *Momentos*, Recife, 1948. [Biblioteca Central da Fiocruz]

ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire. "Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz" (Instituto de Manguinhos). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, t. 48, 1950. [Biblioteca Central da Fiocruz]

ARAGÃO, Mario. "Atualidade de Oswaldo Cruz". Rio de Janeiro, *Ciência e Cultura*, 26(8):745-750, 1974. [Biblioteca Central da Fiocruz]

ARAÓZ, Alfaro, G. *Oswaldo Cruz x Carlos Chagas*, Imprensa Trascoli y Bindi, 1955. [Biblioteca Central da Fiocruz]

ARRUDA, Bertoldo Krinse. "Oswaldo Cruz: administrador". *Momentos*, Recife, 4(47):20, 1955. [Biblioteca Central da Fiocruz]

ASSIS, Arlindo de. "O exemplo de Oswaldo Cruz (discurso)". *Boletim da Campanha Nacional contra a Tuberculose,* Ano I, 20:4-6, 1952. [Biblioteca Central da Fiocruz]

AZEVEDO, Olga. "Alguns Traços Biográficos de Oswaldo Cruz". *Momentos*. Recife, 4(47):9, 1955. [Biblioteca Central da Fiocruz]

BARBOSA, Francisco de Assis. *Retratos de família*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1954. [Museu da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz]

BEZERRA, D. A. "Oswaldo Cruz e o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil". *Momentos,* Recife, 4(47):20, 1955.

CASTRO, Aloísio de. "Oswaldo Cruz substituído na Academia Brasileira de Letras". Discurso pronunciado por ocasião da posse de Aloísio de Castro em substituição a Oswaldo Cruz em sessão solene de 15 de abril de 1919. *Momentos*, Recife, 4(47):13, 1955.

FLEURY, Renato. *Oswaldo Cruz*. São Paulo, Melhoramentos, 1967, 4ª ed. [Biblioteca Central da Fiocruz]

FONSECA, Olímpio. "Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz". *in* Vários autores, *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*, t. I, São Paulo, s/ed., 1951, p. 175-200.

___. *A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil*. Separata do Tomo II de Monumenta Histórica, São Paulo, 1974. [Biblioteca Central da Fiocruz]

FRAGA, Clementino. *Vida e obra de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília: INC-MEC, 1972.

GREGORY, Francisco Rodrigues. *Oswaldo Cruz biografado para a Infância*. Rio de Janeiro, Minerva, 1958. [Biblioteca Central da Fiocruz]

NAVA, Pedro. "Oswaldo Cruz: Biocronologia e Bibliografia". *Brasil-Médico*, 76(9/10):252-268, Rio de Janeiro, 1962.

OLIVEIRA, Otávio de. *Oswaldo Cruz e suas atividades na direção da Saúde Pública Brasileira*. Rio de Janeiro, IBGE, 1953. [Biblioteca Central da Fiocruz]

PEREIRA FILHO, Manuel. "Orações por ocasião da fundação da Casa de Oswaldo Cruz". Rio de Janeiro, *Boletim da Campanha Nacional contra a Tuberculose*, 1(2):6-9, 1952. [Biblioteca do Serviço Nacional Contra a Tuberculose]

PINOTTI, Mario. “Discursos de inauguração da Casa de Oswaldo Cruz”. Rio de Janeiro, *Boletim da Campanha Nacional contra a Tuberculose*, 1(20):24, 1952. [Biblioteca do Serviço Nacional contra a Tuberculose]

SANTOS, Joaquim Eloy Duarte dos. *Oswaldo Cruz. Posse na Academia Petropolitana de Letras em 8 de março de 1969*. Petrópolis, Imp. Vespertina, 1969. [Museu da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz]

SANTOS, Luiz de Castro. *Oswaldo Cruz na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, Ed. Apex, 1972. [Biblioteca Central da Fiocruz]

SERPA, PHOCION. “Nos domínios de Oswaldo Cruz: Oração de um Matamosquito”. *Revista de Higiene e Saúde Pública*. Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 8(114):12-25, 1950. [Biblioteca Central da Fiocruz]

___. “Oswaldo Cruz, 80° aniversário do mestre (discurso)”. Rio de Janeiro, *Boletim da Campanha Nacional Contra Tuberculose*, 1(8):21-23, 1952. [Biblioteca do Serviço Nacional Contra a Tuberculose]

___. *Oswaldo Cruz, el Pasteur del Brasil, vencedor de la febre amarela*. Buenos Aires, Ed. Charidade, 1945. [Biblioteca Central da Fiocruz]

VALENÇA JÚNIOR, J. “Oswaldo Cruz no Recife”. Recife, *Momentos*, 4(47): 1, 1955. [Biblioteca Central da Fiocruz]

VASCONCELOS, Ivolino de. “Breve história do monumento a Oswaldo Cruz”. Separata da *Revista Brasileira de História da Medicina*, Rio de Janeiro, 2(14):5-7, 1957. [Museu da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz]

___. “Biografia Sentimental de Oswaldo Cruz”. *Vitro-Memória*, Rio de Janeiro, 2 (14):5-7, 1957. [Museu da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz]

VILLDE, Gilberto. “Manguinhos: reminiscências”. Rio de Janeiro, *Ciência e Cultura*, 24(12):189-92. 1972. [Biblioteca do INCQS – Fiocruz]

___. Vários Autores. *Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1972.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Marli et al. (1991). *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911-1913*. Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire (1950). "Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos)". *in: Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1972.

AUTRAN, Henrique (1917). "Últimas homenagens. Enterramento". *Brasil Médico,*ano XXI, n° 7, 17/02/1917.

BARBOSA, Francisco de Assis (1954). *Retratos de família*. Rio de Janeiro, Livraria J. Olímpio.

BARBOSA, Rui (1917); "Oswaldo Cruz". *in:* Vários autores, *Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos,* Rio de Janeiro, UFRJ/FGV., 1972.

BENCHIMOL, Jaime (coord.)(1990). *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Epoque*. Rio de Janeiro, COC/Fiocruz.

BOURDIEU, Pierre (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

___. (1983). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Ed. organizada por Renato Ortiz. São Paulo, Ática.

___. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Bertrand. Rio de Janeiro, Difel.

BRITTO, Nara & Lima, Nísia Trindade (1991a). "Saúde e nação: a proposta de saneamento rural". *Estudos de História e Saúde*. Rio de Janeiro, ano 3, maio.

___. (1991b). "A campanha do saneamento rural na imprensa carioca (1918-1919)". Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, mimeo.

BURKE, Peter (1994). *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CAMPOS, André (1986). *A República do Pica-Pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo, Martins Fontes.

CHAGAS, Carlos (1917). "Oswaldo Cruz", *in:* Vários autores. *Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro. UFRJ/FGV, 1972.

CARVALHO, José Murilo de (1984). "A Revolta da Vacina". Rio de Janeiro, CEH-FCRB/Iuperj, mimeo, (Seminário Rio Republicano).

___. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

CARVALHO, Maria Alice & LIMA, Nísia Trindade (1992). "O argumento histórico nos estudos de saúde coletiva", *in*: Fleury, Sonia (org.). *Saúde Coletiva? Questionando a onipotência do social*. Rio de Janeiro, Abrasco/Relume Dumará.

CASTRO, Aloísio de (1917). "Alocução do diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro proferida em 28 de dezembro de 1916 na cerimônia de colação de grau". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil,* Rio de Janeiro, vol. 25, p. 4-9.

COSTA, Jurandir Freire (1980). *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro, Graal.

COSTA, Nilson do Rosário (1985). *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, Abrasco.

COUTO, Miguel (1917). "Alocução de paraninfo da turma de doutroandos de 1916". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil,* Rio de Janeiro, vol. 25, p. 9-17.

___. (1919). "A Criação do Ministério da Saúde Pública". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XXVII, n° 9, set., p. 383-387.

___. (1923). *As Alocuções do Presidente da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro, Tip. Besnard Fréres.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves (1972). *Opera Omnia*. Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz.

DIAS, Ezequiel (1922). "Traços de Oswaldo Cruz". *in:* Vários autores. *Oswaldo Cruz no Julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro. UFRJ/FGV. 1972.

FERNANDES, Tânia Dias (1991). "A produção da vacina antivariólica no Brasil da Monarquia a 1920: a ciência, a técnica e o poder dos homens". Dissertação de Mestrado, Ensp/Fiocruz, mimeo.

FERREIRA, Luís Otávio (1989). "Os Politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)". Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ.

___. e al. (1991). "A institucionalização da medicina experimental e as reformas do ensino médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1854-1901)". Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, mimeo.

MAIO, Marcos C. e BRITTO, Nara (1995). "Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa". Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, mimeo.

FONSECA FILHO, Olímpio (1951). "Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz". *in: Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. FGV, 1972.

FONTENELLE, J. P. (1922). "Higiene e saúde pública". Capítulo para Edição Comemorativa do Centenário da Independência, IHGB, Rio de Janeiro, mimeo.

FRAGA, Clementino (1917). *Discurso pronunciado por ocasião da solenidade da colocação do retrato do sábio brasileiro na Galeria do Professorado da Faculdade de Medicina da Bahia*. Imprensa Oficial do Estado, Bahia.

___. (1972). *Vida e obra: Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, José Olympio.

GIRARDET, Raoul (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras.

GODOY, Alcides (1929). "Discurso na colocação da pedra fundamental do Monumento Nacional à Memória de Oswaldo Cruz por Ocasião dos Congressos Médicos Comemorativos do 1° Centenário da Academia Nacional de Medicina, *in Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*. Rio de Janeiro, vol. 37, p. 305-306.

GUERRA, E. Salles (1940). *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Vecchi.

___. (1929). "Discurso na colocação da pedra fundamental do Monumento Nacional à Memória de Oswaldo Cruz por ocasião dos Congressos Médicos Comemorativos do 1° Centenário da Academia Nacional de Medicina". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil,* Rio de Janeiro, vol. 37, p. 291-299.

HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org.) (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOCHMAN, Gilberto (1993). "Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)". *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, Ed. FGV, v. 11, pp. 40-61.

___. "Homenagem e consagração da classe médica". *Brasil Médico,* Rio de Janeiro, ano XXI, 17 de fevereiro de 1917, p. 56-57.

LABRA, Eliana (1985). "O movimento sanitarista nos anos 20: da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil". Tese de mestrado, EBAP/FGV, mimeo.

LATOUR, Bruno (1986). "Le théâtre de la preuve". *in:* Bayet, Claire Salomon (org.). *Pasteur et la Revolution Pastorienne*. Paris, Payot.

LEONARD, Jacques (1986). "Comment peut-on être pasteurien?" *in* Bayet, Claire Salomon (org.) *Pasteur et La Revolution Pastorienne*. Paris, Payot.

LE GOFF, Jacques (1990). *História e memória*. São Paulo, Ed. da Unicamp.

LIMA, Henrique Rocha (1952). "Com Oswaldo Cruz em Manguinhos", *in:* Fonseca, Olímpio. *A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil*. São Paulo, Separata do Tomo II de Monumenta Histórica. Revista dos Tribunais, 1974. [Biblioteca Central da Fiocruz]

LIMA SOBRINHO, Vivaldo (1981). "A política de saúde pública e o Movimento Sanitário Brasileiro (1920-1950). Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IMS/UERJ, mimeo.

LIPPI OLIVEIRA, Lucia (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo,Brasiliense/CNPq.

LUZ, Madel (1982). *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro, Graal.

___. (1979). *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro, Graal.

MACHADO, Roberto et al. (1978). *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.

MICELI, SÉRGIO (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo, Difel.

NAVA, Pedro (1984). *Baú de ossos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 7ª edição.

NEIVA, Artur (1917). "Oswaldo Cruz". *in:* Vários autores. *Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1972.

PEIXOTO, Afrânio: "Discurso na posse de Aloísio de Castro na Academia Brasileira de Letras em 15 de abril de 1919, *in:* Serpa, Phocion (1937). *A vida gloriosa de Oswaldo Cruz.* Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde.

PENA, Belisário (1922). *Oswaldo Cruz. Impressões de um discípulo.* Rio de Janeiro, Tip. Revista dos Tribunais.

___. (1923). *O Saneamento do Brasil.* Rio de Janeiro, Tip. Revista dos Tribunais, 2ª edição.

___. (1919). "Discurso na sede da Sociedade Nacional de Agricultura". *Saúde,* Rio de Janeiro, n° 2 março/abril, p. 218-230.

PEREIRA, Miguel (1913). "Discurso do presidente da Academia Nacional de Medicina em sessão especial de homenagem ao Dr. Carlos Chagas". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil,* vol. 21, p. 52.

POLLACK, Michel (1989). "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, pp. 3-16.

PORTO, Ângela (1985). "As Artimanhas de esculápio: crença ou ciência no saber científico. Dissertação de Mestrado, UFF/ICHF, Niterói.

RIBEIRO, Lourival (1979). *Tempo de médico.* Rio de Janeiro, Cátedra.

ROSEN, George (1979). *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica.* Rio de Janeiro, Graal.

SANTOS, Luís Antônio Castro (1985). "O Pensamento sanitarista na Primeira República: uma Ideologia da construção da nacionalidade. *Dados; Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, vol. 28, pp. 1903-210.

___. (1987). Power, ideology and public health in Brazil (1889-1930). Tese de Doutorado, Harvard University, mimeo.

SCHWARTZMAN, Simon (1979). *Formação da Comunidade Científica no Brasil.* São Paulo, Nacional.

___. (1980). *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento.* Rio de Janeiro, Zahar.

SCLIAR, Moacir (1992). *Sonhos Tropicais.* São Paulo, Cia. das Letras.

SEIDL, Carlos (1913). "O ano médico de 1910: retrospecto pelo Dr. Carlos Seidl". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil.* Rio de Janeiro, vol. 21, p. 51-81.

___. (1917a). "Oswaldo Cruz. Discurso por ocasião da visita da Missão Médica Argentina no Instituto Oswaldo Cruz em 4 de julho de 1917". *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil.* Rio de Janeiro, vol. 25, p. 322.

___. (1917b). "Discurso do Dr. Carlos Seidl no banquete ao Dr. Artur Neiva. *in: Discursos pronunciados no banquete oferecido a 18 de novembro de 1916 ao Doutor Artur Neiva no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Tipografia Besnard Frères.

SERPA, Phocion (1937). *A vida gloriosa de Oswaldo Cruz.* Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde.

SEVCENKO, Nicolau (1984). *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo, Brasiliense.

___. (1986) *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo, Brasiliense.

SKIDMORE, Thomas (1976). *Preto no branco.* Paz e Terra, Rio de Janeiro.

STEPAN, Nancy (1976). *Gênese e evolução da ciência no Brasil.* Rio de Janeiro, Artenova.

___. (1985). "Eugenia, genética y salud pública. *Quipu: Revista Latinoamericana de História de las Ciências y la Tecnologia.* México, vol. 2, n° 3, pp. 351-386.

Vários Autores. *Oswaldo Cruz no julgamento dos contemporâneos*. Rio de Janeiro UFRJ/FGV, 1972.

VASCONCELOS, Ivolino (1956). "Breve história do Monumento a Oswaldo Cruz. Separata da *Revista Brasileira de História da Medicina*. vol. VII, n° 4.

Imagens

Capa e Comentários finais – Oswaldo Cruz, 1903. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Introdução – Caricatura, de autoria de Frantz, homenageando Oswaldo Cruz e sua atuação à frente do Instituto de Manguinhos, publicada no periódico francês *Chanteclair*. Paris, 1911.

Capítulo 1 – Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Pátio na Rua do Lavradio, Rio de Janeiro, c. 1903-1906. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Capítulo 2 – Chegada do corpo de Oswaldo Cruz ao Cemitério de São João Batista. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1917. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Capítulo 3 – Edifício principal do conjunto arquitetônico projetado por Luiz Moraes Jr. e idealizado com Oswaldo Cruz, c. 1918. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Capítulo 4 – Busto de Oswaldo Cruz em frente ao castelo mourisco. Rodolfo Bernardelli, bronze, 1909. Foto Peter Ilicciev. Acervo Coordenadoria de Comunicação Social/Fiocruz.

Quarta capa – Detalhe de caricatura de Oswaldo Cruz alusiva à campanha de combate ao mosquito de febre amarela, empreendida pelo cientista. J. Carlos, 1903. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.